

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL-MESTRADO**

GREICE MORAIS DALLA CORTE

**COMPETITIVIDADE, COESÃO SOCIAL E QUALIDADE AMBIENTAL: UMA
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO
PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**FRANCISCO BELTRÃO
2019**

GREICE MORAIS DALLA CORTE

**COMPETITIVIDADE, COESÃO SOCIAL E QUALIDADE AMBIENTAL: UMA
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO
PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – PGDR – da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Gestão e Desenvolvimento Regional

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Gerson Henrique da Silva

FRANCISCO BELTRÃO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico e para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Morais Dalla Corte, Greice
Competitividade, Coesão Social E Qualidade Ambiental :
Uma análise do desenvolvimento das microrregiões do Estado
do Paraná / Greice Moraes Dalla Corte; orientador(a),
Gerson Henrique da Silva, 2019.
96 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e
Desenvolvimento Regional, 2019.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Microrregiões do Estado
do Paraná. 3. Competitividade. 4. Coesão Social. I. da
Silva, Gerson Henrique . II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional Mestrado, da Unioeste – Câmpus de Francisco Beltrão, em Sessão Pública realizada na data de 06 de setembro de 2019, considerou a mestranda GREICE MORAIS DALLA CORTE, **APROVADA**.

Dr. Gerson Henrique da Silva
Orientador e Presidente da Banca

Dr. Marcelo Lopes de Moraes
Membro da Banca

Dra. Marcela Nogueira Ferrario
Membro externo da Banca

OBS: As assinaturas dos membros da banca podem ser encontradas na versão impressa, presente na biblioteca.

Francisco Beltrão, 05 de dezembro de 2019.

Ao meu filho Joaquim, pelo amor incondicional, e meu esposo, Giovane, pelo apoio,
incentivo, paciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, pelo incentivo e suporte.

Ao Prof. Dr. Marcelo Lopes de Moraes, pelo apoio.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela oportunidade da realização do curso de mestrado.

À CAPES, pela concessão de bolsa de mestrado.

O maior inimigo do conhecimento, não é a ignorância, mas a ilusão do conhecimento.
(Stephen Hawking).

RESUMO

COMPETITIVIDADE, COESÃO SOCIAL E QUALIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

No mundo contemporâneo, a qualidade de vida tem sido um assunto que tem gerado preocupação e debates nos diversos campos da sociedade, seja no mundo científico, nas organizações, nos planejamentos de Estado, entre outros. Os diversos campos científicos buscam inovações, compreensão, soluções e métodos que auxiliem na melhora de processos, relacionamentos, cuidados clínicos e estruturas. A Ciência Econômica na área de desenvolvimento socioeconômico dá sua contribuição para esses debates, e a evolução com a preocupação de desenvolvimento se estende na área de economia regional. Os principais teóricos da economia regional apontam que a evolução da economia ocorre de variadas formas, desde a localização do capital, que pode ser atrativa ou não para o próprio capital, até as inter-relações que ocorrem dentro de determinadas localidades e as relações que esta localidade possui com outras localidades, onde pode ou não fazer parte do território. Além disso, o processo histórico de consolidação econômica das regiões interfere no desenvolvimento socioeconômico de longo prazo. O Brasil passou por processos importantes no desenvolvimento econômico e são perceptíveis as diferenças de desenvolvimento socioeconômicos entre as grandes regiões, assim como, são perceptíveis as diferenças de desenvolvimento socioeconômico entre as microrregiões do estado do Paraná. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é mensurar o grau de desenvolvimento socioeconômico das microrregiões (MGR) paranaenses com base em três pilares: competitividade, coesão social e qualidade ambiental. Além disso, objetiva-se verificar as diferenças de desenvolvimento socioeconômico a partir do índice calculado, e averiguar se essas diferenças constituem um problema de desenvolvimento regional, observando qual a relação entre o processo de desenvolvimento regional (ISDR), com utilização da estatística básica, seguida pela discussão qualitativa dos resultados auferidos. Os principais resultados apontaram que as MGRs que estão localizadas aos extremos do território do estado, apresentam melhores ISDR, assim como as MGRs localizadas nas áreas central e norte do estado apresentaram baixos índices de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Competitividade. Coesão Social. Desenvolvimento. Microrregiões do Paraná.

ABSTRACT

COMPETITIVENESS, SOCIAL COHESION AND ENVIRONMENTAL QUALITY: AN ANALYSIS OF THE DEVELOPMENT OF PARANÁ STATE MICRORGIONS

In the contemporary world, the quality of life has been a subject that has generated concern and debate in the various fields of society, whether in the scientific world, in organizations, in state planning, among others. The various scientific fields seek innovations, understanding, solutions and methods that help improve processes, relationships, clinical care and structures. Economic science in the area of socioeconomic development makes its contribution to these debates, and the evolution with the concern of development extends in the area of regional economy. The leading theorists of regional economics point out that economic developments occur in a variety of ways, from the location of capital, where it may or may not be attractive to capital itself, to the interrelationships that occur within particular localities and the relationships that it may have. locality has with other localities, where it may or may not be part of the territory. In addition, the historical process of economic consolidation of the regions interferes with long-term socioeconomic development. Brazil has undergone important processes in economic development and it is noticeable the differences in socioeconomic development between the major regions, as well as the differences in socio-economic development between the microregions of the state of Paraná. Thus, the general objective of this work is to measure the degree of socio-economic development of Parana's microregions (MGR) based on three pillars: competitiveness, social cohesion and environmental quality. In addition, the objective is to verify the differences in socio-economic development from the calculated index, and to verify whether these differences constitute a regional development problem, and to observe what is the relationship between the regional development processes (ISDR), using basic statistics. , followed by the qualitative discussion of the results obtained. The main results pointed out that the MGRs that are located at the extreme of the state territory, present better ISDR, just as the MGRs located in the central and northern areas of the state presented low rates of regional development.

Key words: Competitiveness. Social cohesion. Development. Microregions of Paraná.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	5
2.1 FRANCOIS PERROUX.....	6
2.2 GUNNAR MYRDAL.....	9
2.3 ALBERT HIRSCHMAN	11
2.4 DOUGLAS NORTH	14
2.5 TENDÊNCIAS MAIS RECENTES EM ECONOMIA REGIONAL.....	17
3. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	20
3.1 DA PRESENÇA DO ESTADO LOCAL À TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA	22
3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO.....	29
3.3 ESTUDOS CORRELATOS	43
4 METODOLOGIA	49
4.1 ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ISDR).....	49
4.2 FONTE DE DADOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS	51
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
7 REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o desenvolvimento econômico são recentes na literatura das ciências econômicas. De acordo com Souza (2005), foi somente no séc. XX que esse tema passou a ser discutido entre os teóricos, sendo Joseph Schumpeter o primeiro estudioso a diferenciar o crescimento de desenvolvimento econômico.

Para Schumpeter, o conceito de desenvolvimento está vinculado à existência de ondas de inovações; países inovadores tendem a desenvolver mais rapidamente que outros países. Por esse motivo, defende-se a ação do Estado na economia, para que este venha a aplicar políticas anticíclicas e promover a estabilidade econômica. Dentro dessa linha de pensamento, verifica-se que há divergências entre os motivos que os países pobres continuam subdesenvolvidos. Pois, para os economistas tradicionais, a causa do subdesenvolvimento é a falta de capital, enquanto os neoclássicos, defendem que a baixa taxa de poupança é a principal causa. Há ainda outros teóricos que acreditam que a principal causa do baixo desenvolvimento é a taxa de crescimento demográfico, quando essa se mantém superior à taxa de crescimento econômico (SOUZA, 2005).

Apesar da incoerência da definição sobre os fatores que levam ao desenvolvimento, é perceptível a aceitação de que o desenvolvimento econômico leva ao aumento da produtividade, do bem estar e da qualidade de vida da população. Por esse motivo, além do olhar em nível mundial para a interpretação dos porquês de alguns países estarem no patamar de pobres e outros de ricos, é possível perceber que dentro dos próprios países há desigualdades marcantes entre suas diferentes regiões.

Dentro desse contexto teórico, em que a própria definição de desenvolvimento e as causas de subdesenvolvimento geram discordâncias entre os economistas, a definição de economia regional é impulsionada pela incorporação do elemento espaço nas análises teóricas. O avanço nos questionamentos sobre os padrões observados evidenciam aglomerações, concentrações e dispersões de indústrias e municípios, além da percepção de que novos acontecimentos marcam a economia mundial, atraem os estudiosos na direção de exploração dos fatores diferenciação e inter-relação de áreas econômicas..

Novos conceitos, novas ideias e novos olhares sobre o que se observa na prática trouxeram o reconhecimento da importância do elemento espaço e de como ocorre esta interação. Monastério e Cavalcante (2011) avaliam que, em economia regional, não existe uma abordagem teórica única, e que o apoio na produção teórica antecedente permite a

diversificação de entendimentos que buscam, cada vez mais, incorporar a complexidade do sistema econômico.

Jesus e Spinola (2015) afirmam que a crise de 1929, o pós Segunda Guerra Mundial e a reestruturação de países da Europa e do Japão contribuíram para a incorporação da teoria de Keynes; um novo pensamento sobre a atuação do Estado na economia. Nessa perspectiva, Monastério e Cavalcante (2011) observam dois conjuntos teóricos de economia regional; o de localização e o de aglomeração. Assim como identificam Alfred Marshall, Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes como grandes influenciadores das teorias de aglomeração e, ainda, da produção mais recente em teoria da economia regional.

No que se referente à produção mais recente na área de economia regional, Lopes (2001) evidencia que para que ocorra desenvolvimento econômico é necessário que haja desenvolvimento regional. Portanto, reconhece-se que o desenvolvimento econômico e a organização espacial são interatuantes. Além de ser interdependente em relação à estrutura e a evolução do subsistema espacial. Diante dessa realidade, Lopes (2001) ainda defende que o planejamento do processo de desenvolvimento regional deve ser coordenado pela preocupação com a dinâmica intra e inter-regional.

Ainda nesse contexto, cabe considerar que a existência de desigualdade regional não constitui necessariamente um problema. Segundo Barros e Raposo (2015), a desigualdade pode ser apenas a consequência da diferença da especialidade produtiva de cada região.

No caso do Brasil, Macedo (2009) afirma que no século XX o país passou por um processo de desenvolvimento capitalista baseado nas inter-relações entre o Estado, sociedade e economia. Embora houvesse um interesse nacional de integração, pôde-se observar a ação de vias diferentes de desenvolvimento regional que estabeleciam ou sustentavam as dinâmicas locais.

No Estado do Paraná, Braga e Curado (2014) afirmam que o “Projeto de Desenvolvimento Paranaense” inicia-se na década de 1950, com a implantação das primeiras instituições voltadas aos serviços de infraestrutura básica. A partir de então, os esforços para o desenvolvimento da economia estadual foram contínuos, várias transformações podem ser observadas; desde a estrutura produtiva até a distribuição demográfica. Dentro deste contexto, com o surgimento de vários polos de crescimento com diferentes intensidades de influências, foram moldando-se os aspectos regionais intrínsecos, sejam para a mesorregião ou microrregião onde se localizam.

Mediante essas colocações, cabe-se questionar se o surgimento e consolidação de polos de crescimento no território paranaense contribuiu para as desigualdades entre as microrregiões do Paraná. Mas, como medir o nível de desenvolvimento de cada microrregião? E como distinguir se essa diferença realmente se constitui como um problema?

A literatura considera o poder das aglomerações no que se refere ao desenvolvimento regional, também aponta a importância dos atores locais, das interações espaciais e das especificidades de cada região para garantir, ou mesmo aumentar, a qualidade de vida da população. Por esse motivo, é relevante medir e analisar o grau de desenvolvimento das diferentes regiões e observar os diferentes aspectos que moldam os fatores econômicos, sociais e ambientais e como esses três fatores interferem no nível de qualidade de vida. Além disso, parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável ocorre por meio do equilíbrio desses três fatores.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é mensurar o grau de desenvolvimento das microrregiões paranaenses sob a ótica de três pilares, competitividade, coesão social e qualidade ambiental, que refletem os fatores socioeconômicos e ambientais de cada microrregião. Além disso, objetiva-se perceber se as diferenças existentes constituem um problema de desenvolvimento regional e, ainda, qual a ligação dessas diferenças com as teorias de aglomeração da economia regional. Também pretende-se captar como as especificidades de cada localidade refletem em seu nível de desenvolvimento.

A metodologia empregada neste estudo é de técnica quantitativa-qualitativa. Primeiramente, será calculado o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), de natureza estatística básica, para atender ao objetivo geral. Em seguida, a abordagem qualitativa será utilizada para responder aos demais objetivos. Parte-se da hipótese de que há diferenças regionais marcantes dentro do estado do Paraná, e que na área central e norte do estado é possível observar níveis de desenvolvimento críticos. Por outro lado, entende-se que o desenvolvimento socioeconômico paranaense deu-se por meio de polarização, e que as especificidades e aptidões dos fatores locais e ambientais de cada área foram decisivos na especialização de cada polo.

Dentro desse contexto, este trabalho está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. Na próxima seção será apresentada a base teórica, ou seja, as teorias de aglomeração e tendências mais recentes em desenvolvimento regional. A terceira seção apresentará o processo de desenvolvimento do estado do Paraná e estudos correlatos. Na quarta e quinta serão

apresentados a metodologia, resultados e discussões, respectivamente. Na sexta serão apresentadas as considerações finais.

2 SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Souza (2007), as crises econômicas capitalistas inspiraram os teóricos do século XX nas primeiras discussões sobre desenvolvimento econômico, ou seja, esse é um tema recente nos estudos das ciências sociais aplicadas. Embora a industrialização tenha ocorrido em poucos países, isso destacou as disparidades entre as riquezas das nações. Partindo desse contexto, Souza (2007) afirma que o desenvolvimento econômico passou a ser mais discutido justamente a partir da crise dos anos de 1930, conhecida como a Grande Depressão¹. Afinal, essa tornou clara as diferenças de resiliência nos diferentes setores e regiões.

O desenvolvimento regional também é um assunto de interesse recente. A grande disseminação do tema ocorreu rapidamente; em 1957 mais de 140 universidades americanas estavam envolvidas com pesquisas sobre o desenvolvimento regional. O elemento espaço, que havia sido negligenciado pelos antigos economistas até esse período, passa a ser entendido como elemento de importância no crescimento econômico, já que esse visa o aproveitamento integral dos recursos e do território. Ou seja, o foco da preocupação ainda não era com o desenvolvimento, mas com o crescimento (LOPES, 2001).

Souza (1981) completa que para o surgimento do conceito de economia regional, além da Grande Depressão, a crise urbana e o surto rodoviário, também ocorridos nos Estados Unidos, contribuíram para o surgimento do interesse pelo elemento espaço. Portanto, pode-se dizer que a economia regional é influenciada pela combinação desses três fatores.

Mediante esse contexto, Cavalcante (2007) afirma que duas correntes de pensamento em economia regional foram constadas. A primeira, que ficou conhecida como as “teorias clássicas de localização”, cujos idealizadores foram Von Thunen e Isard, caracteriza-se por tentar incorporar as transformações da estrutura produtiva e a questão de divisão internacional. A segunda, que ficou conhecida como “teorias que abordavam os conceitos de aglomeração”, cujos idealizadores partiram da inspiração de Marshall e Keynes, utilizaram como referências os espaços regionais. Dentro dessa última corrente, cita-se as teorias de François Perroux, Gunnar Myrdal, Albert Hirschmann e Douglas North.

Cavalcante (2007) observa que, a partir da década de 1950, as teorias de aglomeração mantinham uma grande influência nas políticas públicas de desenvolvimento regional. E que

¹ Ocorreu a partir de 1929, tendo início nos Estados Unidos, e se prorrogou nos anos 1930. Ficou conhecida como a mais severa crise econômica do século XX. Ver mais em Souza (2007).

essas ideias mais recentes buscavam incorporar cada vez mais os atributos da realidade, tais como a abertura comercial e desregulamentação econômica.

Por outro lado, Lopes (2001) constata, nas tendências mais recentes, uma verdadeira preocupação com o desenvolvimento regional. Já que esse engloba outros fatores que não são meramente econômicos. Nessa perspectiva, existem três movimentos interconectados. No primeiro, não se percebe a região de forma isolada, mas pertencente a um sistema de regiões. Na outra, avança-se sobre os aspectos pluridisciplinares. O autor ainda chama a atenção para a existência de uma terceira tendência, essa entende que a organização do espaço e o desenvolvimento econômico interagem entre si.

Dentre as correntes citadas, verificou-se que as teorias de aglomeração, bem como as teorias voltadas à interação espacial, têm maior afinidade com o problema de pesquisa e objetivo proposto neste estudo. Deste modo, elegeu-se essas correntes ideológicas para sustentação teórica desta pesquisa. Além disso, as tendências recentes da economia espacial buscam retratar melhor a realidade, de modo a complementar e facilitar a análise a que se propõe realizar, incorporando diversos aspectos que as teorias de aglomeração não conseguiram traduzir em seus modelos.

Sendo assim, na sequência, serão apresentadas as teorias que englobam essa corrente da economia regional.

2.1 FRANCOIS PERROUX

Segundo Lima e Simões (2010), François Perroux foi o primeiro teórico a questionar a conceituação de espaço, até então muito vaga na literatura. De acordo com Clemente (1994), Perroux diferenciou três tipos de espaços econômicos: 1) “espaço plano”; 2) “campo de forças” ou “espaço polarizado” e; 3) “espaço homogêneo”.

O espaço plano utiliza do planejamento como principal critério de definição, em que os agentes possuem suas regiões de planejamento, podendo ser modificadas conforme o problema ou interesse, sejam eles econômicos, sociais ou de políticas públicas. Ao definir espaço polarizado, Perroux encara o sentido econômico, em que há a ação de forças que podem ser centrípetas (força de atração) ou centrífugas (forças de repulsão). Dessa forma, a região delimitada exerce forças que atraem ou repelem determinados recursos por meio das suas características e aptidões com cada centro, estabelecendo uma zona de influência. Já no terceiro tipo, o espaço homogêneo, os aspectos econômicos moldam a delimitação do espaço de acordo

com a predominância de características similares que pretendem captar a homogeneidade e uniformidade. Esse tipo de espaço se caracteriza por ser mais complexo e difícil de identificar, pois depende do domínio das relações entre as partes (CLEMENTE, 1994; LIMA; SIMÕES, 2010).

Embora a conceituação dos espaços seja uma das principais contribuições de Perroux, a essência da sua teoria desenvolve-se em torno dos polos; a ideia é a de que o crescimento ocorre de forma desigual, sobre condições e forças diferentes e em polos ou locais diversificados. Dessa forma, os resultados também variam de região para região (LIMA; SIMÕES, 2010).

Monastério e Cavalcante (2011) relatam que a teoria idealizada por Perroux define que o crescimento se localiza em polos, diferindo em intensidade, localidade e resultado. Os autores ainda mencionam que as indústrias são fundamentais para que haja crescimento. Essa ideia parte da concepção de que as “indústrias motrizes” promovem a dinâmica do sistema e conduzem as “indústrias movidas” na direção do crescimento econômico; ou seja, o crescimento só ocorre quando há um complexo industrial.

Nesse cenário, Perroux ainda define quatro formas de impactos das indústrias motrizes no desenvolvimento de determinada localidade. São eles: técnico, econômico, psicológico e geográfico. No que se refere aos meios técnicos, relaciona-se os efeitos de encadeamento que incorporam a conexão entre as indústrias dos tipos “motriz” e “movida”. No aspecto econômico, a indústria motriz se destaca pelo crescimento do emprego e riqueza. Quanto ao fator psicológico, a indústria motriz promove uma atmosfera de confiança e sucesso. Em termos de impactos geográficos, cita-se as transformações que ocorrem no sentido físico; como a atração de melhorias e de outras atividades resultantes da atividade principal, ganhando, com isso, a redução do custo de transporte e outras externalidades (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Lima e Simões (2010) explicam que as indústrias motrizes são mais modernas e detém uma taxa de crescimento maior do que a média do produto industrial, e até mesmo maior do que a taxa média do produto nacional. Nesse contexto, é possível identificar a existência de economias externas e a importância das inter-relações industriais. Os autores ainda evidenciam a existência de três componentes fundamentais no complexo industrial: a indústria motriz ou indústria-chave, o regime não concorrencial e a concentração territorial.

A indústria motriz ou indústria-chave, como já mencionado, possui o papel de crescer internamente, e, a partir desse crescimento individual, ampliar o consumo de bens e serviços de outras indústrias (indústrias movidas). Já o regime não concorrencial consiste, basicamente, na

elevação da produtividade com aumento de capital e competitividade. Por fim, a concentração territorial pode ser entendida como a concentração da localização geográfica do complexo industrial que promove o aumento conjunto das atividades (LIMA; SIMÕES, 2010).

No entanto, Lopes (2001) chama a atenção para a existência de diferenças entre os conceitos de indústria-chave e indústrias motoras. De acordo com o autor, as indústrias-chave possuem como características principais o dinamismo, o rápido crescimento e a aptidão para a propagação de inovações. Além de compelir a dispersão e interdependência setorial, favorecendo o surgimento de economias externas. No caso das indústrias motoras, a principal capacidade que possuem é a indução de complexos industriais que permite um crescimento do produto superior ao de sua produção. Ainda segundo o autor, a teoria dos polos de crescimento de Perroux tem por essência a relação de dominação e compreende o campo de fundamentos estruturalistas do desenvolvimento.

Na conceituação de polos de desenvolvimento, Lima e Simões (2010) esclarecem que, para que ocorra a formação de polos de desenvolvimento, é necessário a atuação de vários complexos de polos de crescimento. Ou seja, a existência de vários aglomerados de polos de crescimento constituem um polo de desenvolvimento. Tais autores evidenciam ainda que Perroux somente utiliza o conceito de polo quando esse se torna um instrumento de análise ou ação política, sendo, portanto, uma visão abstrata de espaço.

Segundo Jesus e Spinola (2015), Jacques R. Boudeville contribuiu com a teoria de Perroux ao definir o polo de crescimento como um conjunto de indústrias indutoras de atividades econômicas e, também, quando assume que o conceito de polo de crescimento está atrelado à região polarizada. Santos (2007) enfatiza que Boudeville foi o primeiro a atribuir o polo de crescimento a uma base geográfica.

Lima e Simões (2010) destacam os esforços de Boudeville na definição de espaço com cunho operacional e voltado ao território. Boudeville inova ao conceituar a região de forma a diferenciá-la da distinção das três outras formas de espaço. Ou seja, assim como os espaços, a região caracteriza-se por ser homogênea, polarizada ou região-plano. Desse modo, a região é homogênea quando se caracteriza como um espaço contínuo, com peculiaridades semelhantes. É polarizada, quando há complementariedade e interdependência entre as aglomerações urbanas. Ou, é região-plano, quando planejamentos e decisões afetam o espaço contínuo e determinado territorialmente.

Dentre essas contribuições, também é importante destacar que Boudeville explora, de modo mais aprofundado, a questão da interpelação entre as regiões. Destaca a magnitude das

políticas regionais na orientação do polos de desenvolvimento urbano, bem como de integração, coesão, complementariedade e cooperação como elementos indispensáveis no fomento de crescimento equilibrado entre as regiões (LIMA; SIMÕES, 2010).

Tomando por referência a apresentação da teoria de Perroux, pode-se dizer que a contribuição do autor se resume na conceituação dos três tipos de espaços, além da descrição de como funciona os polos de crescimento. Em uma perspectiva claramente voltada ao crescimento em primeiro plano, a conceituação do polo de desenvolvimento se resume na existência de polos de crescimento. Nesse sentido, verifica-se que, para o autor, o desenvolvimento é reflexo das economias externas geradas pelo crescimento das atividades do polo constituído.

Boudeville contribui na atribuição dos polos de crescimento à determinada região e avança na discussão da importância da interação de elementos fundamentais para o crescimento equilibrado. Ou seja, pode-se dizer que, a partir dessas ideias acrescentadas a teoria de Perroux, a teoria se aproxima, de fato, a uma maior preocupação com a questão de desenvolvimento.

2.2 GUNNAR MYRDAL

O contexto mundial e a insatisfação com as teorias econômicas² de sua época instigaram Gunnar Myrdal a idealizar sua teoria da Causação Circular Cumulativa (CCC). Nesse cenário, o autor embasa o CCC sob o alicerce de duas observações: a primeira é a existência de poucos países prósperos, enquanto que a maior parte da população mundial vivia em condições de pobreza. A segunda observação é a falta de debate das teorias econômicas em geral sobre as causas das disparidades de riquezas entre os países (MYRDAL, 1960).

Myrdal (1960) atenta-se ao fato de que os países com rendas mais altas possuíam investimentos maiores, ao mesmo tempo em que países mais pobres possuíam baixa renda e, conseqüentemente, baixo investimento. Portanto, países que já eram industrializados continuavam a se industrializar ainda mais. Esse contexto leva o autor a entender que tal situação deveria ocorrer de forma contrária; países com baixa renda são os que deveriam investir mais, de forma a superar o atraso em relação aos países desenvolvidos. Outra constatação observada é que, em nações mais pobres, a taxa de aumento da população era

² Myrdal observava que as desigualdades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos eram crescentes e contínuas. Além disso, as teorias do comércio internacional, chamadas pelo autor de “posição teórica tradicional”, não explicavam o porquê do aumento dessas desigualdades. Desse modo, o autor se propõe a desenvolver uma ideologia voltada a explicação de tal realidade (MYRDAL, 1960).

superior a dos países desenvolvidos, além de apresentarem um desenvolvimento econômico mais lento, muitas vezes retrocedente.

Frente a essas colocações, três suposições puderam ser concebidas: 1) há poucos países ricos e muitos pobres; 2) nos países desenvolvidos o desenvolvimento é contínuo; e 3) a desigualdade econômica entre países ricos e pobres é crescente. Além disso, entre os países ricos a igualdade de oportunidade é cada vez maior, o que não ocorre nos países de baixa renda (MYRDAL, 1960).

Outro fato evidenciado pelo autor é a transição do uso do termo “países atrasados” para “países subdesenvolvidos”. Para Myrdal, a partir da II Guerra Mundial, houve um aumento da conscientização dessas disparidades por parte dos países de baixa renda. Isso se torna relevante pelo fato de trazer um novo padrão de consciência, em que a aspiração pelo desenvolvimento pudesse promover ações mais concretas em relação a esse objetivo (MYRDAL, 1960).

Perante essa conjuntura, Myrdal concebe sua teoria de CCC. O autor utiliza exemplos práticos, tais como a pobreza, a doença, o preconceito do branco com a população negra e a baixa condição de vida dos negros. Basicamente, o autor aponta a ideia de que existem conjuntos de forças que se destinam a agir e reagir de forma interdependente. Ou seja, o que é ação gera o resultado, que, por sua vez, volta a ser a causa de determinada situação. Com o uso do exemplo da pobreza, o autor define o CCC: “constelação circular de forças, que tendem a agir e reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza” (MYRDAL, 1960, p.27).

Pode-se compreender, então, que a questão do equilíbrio apontado pelas teorias econômicas não é real. Ou seja, a ideia de que várias forças atuam no sistema econômico e resultam na estabilização na prática não se verifica, visto que se observa a cumulatividade de processos existentes que, inclusive, pode se acelerar ao longo do tempo. Sendo assim, é importante observar que o CCC pode agir tanto sob ações negativas, quanto positivas. No primeiro caso, as forças atuam no sentido de um “círculo vicioso”, em que forças externas devem agir para neutralizar e, posteriormente, modificar esse ciclo. Quando a ação é positiva, denomina-se “círculo virtuoso”, ou seja, a abundância tende a permanecer. Desse modo, pode-se dizer que há um processo cumulativo que se prolonga caso não houver ações exógenas que interfiram no ciclo. Além do mais, quando não existe controle sobre tais processos, o efeito de desigualdade sobre as regiões será sempre crescente (MYRDAL, 1960).

No que se refere a aglomeração, Lima e Simões (2010) destacam que Myrdal possui uma visão negativa sobre a concentração de atividades em um determinado espaço. Nesta

concepção, Myrdal (1960, p.43) defende que: “o atual poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito (...)”. Ou seja, para o autor, o estabelecimento de tais atividades poderiam ocorrer em qualquer outro local, bem como apresentar melhores resultados. Além disso, o fato de ocorrer o surgimento de um centro econômico faz com que seja inevitável a drenagem de recursos de regiões próximas, podendo levar essas a estagnação ou regressão de suas economias.

Nessa perspectiva, as regiões mais prósperas produzem *backwash effects* ou “efeitos regressivos” em outras regiões. De modo simplificado, o que ocorre é o deslocamento de recursos para as regiões mais ricas, drenando recursos de regiões mais pobres. Com isso, o processo de desigualdade amplifica-se. Por outro lado, existem outros efeitos como o *spread effects* ou “efeitos propulsores”. Nesse caso, os resultados da prosperidade econômica atingem outras regiões, que podem ser as próximas, geralmente estimuladas ao desenvolvimento tecnológico, ou mais distantes, estimuladas para ofertar matéria-prima destinadas às indústrias da região lucrativa. Neste entendimento, o autor defende que a industrialização é essencial ao desenvolvimento, mas que regiões mais pobres tendem a se manter basicamente agrícolas (MYRDAL, 1960).

Quanto ao papel do Estado, Myrdal observa que em países desenvolvidos, as ações políticas promovem maior igualdade, o que não se observa em países subdesenvolvidos. De certo modo, o autor defende a atuação do Estado de tal modo que “efeitos propulsores” sejam promovidos a fim de superar os “efeitos regressivos”. Dentro da teoria CCC, entende-se que as forças de mercado e ações políticas são interdependentes. O autor ainda realça que quanto melhor se conhecer a maneira pela qual o CCC ocorre, ou seja, como os fatores se interrelacionam, maiores serão as chances de maximizar as políticas públicas implementadas nesse sistema. Além disso, o autor destaca que sua teoria é válida para qualquer campo das ciências sociais (MYRDAL, 1960).

Sobre a teoria desenvolvida por Myrdal, pode-se dizer que houve um avanço em direção a explicar como ocorrem as interações dos fatores inerentes às regiões, bem como as interações entre as regiões. O autor consegue adentrar com explicações sobre as forças positivas e negativas ocasionadas pelos fatores existentes na região e pelo estabelecimento dos centros de atividades, além de evidenciar o papel do Estado na busca por desenvolvimento regional.

2.3 ALBERT HIRSCHMAN

Para Bianchi (2007), a teoria sobre desenvolvimento econômico idealizada por Albert Hirschman foi inovadora e contribuiu significativamente para variados temas em ciências sociais. De acordo com a autora, Hirschman fez parte dos pesquisadores pioneiros na área de desenvolvimento econômico, já que algumas de suas pesquisas foram resultados de sua exploração nos países da América Latina e outros países em desenvolvimento no período que se estendeu entre os anos de 1952 e 1965.

Monastério e Cavalcante (2011) concordam com Bianchi (2007) no sentido de que Hirschman faz parte do grupo de grandes teóricos de desenvolvimento do período do Pós-Guerra, e acrescentam que a principal diferenciação de Hirschman estava na forma como ele considerava o fator desigualdade. Pois, enquanto que para teóricos como Gunnar Myrdal a desigualdade se caracterizava como um problema, Hirschman a enxergava como oportunidade a ser explorada por países em desenvolvimento.

Nesse sentido, Cavalcante (2007) afirma que Hirschman adota um traço ideológico evidentemente alinhado com as teorias de aglomeração dado que, nessa corrente, havia o entendimento de facilidade na obtenção de recursos para que o desenvolvimento se manifestasse. De tal forma, que, para Hirschman, a não concretização do desenvolvimento se dava pela existência de vários círculos viciosos atuando simultaneamente. Portanto, bastava fomentar a atuação de recursos considerados escassos, tais como o capital e atividade empreendedora, para impulsionar o desenvolvimento.

Com uma visão intervencionista e pensamento voltado ao fato de que os benefícios para superar o problema de subdesenvolvimento eram superiores ao custos para vencê-lo, Hirschman enfatiza a importância do planejamento. Nesse entendimento, o autor desenvolve sua teoria com base nos chamados “efeitos para frente” (*forward linkages*) e “efeitos para trás” (*backward linkages*). Considera-se “efeito para frente” a consequência do abastecimento de insumos necessários aos setores a jusante, e “efeitos para trás” a absorção de insumos dos setores a montante. Ambos os efeitos podem gerar economias de escala, uma vez que sejam implantadas determinadas indústrias. Já que uma vez implementadas haveria demanda para promover uma produção de escala mínima a montante, e, pela oferta de insumos, ocorre o favorecimento de atividades a jusante (CAVALCANTE, 2007).

Entende-se, desse modo, que esses efeitos são estratégias para fomentar o desenvolvimento. No caso dos efeitos para trás, tem-se a transmissão de estímulos para setores que produzem insumos para determinado setor, proporcionando o aumento do lucro à medida em que a demanda amplia. Enquanto que os efeitos para frente fundamentam-se na ideia de

promover negócios que estão à frente, de forma a aumentar os lucros por meio da redução de custo. Tem-se, assim, a implantação de setores industriais principais que impulsionam os demais setores (BIANCHI, 2007).

Embora Hirschman acreditasse que a desigualdade é uma oportunidade para a promoção do desenvolvimento, o autor presume que o equilíbrio deve ser instaurado. Para isso, é necessário viabilizar recursos como habilidades, serviços ou produtos que se revelem escassos, além de promover a atividade empreendedora. Dessa forma, o desenvolvimento ocorreria de forma quase que natural (CAVALCANTE, 2007).

Hirschman (1960) critica a posição dos países subdesenvolvidos de que os investimentos devam ocorrer no sentido de aproveitamento no âmbito coletivo. Para o autor, é inevitável que alguns indivíduos precisem ser beneficiados primeiramente até que seja possível disseminar os benefícios para os demais. Sendo assim, é importante estabelecer prioridades para os investimentos, em que momentaneamente se estabeleçam privilégios para algumas atividades.

Além disso, a incapacidade de um país em subdesenvolvimento de gerar desenvolvimento consiste na incapacidade de gerar os recursos necessários para alavancar a economia e não na falta de recursos em si. Nesse sentido, a postura de remoção de obstáculos é fundamental para quebrar o círculo vicioso em que a economia se prolonga (HIRSCHMAN, 1960).

Mediantes a tais colocações, Perroux e Hirschman assumem que para um país ou região se desenvolver é necessário a existência de vários polos de crescimento. Como podemos observar no trecho abaixo:

Seja o motivo que for não resta dúvida de que uma economia, para atingir níveis de renda mais elevados, precisa promover - e assim o fará - primeiro, no seu próprio âmbito interno, um ou vários centros regionais de força econômica. A necessidade de emergência de *pontos de desenvolvimento* ou *polos de desenvolvimento*, no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1960, p. 276).

Sob esse foco, o desenvolvimento ocorrendo de forma não-equilibrada faz com que o polo desenvolvido exerça pressões em outras localidades estagnadas, de modo a incentivar o desenvolvimento nessas regiões. No entanto, ao se deparar com um cenário em que as regiões próximas são desenvolvidas, esse processo se enfraquece (HIRSCHMAN, 1960).

Sobre essas interações, entre a região desenvolvida e a região estagnada, Hirschman (1960) destaca a existência de dois tipos de influências. A as favoráveis, ou efeitos “fluentes”. A as desfavoráveis, ou efeitos de “polarização”. Os efeitos fluentes existem quando há complementariedade entre as regiões; em que ocorre aumento de investimentos e de pesquisas,

além da absorção de algumas externalidades negativas que promovem resultados positivos para a região estagnada. No que se refere às interações desfavoráveis ou efeitos de polarização; pode-se destacar a absorção de fatores positivos ou impulsionadores de desenvolvimento das regiões estagnadas para a região desenvolvida, como exemplo a mão de obra qualificada, limitando, dessa forma, os recursos para o desenvolvimento da região estagnada.

Nessas ações de forças de mercado mencionadas acima, espera-se que os efeitos fluentes sobressaiam aos efeitos de polarização, mas, caso não for constatado tal situação, políticas econômicas intervencionistas serão essenciais para a correção do direcionamento de tais forças. Assume-se, assim, a necessidade de atuação do Estado para redirecionar forças de mercado em prol do desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1960).

No que diz respeito à contribuição de Hirschman para as teorias de desenvolvimento regional voltadas às forças de aglomeração, pode-se dizer que foi o autor que mais se aprofundou nas discussões dos fatores microeconômicos essenciais ao desenvolvimento regional. O autor deixa claro a sua compreensão de que os processos de desenvolvimento ocorrem, e devem ocorrer, de forma desigual no espaço. Além de evidenciar a importância da ação do Estado na economia a fim de redirecionar forças e de providenciar recursos que, na sua escassez, surgem como obstáculos ao processo de desenvolvimento. Hirschman demonstra um estilo verdadeiramente diferenciado, buscando sempre desmistificar os motivos pelos quais acredita-se que o desenvolvimento não é possível de ser alcançado.

2.4 DOUGLAS NORTH

Para Douglas North, a teoria de desenvolvimento é pautada em estágios, que se inicia na economia de subsistência até avançar para o estágio de maturidade, e não explicava adequadamente a dinâmica da economia americana. North observa que a base da economia americana estava voltada, desde o início, ao mercado mundial, não passando pelas fases graduais de maturação apontadas na literatura de sua época. Com base nessas verificações, North desenvolve sua teoria na qual aponta a importância das atividades exportadoras no desenvolvimento econômico do seu país (LIMA; SIMÕES, 2010).

North (1977) evidencia o fato do desenvolvimento da econômica norte-americana não se adequar a esses estágios graduais de maturação. Portanto, levar em consideração tal teoria pouco contribuiria para análise econômica do país ou, ainda, poderia levar a conclusões equivocadas. O autor argumenta que essas etapas de fato conseguiam explicar os ciclos

econômicos verificados no continente europeu, mas, como entre a história econômica europeia e a norte-americana existem diferenças marcantes, era necessário desenvolver proposições mais analíticas. E, havendo outras áreas com condições de desenvolvimento parecida com a da economia estadunidense, sua teoria poderia ser válida nessas outras regiões.

O autor ainda discute que, nos países europeus, a atividade econômica se baseia na economia de subsistência que, em seguida, resulta na evolução dos aspectos de transporte que leva à especialização local. Como resultado do aumento do comércio inter-regional, ocorre deslocamento conforme a defluência das atividades primárias, e, como consequência do aumento populacional e rendimento decrescentes das atividades praticadas, ocorre uma pressão para que a indústria se desenvolva até chegar no último estágio; “estágio final do desenvolvimento regional”. Nesse ocorre a produção voltada à exportação (NORTH, 1977).

O que ocorre nos Estados Unidos é a colonização mais “tardia”, em que os alicerces colonizadores caracterizavam-se como um empreendimento capitalista. Portanto, as atividades desenvolvidas eram determinadas pelo comércio mundial, ou seja, a fim de atender às demandas externas e gerar divisas. O autor ainda evidencia que existiam atividades voltadas à subsistência, mas que essas não possuíam tanta importância para o desenvolvimento econômico (NORTH, 1977).

Dessa forma, as regiões buscavam atender às demandas externas, enquanto que internamente buscavam aperfeiçoar os processamentos e a redução de custos. Tem-se, assim, uma combinação de ações que almejava promover o bem estar econômico, facilitar a distribuição e infraestrutura, além de ambicionar vantagens competitivas na comercialização dos produtos exportáveis no mercado mundial. Como resultado quanto maior o crescimento das regiões, maior o alcance de economias externas e maiores ganhos competitivos poderiam ser observados (NORTH, 1977).

Dentre os principais pontos abordados por North (1977), é de suma relevância as diferenciações entre “indústrias residenciais” e “indústrias de exportação”. A primeira consiste nas indústrias voltadas ao mercado consumidor, enquanto que a segunda, como o próprio nome diz, consiste na base exportadora. Para o autor, fica evidente a importância da base exportadora, pois essa ocupa uma posição de vital importância para a economia regional, com significativa contribuição para a renda absoluta e per capita. Portanto, a especialização deve estar voltada para essas atividades.

Lima e Simões (2010) apontam para a atuação de dois efeitos das atividades exportadoras: o efeito multiplicador das exportações e o efeito multiplicador das importações. O primeiro

efeito consiste na especialização da produção interna de produtos destinados à exportação, de tal forma que a renda extra gerada possibilite o aumento de importações que, por sua vez, aumente a produção e diversificação de produtos. Tem-se dessa forma, a criação de um círculo virtuoso, já que quanto maior for o leque de produtos determinados para exportação, maior será seu efeito na economia local. Quanto ao efeito multiplicador das importações, pode-se compreender que conforme as economias das regiões se expandem ocorrerá substituição de importações de produtos economicamente viáveis.

O autor ainda explora a questão do surgimento de centros urbanos e nodais. Mais uma vez, a diferente forma de colonização dos Estados Unidos, em relação à Europa, evidencia desigualdades na forma como esses centros são formados. O principal motivo pelo qual ocorre o crescimento desses centros na economia estadunidense são as vantagens locacionais ocasionadas pela redução dos custos de processamento e de transferência dos produtos destinados ao mercado externo. Ou seja, a inovação e diversificação eram indispensáveis para o crescimento. É preciso atentar-se, ainda, que esses centros desenvolvem um papel chave no comércio mundial, sendo porta de saída e entrada de mercadorias para que, após, a transações as mercadorias sejam distribuídas pelo território (NORTH, 1977; LIMA; SIMÕES, 2010).

Dentro de tal contexto, para North (1977), não há dúvidas quanto à importância das exportações para o crescimento econômico, já que sempre há oportunidades que devem ser exploradas para aumentar a competitividade, ou ampliar a quantidade dos produtos no mercado mundial. Sobre o fato de que a região precisa industrializar-se para continuar a crescer, segundo a concepção do autor, não há evidência dessa necessidade. Pois, as indústrias surgem naturalmente a partir do sucesso da atividade exportadora, como resultado da necessidade de atender determinadas demandas de matéria-prima ou de consumo local. Além disso, na visão do autor, o termo industrialização é ambíguo, e sua utilização deve ser melhor definida.

Nessa perspectiva, pode-se compreender que o parecer de North (1977) sobre a aglomeração é favorável. Para o autor, o crescimento dos centros nodais ocorre pelas vantagens do local, já que essas refletem na redução dos custos de transferência e produção de produtos exportáveis. Além disso, as atividades especializadas em dar suporte à indústria de exportação se estabelecem em tais centros, atuando como contribuintes na redução de custos. A força de trabalho e as relações sociais são praticamente moldadas e atraídas pelas atividades exigidas pela produção e comercialização dos produtos exportáveis. O autor ainda enfatiza que as ações políticas devem ser direcionadas no melhoramento da posição da base de exportação.

Diante disso, há o reconhecimento, por North, de que o crescimento ocorre de forma desigual no território. Para o autor, é visível que algumas regiões se desenvolvem mais rapidamente do que outras. Isso deve-se a otimização do tamanho da empresa, do desenvolvimento de novos produtos ou serviços e mecanização dos processos. A partir disso, os lucros são reinvestidos na expansão da atividade exportadora em outras regiões, o que faz com que as diferenças de desenvolvimento entre regiões sejam atenuadas (NORTH, 1977).

North (1977) também manifesta sua preocupação com o declínio na demanda de produtos exportáveis, uma vez que indica a substituição ou introdução de novos produtos que tenham perspectiva de crescimento na demanda. Segundo o autor, o desenvolvimento é desencadeado se a redução de custos for maior do que a região concorrente, o que pode ocorrer tanto no processo de produção como no canal de distribuição.

Nesse sentido, pode-se inferir que, para North (1997), o sentido real de desenvolvimento regional se estabelece a partir de atividades exportadoras. Embora o autor assuma a existência de disparidades espaciais, devido às diferenças de crescimento e desenvolvimento das atividades nas diversas localizações, ainda assim as atividades exportadoras parecem ser necessárias para o desenvolvimento regional. Ou seja, na visão do autor, cultivar a atividade exportadora garante, por si só, o desenvolvimento econômico.

2.5 TENDÊNCIAS MAIS RECENTES EM ECONOMIA REGIONAL

Na visão de Storper e Venables (2005), a aglomeração é um fator que permanece comprovadamente forte na área da geografia econômica. Os autores embasam essa concepção ao observarem que as atividades, uma vez estabelecidas em determinado local, tendem a permanecer nessa mesma localização, exceto em poucos casos em que ocorre a mudança de centro geográfico ou abandono.

As inovações de infraestrutura, de transporte e de informação tendem a reforçar a localização industrial e o decorrente crescimento urbano de tal modo que o foco principal das teorias de aglomeração fogem das sombras da simples redução do custo de transporte e se alçam nos fatores imateriais para reforçar sua adequação. Entende-se por fatores imateriais a transferência de conhecimento, ideias e informação. Ou seja, a produção e comunicação de ideias, além da produção de conhecimento e informação, são aspectos que passaram a impulsionar a aglomeração (STORPER; VENABLES, 2005).

Markusen (2005) destaca que as mudanças rápidas e contínuas estimularam geógrafos econômicos e economistas regionais a idealizarem teorias que fossem além da descrição, mas que, de certa forma, explicassem as ocorrências de tais mudanças. Desse modo, o autor incentiva a utilização de atores no enfoque centrado das teorias, pois assim a complexidade e interação do sistema regional poderiam ser melhor explorados.

Como uma crítica pelo abandono da agregação dos fatores microeconômicos nas teorias de aglomeração, Markusen (2005) resgata o trabalho de Myrdal e enfatiza a sutileza das gravitações de determinados aspectos sociais que tinham sido desconsiderados pelos economistas da teoria de comércio neoliberal. Desse modo, o autor destaca a importância e a influência das corporações empresariais e dos sindicatos trabalhistas na distribuição das atividades econômicas regionais.

Em uma perspectiva muito próxima a de Markusen (2005), Pecqueur e Zimmermann (2005) apontam que as reflexões sobre economia regional englobam fatores em que o custo é o principal obstáculo. Portanto, é necessário avançar na aceitação de que as estratégias dos fatores afetam a distribuição da produção e da riqueza, além de caracterizar os territórios por meio das especificidades.

Desse modo, compreende-se a necessidade do aprofundamento das teorias na compreensão de como os atores mobilizam os recursos e como essa cooperação impacta o desenvolvimento de uma determinada região. Tem-se, assim, a capacidade de analisar o espaço sob duas perspectivas: a primeira, como resultado da coordenação dos recursos produtivos internos e no contexto da proximidade geográfica; e a segunda, como dar-se-á a inserção desse espaço no contexto global (PECQUEUR; ZIMMERMANN, 2005).

No que tange tal entendimento, Lopes (2001) pontua que pelo fato dos benefícios socioeconômicos estarem voltados para os indivíduos, além da localização dos recursos e atividades, é também importante compreender os aspectos interdisciplinares. Ou seja, a organização espacial é condicionada, mas também é condicionadora de desenvolvimento. Nesse sentido, tem-se:

Estes aspectos podem ficar já referidos como fundamentais em desenvolvimento regional: importa a caracterização do *todo* (o País) sem descuidar as características das *partes* (as regiões); importa conhecer as relações entre as *partes* e o *todo*; importa conhecer as relações *dentro* de casa uma das partes; importa conhecer as relações *entre* as partes. (LOPES, 2001, p.5).

Frente a essas colocações, Amaral Filho (2001) esclarece que as teorias de desenvolvimento regional de fato sofreram mudanças, principalmente desde o fim da década

de 1980. O que pode ser observado é a endogeneização, em que a organização territorial se mostra como um fator mais pragmático frente à organização industrial.

Conceitualmente, o desenvolvimento endógeno se define pelo aumento do emprego, do produto e da renda de determinado local ou região, decorrente da ampliação da capacidade de agregar valor na produção e da capacidade de conservação do excedente econômico internamente. Além disso, as inovações, acúmulo de conhecimento e competências tecnológicas que afetem a produtividade dos fatores também devem ser entendidos como fatores propulsores de desenvolvimento endógeno (AMARAL FILHO, 2001).

Campos, Callefi e Souza (2005) destacam que esse modelo se caracteriza pela expectativa de crescimento de pequenas e médias empresas³ por meio de flexibilidade, descentralização da produção e maior independência das economias de escala. O complexo de pequenas e médias empresas promovem o desenvolvimento regional. Sendo esse desenvolvimento decorrente da variedade de relações sociais provocadas pela complementariedade, ações de cooperação e interdependência da produção.

Santos (2007, p. 169) completa:

A estrutura do espaço não depende apenas da localização das empresas [...], mas requer, também, a consideração da estrutura do Estado e da produção, assim como do modo pelo qual os recursos disponíveis são distribuídos as diferentes classes sociais.

Mediante às teorias discutidas nesta seção, pode-se perceber a complexidade do sistema de desenvolvimento regional. Ainda, que ciências econômicas passaram por transformações relevantes, angariando novas áreas com seus pesquisadores intencionados em, cada vez mais, incorporar aspectos reais aos seus modelos. A economia regional, por si mesma, embora como um interesse de pesquisa recente, sofreu modificações e aperfeiçoamento ao longo de sua consolidação.

Dessa forma, compreende-se que vários são os fatores que promovem o desenvolvimento de um determinado território, mas que esses não fogem das contribuições das teorias neoclássicas, como as teorias de Schumpeter e de Marshall. Portanto, verifica-se que inovação, conhecimento e capacidade tecnológica, bem como a distribuição de recursos para a população, capacitação dos recursos humanos e de capital, além da atuação do Estado com políticas de desenvolvimento regional, são essenciais para a promoção da localidade ou região na busca por destaque e bem estar social.

³ Segundo os autores, a definição de pequenas e médias empresas, no contexto da obra, se baseia na classificação dada pelo Sebrae, sendo, portanto: microempresa quando há até 20 empregados; pequenas quando há de 21 a 100; médias quando empregam de 101 a 500 funcionários; e grandes empresas quando o número de funcionários é superior a 500 (CAMPOS, CALLEFI; SOUZA, 2005).

3. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Dados do IPARDES (2018) apontam que o estado do Paraná possui uma área territorial de aproximadamente 199 mil km². Sua divisão política é caracterizada pela existência de 10 mesorregiões⁴, 39 microrregiões e 399 municípios. A Figura 1 apresenta a divisão político-administrativa do estado em microrregiões (MGR), objeto deste estudo.

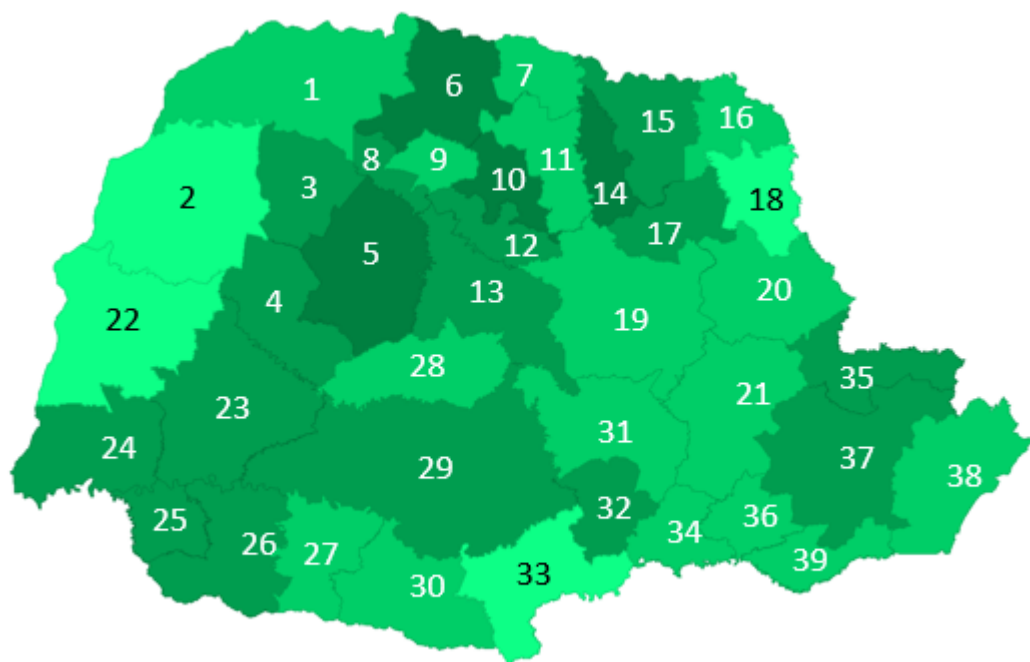


Figura 1- Divisão político-administrativa do estado do Paraná por microrregiões

FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE(2017).

*1-MGR Paranavaí, 2- MGR Umuarama, 3-MGR Cianorte, 4- MGR Goioerê, 5- MGR Campo Mourão, 6-MGR Astorga, 7- MGR Porecatu, 8- MGR Floraí, 9-MGR Maringá,10- MGR Apucarana, 11-MGR Londrina, 12- MGR Faxinal, 13- MGR Ivaiporã, 14-MGR Assaí, 15- MGR Cornélio Procópio, 16- MGR Jacarezinho, 17- MGR Ibaiti, 18- MGR Wenceslau Braz, 19- MGR Telêmaco Borba, 20- MGR Jaguariaíva, 21- MGR Ponta Grossa, 22- MGR Toledo, 23-MGR Cascavel, 24-MGR Foz do Iguaçu, 25 MGR Capanema, 26- MGR Francisco Beltrão, 27-MGR Pato Branco, 28- MGR Pitanga, 29- MGR Guarapuava, 30-MGR Palmas, 31-MGR Prudentópolis , 32-MGR Irati, 33-MGR União da Vitória, 34-MGR São Mateus do Sul, 35- MGR Cerro Azul, 36-MGR Lapa, 37-MGR Curitiba, 38-MGR Paranaguá, 39-MGR Rio Negro.

Em 2017, o estado do Paraná teve participação de 6,34% no Produto Interno Bruto (PIB) do país, com valor correspondente a R\$ 415.789 milhões. Dados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP, 2016) indicam que na composição do PIB estadual, 54,70% advém do setor de comércio e serviços, 22,6% da indústria, 13,8% de impostos e 9% advém dos setores

⁴ São elas: Centro Ocidental, Centro Oriental, Centro-Sul, Metropolitana de Curitiba, Noroeste Paranaense, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste, Sudeste e Sudoeste (IPARDES, 2018).

de agricultura e pecuária. No que se refere ao PIB industrial, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) se destaca, sendo responsável por 34,2% da renda oriundas desse setor.

A representatividade econômica do estado no cenário nacional tem se mostrado relativamente expressiva, alternando entre a quarta e quinta posição de maior PIB entre os estados brasileiros, apresentando uma participação média de 7,49% das exportações totais do país na última década. Além desse indicador, tem-se o PIB per capita paranaense, que é superior ao brasileiro desde 1998. O estado ainda possui o quinto maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e apresenta a quinta menor taxa de pobreza, além de apresentar a maior expectativa de anos de estudo do país (COMEX STAT, 2018; IBGE,2018, IPARDES,2018).

A Tabela 1 apresenta o percentual de participação do PIB paranaense no PIB brasileiro.

Tabela 1- Participação percentual do PIB do Paraná no cenário nacional , 2002-2016

Ano	Paraná	Brasil	Part. (%)
2002	88235715	1488787276	5,93
2003	110039414	1717950386	6,41
2004	123451530	1957751224	6,31
2005	127464507	2170584503	5,87
2006	137648311	2409449916	5,71
2007	165208891	2720262951	6,07
2008	185683859	3109803097	5,97
2009	196675612	3333039339	5,90
2010	225205255	3885847000	5,80
2011	257122269	4376382000	5,88
2012	285620202	4814760000	5,93
2013	333481152	5331618957	6,25
2014	348084191	5778952780	6,02
2015	376959749	5995787000	6,29
2016	401661190	6267205000	6,41

FONTE: IBGE (2019).

Das informações apresentadas na Tabela 1, evidencia-se a consolidação da expressividade do produto paranaense para a economia brasileira ao longo do período apresentado. No ano de 2016, essa representatividade foi de 6,41%, o quinto no *ranking* nacional, inferior apenas aos dos estados de São Paulo, cuja participação foi de 32,52%, Rio de Janeiro (10,21%), Minas Gerais (8,69%) e Rio Grande do Sul (6,52%).

Além disso, dados do IparDES (2017a) apontam que quando se analisa o mercado de trabalho no período 2003-2015, observa-se no cenário brasileiro a combinação de crescimento econômico, baixa taxa de desemprego, aumento salarial, políticas públicas de inclusão e diminuição da desigualdade social. O Paraná, por sua vez, acompanha e contribui para a

construção de tal cenário, sendo que, somente na geração de empregos formais no estado houve um aumento de 68,86% no período 2000-2010.

Pode-se compreender, pelas informações apresentadas, que o Paraná possui uma situação socioeconômica privilegiada quando comparado aos demais estados brasileiros. No entanto, Firkowski (2002), Migliorini (2006) e Braga e Curado (2014) destacam que foram necessárias muitas transformações na economia paranaense para que o estado alcançasse esse nível de representatividade no cenário nacional. Mas, apesar disso, Piacenti (2012) adverte que quando a análise dos indicadores gerais parte para o contexto interno, verifica-se que há heterogeneidade na distribuição da renda e dos recursos, além de diferenças significativas na dinâmica econômica dentre as regiões.

Mediante a tais colocações, esta seção tem por objetivo resgatar alguns processos históricos, bem como os planos e políticas de desenvolvimento implementados nas diversas regiões, assim como os resultados obtidos por essas transformações. A representação buscada nesta pesquisa compreende o período que se inicia nos anos 1960 até os dias atuais.

Essa análise justifica-se pelo fato de que foi a partir da década de 1960 que se iniciou a construção da infraestrutura básica do território. Ou seja, significativas transformações são observadas a começar desse período. Além disso, percebe-se uma maior presença do Estado Local na economia. Esse buscou desenvolver estratégias de integração e ocupação do território (MACEDO, 2009; BRAGA; CURADO, 2014).

3.1 DA PRESENÇA DO ESTADO LOCAL À TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA

Até a década de 1960, o estado do Paraná caracterizava-se como um território periférico no contexto nacional. Isso porque nesse havia atraso no desenvolvimento socioeconômico, relação de dependência econômica com outros estados brasileiros e fragilidade de integração entre as regiões do próprio estado. Padis (1981) evidencia que a limitação no desenvolvimento estadual se justificava por sua economia estar pautada na atividade extrativa, com baixo poder de gerar valor agregado, e pela precariedade de infraestrutura básica, principalmente de transporte. Além disso, os processos de desenvolvimento eram descontínuos, o que dificultava um avanço mais significativo no desenvolvimento socioeconômico do território estadual.

Nos anos de 1940, o Paraná tornou-se o mais importante produtor de café do Brasil, o que possibilitou um aumento da produção agrícola e desencadeou um maior dinamismo na economia estadual (TRINTIM, 2006). Diante de tal contexto, pode-se dizer que, a partir da

década de 1950, iniciou-se a construção da infraestrutura de base para que transformações econômicas mais expressivas começassem a ocorrer.

Estimulado pela criação, em âmbito nacional, da Petrobras (1953), do Plano Nacional de Eletrificação e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., o Governo Estadual instituiu, em 1954, no Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). No ano seguinte, 1955, foi criada a política de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná (PLADEP), e, em 1959, foram estabelecidas a Assistência Rural do Paraná e Associação de Crédito. São essas as políticas de grande importância para as transformações que ocorreram durante a década de 60 (MACEDO, 2009).

Além disso, também evidencia-se que a regionalização do estado do Paraná ocorre a partir da década de 1960 (VERONEZE; LIMA, 2006). Muniz Filho (1996) salienta que esse processo ocorreu em três fases. A primeira com objetivo de descentralizar a administração pública. A segunda por critério de polarização, a fim de coordenar as políticas de desenvolvimento regional. Já na terceira fase foram criadas as microrregiões, essas buscavam agregar os municípios com identidades geoeconômicas para fins estatísticos.

Trintim (2006) destaca o empenho do Governo do Estado na implantação de políticas de melhoria de infraestrutura básica, especialmente de transporte, produção, telecomunicação e energia. No entanto, o autor evidencia que a intervenção do Governo Estadual não se limitou a essas políticas, mas estendeu para o incentivo do estabelecimento de pequenas e médias empresas, visando promover maior competitividade entre capitais e a menor probabilidade de formação de monopólios e/ou oligopólios. Naturalmente, foram priorizados os incentivos para empresas cujas atividades eram mais dinâmicas, tais como as indústrias de bens de consumo duráveis, bens de capitais e intermediários. No entanto, as indústrias de alimentos e têxteis, ambas consideradas como setores tradicionais, também foram incentivadas.

Porém, esta última política não gerou os resultados esperados, pois já não se alinhava com a política nacional de integração. Ou seja, era uma política de substituição de importações (SI) implantada de forma atrasada, pois, no contexto nacional, promovia-se a integração produtiva. Além disso, o parque industrial brasileiro já havia sido estabelecido para atender ao mercado nacional, em que, no centro, priorizou-se os setores intensivos em capital, o que dificultava a competitividade das pequenas e médias empresas (TRINTIM, 2006).

Apesar disso, os investimentos em infraestrutura básica possibilitou o estabelecimento de novas indústrias de grande porte voltadas ao mercado nacional e internacional, com maior uso de tecnologias e, conseqüentemente, mais competitivas. É importante destacar que a ascensão

da indústria possibilitou um alinhamento com o setor primário, incentivando, em um primeiro momento, o fortalecimento das agroindústrias (IPARDES, 2006).

As transformações do setor produtivo continuaram na década de 1970. Esse período foi marcado pela ascensão e diversificação da indústria, para o qual o Estado empenhou-se na atração de grandes plantas industriais e na criação da Cidade Industrial de Curitiba(CIC) (BRAGA; CURADO, 2014). Migliorini (2006) destaca que alguns fatores favoreceram esse processo. Os principais foram: 1) as deseconomias de aglomeração que ocorreram no estado de São Paulo, até então considerado a melhor localização para as indústrias; e 2) as estratégias adotadas pelo Governo Nacional que buscavam a desconcentração regional das indústrias, a substituição de importações (SI) e o aumento da participação brasileira no comércio internacional.

Ou seja, foi a partir desse contexto que ocorreu o início da consolidação da cadeia produtiva contemporânea do Paraná. Sistemáticamente, tem-se, na década de 1940, a ocorrência de um impulso na dinâmica econômica do estado, que possibilitou a criação de instituições de infraestrutura na década de 1950 que, por consequência, fomentou a consolidação de planejamento e estratégias nos anos de 1960, em continuidade na evolução e consolidação da estrutura produtiva nos decênios seguintes.

Nesse sentido, Veroneze e Lima (2003) afirmam que a década de 1970 caracteriza-se pelo início da polarização de atividades e características inerentes de cada região. Os autores destacam que a diversificação da indústria e mecanização e disseminação da agropecuária contribuíram para as transformações que ocorreram nesse ciclo.

Sobre a população paranaense, Moro (1998) afirma que até os anos 1970 o estado exerceu atração populacional, mas, nesse decênio, os movimentos populacionais passaram de imigração para emigração. Ou seja, essa fase denota uma mudança no perfil geoeconômico do Paraná.

Nos aspectos sociais, a passagem entre as décadas de 1970-1980 também foi marcada pelo êxodo rural. Com isso, nota-se a inversão da demografia da área rural para a área urbana (IPARDES, 2010). Embora a década de 1980 tenha sido caracterizada como uma “década de crise” no contexto nacional⁵, o Paraná consegue dar um salto qualitativo no que diz respeito à diversificação de sua economia (MIGLIORINI, 2006).

Nesse sentido, Castro e Vasconcelos (1999) evidenciam que no decênio 1980-1990 a agropecuária paranaense consolida seu processo de organização espacial com o fortalecimento

⁵ Os principais motivos foram o esgotamento do modelo SI e falta de novos projetos de desenvolvimento (MIGLIORINI, 2006).

das agroindústrias, a diversificação da produção e o aumento dos investimentos para fomentar as exportações. A indústria beneficiou-se da implantação de setores mais dinâmicos e recentes no contexto nacional. Foram impulsionados os setores de material elétrico e de comunicação, mecânica, material de transporte, químico e setor de papel e celulose.

Os investimentos em infraestrutura diminuíram em função da redução dos investimentos do Governo Federal, mas ainda foram realizados investimentos importantes, como no porto de Paranaguá e em cooperativas de armazenagem nas regiões de interior do estado. No setor energético, houve a instalação de usinas, como as de Foz de Areia e Segredo (CASTRO; VASCONCELOS, 1999).

Quandt (1997) enfatiza a importância do setor agropecuário para a economia estadual e a necessidade do deslocamento do centro dinâmico industrial para aumentar a competitividade econômica do estado. Além disso, o autor ressalta que apesar de que o Paraná, no período 1985-1995, tenha apresentado infraestrutura adequada e compatível com o nível de desenvolvimento estadual, ainda havia indicadores sociais, educacionais e de infraestrutura física precários, o que dificultavam a mudança do sistema produtivo e o aumento da competitividade.

Rolim (1995) afirma que o decênio de 1990 foi marcado por muitas mudanças na economia nacional, sendo a implantação do Plano Real a mais impactante das transformações. Em contrapartida, Macedo, Vieira e Meiners (2002) afirmam que em meados dos anos 1990 um novo modelo de desenvolvimento começou a ser elaborado para o Paraná. Esse novo modelo permitiu a entrada de novos investimentos, o que resultou na redefinição da economia paranaense no contexto nacional. Nessa nova etapa, ressalta-se a importância no estabelecimento da indústria automotiva no estado, a qual tinha um grande potencial de germinar efeitos endógenos direto e indiretos.

Além disso, a concepção de que o estado do Paraná funcionava como um território periférico, economicamente dependente do estado de São Paulo, passou a ser reanalisada. Pois, nesse período, uma nova dinâmica econômica figurada pelas atividades exportadoras alinhava o Paraná com o comércio exterior (MACEDO; VIEIRA; MEINERS, 2002).

Vargas (2005) destaca que os investimentos em transporte sempre foram uma preocupação do Governo do Estado para articular o dinamismo e a integração da economia paranaense. Muitos investimentos foram realizados a partir da metade do séc. XX, mas concentrava-se, basicamente, na construção de rodovias. Nos anos de 1990, houve maior preocupação em fortalecer a integração do território com o Porto de Paranaguá. Com esse intuito, foi construída a ferrovia que liga as cidades de Cascavel a Guarapuava. A preocupação

central dos investimentos em transporte, no entanto, era desenvolver o sistema viário a fim de possibilitar o sucesso das políticas de industrialização.

Dentro desse contexto, Veroneze e Lima (2003) destacam que o interior do estado foi beneficiado por políticas de desenvolvimento das agroindústrias, o que desencadeou uma mudança no perfil dos polos de desenvolvimento. Rolim (1995) corrobora essa informação ao relatar a transformação produtiva ocorrida no estado no final dos anos 1990, e da perda da representatividade do setor agropecuário no PIB estadual.

Rolim (1995) ainda interpreta essa fase do desenvolvimento socioeconômico paranaense como o surgimento de uma divisão mais marcante de duas dinâmicas coexistentes que, por vezes, tornava conflitante a implantação de políticas. Desse modo, tem-se o chamado Paraná Tradicional, regido pela Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e o Paraná *Agrobusiness*, que compreende o restante do território estadual.

O chamado Paraná Tradicional, sob a regência da RMC, possuía um setor industrial mais moderno, desvinculado da agropecuária, e voltado para o comércio nacional e internacional. Era responsável por aproximadamente metade do ICMS gerado no Estado. Além de se sobressair em termos de crescimento demográfico e econômico. É importante destacar que essa região mantinha articulação industrial com os estados de São Paulo e Santa Catarina, e, a nível de Brasil, tornou-se um ponto econômico de articulação da região Sul do Brasil (ROLIM, 1995).

O Paraná *Agrobusiness* era um território em crise, sendo a principal delas a crise demográfica. Rolim (1995) afirma que foram duas décadas de migração para fora do estado. Além disso, nesse espaço do território, percebe-se uma maior heterogeneidade socioeconômica. O setor agropecuário é o principal locomotor da economia, no qual coexistem diferentes níveis de modernização e organização da produção que variam entre o “grande produtor moderno” até a agricultura familiar. É relevante ressaltar que, segundo o autor, nesse período, dos anos de 1990, quase não houve atuação do Governo do Estado na promoção de políticas de desenvolvimento, cabendo ao Governo Federal esse papel.

Em outra perspectiva, Veroneze e Lima (2003) apontam que nesse período houve a ascensão dos polos regionais. O Governo Estadual foi responsável pela construção do “anel de integração”. Esse “anel” tinha o objetivo de integrar o território e transferir o desenvolvimento econômico entre as regiões por meio de um corredor viário que liga os principais polos. Sendo assim, foram construídas rodovias que ligam a RMC aos polos de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Guarapuava e Cascavel.

Nesse processo de regionalização, entre as visões do Governo do Estado para as políticas de desenvolvimento das mesorregiões, destaca-se o polo de Londrina como um mercado interligado com o de São Paulo, por contar com tecnologia e expectativa de investimentos. Maringá contava com cooperativas de desenvolvimento do setor industrial, enquanto que em Paranaíba, localizada ao noroeste do estado, os investimentos estavam voltados às atividades de cana-de-açúcar e bovinocultura. Na RMC, o setor industrial diversificava-se ainda mais em setores dinâmicos e de base tecnológica, cabendo à região Oeste desenvolver-se na agroindústria. Na região Sudoeste do Paraná, via-se desenvolver atividades no setor de industrialização de carnes, órgãos do governo e base técnico-científica. Restando a Guarapuava desenvolver agroindústrias e indústrias de celulose (VERONEZE; LIMA, 2003).

Quanto a esse contexto, estudos realizados pelo Iparde (2006) apontam que o Paraná é um estado com a existência de vários espaços multifacetados. Há diversos níveis de expressão econômica e também espaços com situação social crítica. Além disso, é possível observar que mesmo em regiões que apresentam expressão econômica ainda é possível observar heterogeneidade quando a análise parte para enfoques mais estreitos.

Do ponto de vista da divisão social do trabalho e da expressão econômica, classifica-se as regiões em quatro níveis de relevância: máxima, elevada, média e mínima. A região classificada como máxima relevância é a da capital Curitiba, que possui por principais características a concentração do poder político, econômico e ideológico, além de ser uma região mais integrada com o contexto nacional e internacional. As regiões de elevada significância são os polos de Maringá e Londrina, pois possuem produção diversificada, e também a região Oeste Paranaense, por possuir forte desenvolvimento da agroindústria e articulação com países do MERCOSUL. Os espaços de média relevância são constituídos pelas regiões Centro-Oriental, Noroeste, Sudoeste e o polo de Guarapuava, cada qual com sua característica específica que impulsiona a economia local. Por fim, tem-se as regiões de fronteira com Santa Catarina e Norte Pioneiro que são classificadas como de mínima relevância, pois as atividades econômicas são de origem extrativista e de dependência com o Estado de São Paulo (IPARDES, 2006).

Além desses níveis de relevância econômica, o estado do Paraná ainda conta com mais um espaço do seu território, que não apresenta relevância econômica, classificado como socialmente crítico. Tal espaço se caracteriza pela falta de relevância econômica, além de apresentar indicadores sociais críticos. Esse espaço está localizado na região central do território estadual, além das regiões do Vale do Ribeira, localizadas ao norte do estado, há

também Guaraqueçaba, localizada próxima ao litoral. É importante citar que a principal atividade econômica desses locais é o extrativismo (IPARDES, 2006).

O Quadro 1 sintetiza e proporciona uma melhor compreensão da classificação realizada pelo estudo do IPARDES (2006).

QUADRO 1- Classificação do território paranaense por relevância econômica

Classificação por relevância econômica	Região ou polos	Principais atividades e características
Máxima	Curitiba e Ponta Grossa	Atividades econômicas diversificadas. Centro de poder político, ideológico e econômico. Receptação e difusão de tecnologia, inovação e comunicação. Integração com território nacional e global.
Elevada	Londrina-Maringá e Região Oeste (Polo Cascavel)	Londrina-Maringá: produção, comércio e serviços diversificados. Importante meio de pesquisa e telecomunicação. Integração econômica com o estado de São Paulo. Região Oeste: desenvolvimento agroindustrial e região de fronteira, com importantes relações com países do MERCOSUL.
Média	Centro-Oriental (Cianorte, Paranavaí e Umuarama) Sudoeste (Guarapuava e Campo Mourão).	Centro Oriental: atividade papelreira integrada com o comércio nacional e internacional. Noroeste: existência de atividades que fogem a característica agropecuária da região em que está localizada. Sudoeste: produção e transformação agropecuária. Guarapuava: região latifundiária Campo Mourão: verticalização da produção pela localização da indústria Coamo.
Mínima	Região de Fronteira com Santa Catarina (Norte Pioneiro)	Extrativismo e dependência com o estado de São Paulo.
Socialmente Crítico	Região central, Vale do Ribeira e Guaraqueçaba	Extrativismo. Indicadores sociais críticos.

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados do IPARDES (2006).

No que diz respeito à influência dos polos de desenvolvimento, Veroneze e Lima (2003) averiguaram que, no período entre 1991 a 2000, os polos de Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa aumentaram seu poder de influência sobre as cidades sob sua regência. Os polos de Jacarezinho, Pato Branco e União da Vitória conseguiram manter uma certa estabilidade na influência exercida sob as demais cidades, enquanto que os polos de Umuarama e Guarapuava diminuíram sua influência.

Nesse contexto, verifica-se que o estado do Paraná finda o período até 2005 contando com muitas transformações em sua base produtiva, econômica e social. A contar das transformações mais expressivas, ocorridas a partir da década de 1960, verifica-se a importância das articulações políticas e quanto elas tornaram-se decisivas na caracterização de determinado território. Dessa forma, como afirma o estudo do IparDES (2006), a característica de território

heterogêneo não é exclusividade do estado, mas resulta da mobilidade do capital em busca da melhor localização e retorno de investimento.

3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO

A economia contemporânea paranaense sofreu profundas transformações entre as décadas de 1960-2000. Por outro lado, encara outros desafios inerentes à atualidade, desde as pautas de planejamento passando pela globalização, a era de informações, até outros fatores que exigem uma gestão da qualidade dos recursos existentes. Sendo assim, esta seção tem o objetivo de apresentar dados dessa nova fase do desenvolvimento socioeconômico do estado, além, também, de demonstrar o quanto as especificidades de cada localidade contribuem para a formação da dinâmica atual de cada região do estado.

De modo geral, percebe-se a transformação dos diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico. Dados do IPARDES (2017a) apontam a transformação demográfica do estado. Nesse, evidencia-se que houve o envelhecimento da população paranaense. Além disso, beneficiado pelo movimento de migrações, a taxa de crescimento populacional entre os anos 2000-2010 foi de aproximadamente 0,90% a.a., com grau de urbanização acima dos 85%.

Houve um expressivo crescimento real da indústria automotiva no período de 2003 a 2007 que consolidou o estado como um polo nacional automobilístico. No período entre 2001 a 2010, houve também um movimento de desconcentração de instituições ligadas à Ciência e Tecnologia, resultando na abertura de 14 polos de faculdades estaduais espalhadas pelo território estadual (IPARDES, 2017a). Dados do IparDES (2018) apontam que a relevância econômica de cada espaço não se alterou muito durante a década de 2000. A Tabela 2 corrobora com essa afirmação ao apresentar a participação percentual das microrregiões no PIB paranaense.

TABELA 2-Participação percentual das microrregiões no PIB do Estado do Paraná, 2003-2016

MGR/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
MGR Curitiba	41,47	41,79	41,91	42,25	43,56	42,70	40,81	39,99	38,84	38,11	36,21
MGR Londrina	6,45	6,73	6,57	6,85	6,74	6,83	7,28	6,98	7,00	7,04	6,77
MGR Foz do Iguaçu	5,26	4,76	4,38	4,42	3,95	3,83	4,09	4,06	4,04	4,57	4,77
MGR Ponta Grossa	4,28	4,20	4,11	4,15	4,01	4,15	4,33	4,27	4,46	4,32	4,50
MGR Maringá	4,41	4,40	4,13	4,51	4,68	4,75	4,96	5,15	5,28	5,28	5,23
MGR Cascavel	3,48	3,73	3,77	3,79	3,63	3,81	3,92	4,02	4,14	4,14	4,31
MGR Toledo	3,15	3,25	3,44	3,19	3,19	3,28	3,21	3,54	3,72	3,72	3,96
MGR Guarapuava	2,60	2,75	2,68	2,62	2,54	2,54	2,63	2,69	2,59	2,65	2,92
MGR Paranaguá	2,60	2,66	2,77	2,36	2,41	2,45	2,51	2,46	2,49	2,58	2,84
MGR Apucarana	2,46	2,37	2,38	2,45	2,37	2,43	2,49	2,42	2,45	2,27	2,21
Demais MRGs	23,83	23,37	23,87	23,40	22,92	23,24	23,77	24,42	24,98	25,31	26,28
Paraná	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IPARDES (2018).

Ao observar os dados da Tabela 2, é possível notar que no aspecto de geração de riqueza, pouco se alterou ao longo do tempo em relação a participação das microrregiões. Verifica-se que a microrregião de Curitiba mantém-se como o espaço economicamente mais relevante. Ao analisar pontualmente os dados de 2006 e 2016, percebe-se que há uma pequena perda de participação das MGRs de Curitiba, Foz do Iguaçu e Apucarana, enquanto que as MGRs de Londrina, Maringá, Cascavel e Toledo aumentaram sua expressividade no PIB paranaense, mesmo que tais oscilações não tenham afetado de forma tão significativa a distribuição da participação.

De acordo com o Iparde (2017a), a justificativa do aumento dessa participação das MGRs de Londrina, Maringá e Toledo na economia estadual deve-se ao constante crescimento da participação dessas regiões na divisão do mercado de trabalho nacional e internacional, a ampliação do fluxo de importações e exportações com outros estados brasileiros e também do aumento das atividades do setor de serviços. Entre outros pontos, pode-se observar a inserção de outros municípios, internos a essas MGRs, como relevantes à economia estadual. Na MGR de Londrina, os municípios que aumentaram essa expressividade foram Cambé e Iporã, ou seja, os que estão associados ao polo de Maringá foram Sarandi e Marialva.

Quanto às MGRs de Cascavel e Toledo, o aumento da representatividade deve-se ao aumento da participação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) do setor industrial. Embora a MGR de Foz do Iguaçu tenha diminuído sua participação no PIB estadual, é importante ressaltar que a região possui o maior VAF da região Oeste Paranaense (IPARDES, 2017a). Ainda é possível observar que as MGRs de Ponta Grossa, Paranaguá e Apucarana mantiveram-se estáveis em relação a suas respectivas representatividades econômicas em relação ao PIB do estado e, ainda, que a MGR de Guarapuava perdeu representatividade.

As principais atividades econômicas das microrregiões paranaenses têm no setor de comércio e serviços a maior geração de Valor Adicionado Bruto (VAB). Dados do IPARDES (2018) indicam que em algumas regiões essa representatividade supera 50% do VAB total. É o que ocorre nas MGRs de Maringá, onde é registrado a maior participação; com representatividade de 62,85%, Londrina (62,06%), Curitiba (59,50%), Paranaguá (57,95%) e Cascavel (52,65%). Entretanto, nas MGRs de Prudentópolis, São Mateus do Sul e Cerro Azul o setor agropecuário se sobressai aos demais na geração do VAB; com participação de 39,67%, 39,05% e 34,22%, respectivamente.

A situação econômica é um importante fator do desenvolvimento regional. No entanto, é fundamental analisar a distribuição da riqueza quando se deseja partir para análises de

desenvolvimento socioeconômico. Inicia-se essa análise a partir de dados do PIB per capita. A Tabela 3 permite visualizar esses dados e verificar as mudanças desse indicador no período entre 2005-2015.

Tabela 3- PIB per capita por microrregião do Estado do Paraná

Localidade/MGR	2005	2010	2015	Localidade/MGR	2005	2010	2015
Paraná	12.421	21.562	33.769	Goioerê	9.184	13.876	28.161
Curitiba	16.915	32.058	43.157	Francisco Beltrão	9.181	14.705	27.122
Jaguariaíva	15.989	19.017	31.274	Lapa	9.139	16.605	28.527
Foz do Iguaçu	13.719	21.740	40.414	União da Vitória	9.075	13.566	21.523
Pato Branco	13.346	23.692	38.225	Irati	8.532	14.823	26.942
Ponta Grossa	13.231	21.028	35.086	Jacarezinho	8.493	14.296	24.381
Palmas	13.125	17.499	29.074	Cornélio Procópio	8.229	13.377	23.605
Telêmaco Borba	13.091	18.845	34.009	Astorga	8.066	14.283	24.320
Paranaguá	12.681	20.449	33.963	Umuarama	8.038	13.398	25.385
Toledo	12.277	19.012	34.686	Capanema	7.591	13.739	24.066
Londrina	11.667	20.948	33.831	Prudentópolis	7.418	12.511	21.124
Rio Negro	11.634	17.637	27.215	Paranavaí	7.351	12.419	22.072
Apucarana	11.459	18.576	27.438	Assaí	7.126	11.140	19.717
Maringá	10.827	19.490	33.413	Faxinal	6.906	11.056	20.111
Floraí	10.815	16.275	28.265	Wenceslau Braz	6.818	12.983	22.266
Cascavel	10.650	18.867	33.722	Ivaiporã	6.770	10.238	19.302
Campo Mourão	10.123	15.783	28.706	Ibaiti	6.094	9.872	17.001
São Mateus do Sul	9.951	14.415	25.947	Cerro Azul	5.766	9.460	15.519
Porecatu	9.620	15.331	28.045	Pitanga	5.211	9.277	18.333
Guarapuava	9.532	15.153	25.190	Média	9.939	16.125	27.602
Cianorte	9.490	16.010	29.166	Desvio-Padrão	2767,14	4504,22	6423,55

FONTE: IPARDES (2018).

Dos dados apresentados pela Tabela 3, destaca-se que no ano de 2005 oito MGRs possuíam PIB per capita superior à média estadual, são elas as MGRs de Curitiba, Jaguariaíva, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Ponta Grossa, Palmas, Telêmaco Borba e Paranaguá. Em 2010, verifica-se que somente três ultrapassaram a média do estado, sendo elas as MGRs de Curitiba, Pato Branco e Foz do Iguaçu. Enquanto que em 2015 esse número aumenta novamente para oito. Percebe-se, no entanto, que a MRG de Londrina, classificada no estudo do IparDES (2006) como uma das regiões de maior relevância econômica do estado, só apresenta um PIB per capita superior à média do estado no ano de 2015.

Também é possível verificar que houve diminuição da renda per capita da MGRs de Jaguariaíva, que apresentava o segundo maior PIB per capita do estado em 2005, e, em 2015, foi inferior à média estadual, ficando na 11ª colocação do *ranking*. Também houve diminuição da renda per capita de Palmas, que era superior à média estadual em 2005, mas que nos anos seguintes apresentou-se inferior. Nesse sentido, Ribeiro e Ribeiro (2009) apontam que, embora as atividades ligadas à agroindústria tem sido amplamente valorizada e fomentada no estado do Paraná, ainda é preciso observar um conjunto de municípios que conseguiram desenvolver um setor industrial expressivo. Além disso, outros municípios-polo conseguiram se inserir no

contexto nacional ao desenvolver atividades industriais em determinados seguimentos, os quais serão discutidos mais a frente. Essas transformações demonstram o surgimento de novas dinâmicas no território estadual, impulsionadas pelo desenvolvimento local e especialização em determinadas atividades.

Outra forma de perceber o dinamismo e a movimentação comercial das microrregiões é por meio da geração de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). A Tabela 4 apresenta dados que permitem verificar essa dinâmica da circulação de mercadorias e serviços de transportes em cada microrregião.

Tabela 4- Participação das microrregiões na origem de ICMS do estado do Paraná

MGR/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
MGR Curitiba	70,36	68,17	67,01	62,67	63,78	63,17	60,44	60,79	59,57
MGR Londrina	4,76	4,68	4,94	6,91	4,49	4,45	5,31	5,66	5,37
MGR Maringá	3,19	4,11	3,80	3,60	3,29	3,13	2,46	2,41	2,57
MGR Ponta Grossa	3,08	3,16	3,05	2,64	2,64	2,67	3,30	2,87	3,10
MGR Rio Negro	1,22	1,51	1,54	1,58	1,53	1,29	1,07	0,99	1,01
MGR Cascavel	0,89	0,91	1,11	1,35	1,13	1,17	1,32	1,31	1,43
MGR Paranaguá	0,68	0,75	0,80	0,55	0,51	0,60	2,06	3,47	2,76
Demais MRGs	6,62	6,29	6,89	7,19	7,01	6,92	7,21	7,44	8,07

FONTE: IPARDES (2018).

Os dados da Tabela 4 apontam que, em 2018, a microrregião de Curitiba possui o maior movimento de mercadorias e serviços do estado, seguida das MGRs de Londrina, Ponta Grossa, Paranaguá e Maringá. Também é possível perceber que a MGR de Curitiba dá a maior contribuição na geração de ICMS. Esse valor é superior à soma da contribuição de todas as outras microrregiões do estado. No entanto, nota-se que, pontualmente, de 2010 a 2018 há uma perda de 10,79% dessa contribuição em relação ao total do estado. Por outro lado, a MGR de Paranaguá teve o maior aumento nessa participação, 2,08%.

É importante destacar que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Art.158, Parágrafo IV, determina que vinte e cinco por cento dos tributos oriundos da arrecadação de ICMS pelo Estado são pertencentes aos municípios e prevê que no mínimo três quartos dos repasses seja proporcional ao recolhimento do imposto em seus territórios. Entende-se, desse modo, que essa parcela de recursos volta à sua origem, impacta no montante de arrecadação e consequentemente na oferta de serviços para a população.

Outro importante movimento que reflete aspectos relevantes das condições socioeconômicas de determinada localidade é a migração. Santos *et al.* (2010) analisam o movimento migratório e apontam que o migrante usa da racionalidade para migrar para

localidades que aumentem sua produtividade e rendimentos, além de compensar investimentos em educação e qualificação profissional. Desse modo, entende-se a importância em analisar dados relacionados ao tamanho da população. A Tabela 5 apresenta informações que auxiliam nessa análise.

Tabela 5- Densidade demográfica, população censitária e estimada das microrregiões do Estado do Paraná

Localidade/Variável	Densidade demográfica			População censitária	População estimada
	2000	2010	2018	2010	2018
Estado do Paraná	47,85	52,25	56,78	10.444.526	11.348.937
MRG de Apucarana	110,39	126,16	141,23	286.984	321.255
MRG de Assaí	32,68	31,68	31,46	71.173	70.669
MRG de Astorga	33,87	35,92	38,24	183.911	195.785
MRG de Campo Mourão	30,71	30,74	31,33	217.374	221.559
MRG de Capanema	40,45	41,08	42,35	95.292	98.226
MRG de Cascavel	46,44	50,85	55,35	432.978	471.299
MRG de Cerro Azul	8,46	8,37	8,45	29.041	29.317
MRG de Cianorte	30,75	34,98	39,04	142.433	158.969
MRG de Cornélio Procópio	40,49	38,93	38,4	176.281	173.847
MRG de Curitiba	310,13	356,48	400,54	3.060.332	3.438.591
MRG de Faxinal	21,21	20,53	20,35	46.358	45.969
MRG de Floraí	26,04	26,64	27,61	34.695	35.958
MRG de Foz do Iguaçu	71,57	73,24	75,94	408.800	423.858
MRG de Francisco Beltrão	41,88	44,5	47,45	242.411	258.430
MRG de Goioerê	26,61	23,99	22,32	116.751	108.605
MRG de Guarapuava	22,46	23,35	24,5	378.086	396.668
MRG de Ibaiti	24,54	25,5	26,75	77.359	81.150
MRG de Irati	32,39	34,44	36,74	97.449	103.937
MRG de Ivaiporã	24,27	22,34	21,2	137.649	130.606
MRG de Jacarezinho	43,42	44,5	46,19	122.552	127.204
MRG de Jaguariaíva	16,8	17,9	19,13	100.299	107.166
MRG de Lapa	20,17	21,64	23,08	49.446	52.730
MRG de Londrina	182,52	206,98	230,56	724.570	807.107
MRG de Maringá	286,77	343,71	396,06	540.477	622.791
MRG de Palmas	15,66	16,69	17,81	90.369	96.436
MRG de Paranaguá	37,24	41,9	46,45	265.392	294.160
MRG de Paranaíba	25,08	26,34	27,84	270.794	286.223
MRG de Pato Branco	38,84	41,1	43,68	159.424	169.431
MRG de Pitanga	17,3	15,44	14,17	75.735	69.520
MRG de Ponta Grossa	57,48	64,55	71,45	429.981	475.944
MRG de Porecatu	35,25	34,91	35,27	82.539	83.410
MRG de Prudentópolis	19,33	21,07	22,91	128.327	139.540
MRG de Rio Negro	32,17	36,18	40,09	89.531	99.210
MRG de São Mateus do Sul	22,28	24,62	26,97	62.312	68.243
MRG de Telêmaco Borba	15,33	16,65	18,03	158.999	172.139
MRG de Toledo	39,2	43,09	47,02	377.780	412.304
MRG de Umuarama	24,81	25,5	26,52	265.092	275.719
MRG de União da Vitória	20,3	21,25	22,42	116.691	123.124
MRG de Wenceslau Braz	30,86	31,32	32,26	98.859	101.838

FONTE: IPARDES (2018).

Como é possível constatar nos dados apresentados na Tabela 5, a densidade demográfica de Curitiba, Maringá, Londrina e Apucarana são superiores às demais. Entretanto, a MGR de Apucarana não é, necessariamente, uma das mais populosas. Verifica-se também que entre as variações populacionais mais positivas, entre a população registrada no Censo de 2010 e a estimada pelo IBGE para o ano de 2018, foram identificadas nas MRGs de Maringá (15,23%), Curitiba (12,36%), Apucarana (11,94%), Cianorte (11,61%), Londrina (11,39%), Paranaguá (10,84%), Rio Negro (10,81%), e Ponta Grossa (10,69%). As demais MGRs tiveram aumento populacional estimado menor do que 10%. Há também as MGRs que perderam população. Quando é realizada essa comparação, cita-se: Pitanga (-8,21%), Goioerê (-6,98%), Ivaiporã (-5,12%), Cornélio Procopio (-1,38%), Faxinal (-0,84%) e Assaí (-0,71%). As MGRs de Cerro Azul, Pitanga, Telêmaco Borba e Palmas são os centros com menor concentração populacional.

De acordo com o Iparides (2017a), essa distribuição populacional se justifica pelos contínuos movimentos migratórios ocorridos desde a década de 1970. Com isso, algumas regiões metropolitanas apresentaram aumento da população, enquanto que outras regiões perderam população nas décadas seguintes. De todo modo, o censo de 2010 revela uma população total de mais de 10 milhões de habitantes, com maiores concentrações nas MGRs de Curitiba (29,3%), Londrina (6,93%), Maringá (5,17%), Cascavel (4,15%) e Ponta Grossa (4,12%).

Ao comparar os dados do Censo com a população estimada pelo IBGE para o ano de 2018, verifica-se um aumento populacional superior nos grandes centros. As maiores variações positivas são registradas nas MGRs de Maringá (13,22%), de Curitiba (11%), Apucarana (10,67%), Cianorte (10,40%), Londrina (10,23%), Paranaguá (9,78%), Rio Negro (9,76%), Ponta Grossa (9,66%), São Mateus do Sul (8,69%), Toledo (8,37%), Cascavel (8,13%) e Prudentópolis (8,04%). Todas superiores à variação média do estado que foi de 7,97%.

No que diz respeito às informações do mercado de trabalho, estudo do Iparides (2017a) aponta que no período de 2000-2010 houve um significativo aumento de 68,86% dos empregos formais no estado. E, entre 2010-2014, houve aumento de 13,86%. Entretanto, é preciso atentar-se ao fato de que a maioria dos postos de trabalhos formais estão concentrados nos grandes centros, principalmente na capital Curitiba, que registrou, em 2013, quase 30% do total de empregos formais em todo o estado.

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2018) indicam que quando o vínculo ocorre por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a MGR de Curitiba concentra aproximadamente 37% dos postos de trabalho. Outros polos que possuem maior

concentração de empregos por CLT são: Londrina (7,82%), Maringá (6,70%), Cascavel (4,62%), Ponta Grossa (4,48%), Toledo (3,94%) e Foz do Iguaçu (3,66%). As demais MGRs concentram 36,40% do total de empregos.

É importante ressaltar que a taxa de envelhecimento da população é um fator que tem afetado o mercado de trabalho do Paraná. A população inativa e idosa cresceu a taxas maiores do que a população em idade ativa. Observa-se duas perspectivas sob essa condição. A primeira é que há menor pressão demográfica pela geração de empregos e, a segunda, indica uma possível força de trabalho mais produtiva e contributiva. Essa última é considerada um “bônus demográfico” e depende do cenário de conjuntura para ser aproveitado (IPARDES, 2017a).

Entre outros aspectos, entende-se a relevância de verificar a distribuição do aparato tecnológico no estado. Dados do Iparades (2017a) apontam que entre os anos 2007-2017 houve crescimento no número de instituições de ensino superior. Essa expansão deve-se às iniciativas de desconcentração de instituições do governo federal. Essa ação federal contribuiu com a criação de duas novas universidades, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), além da constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) como universidade. Também houve a criação de duas novas universidades estaduais; a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Tendo, também, um crescimento do número de instituições privadas de ensino superior. Além disso, houve a expansão de universidades já existentes no estado por meio da instalação de campi em outros municípios próximos aos municípios-sede. Ainda é possível verificar que houve um aumento substancial de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Crescimento esse de 137,8%, o maior do país. As universidades estaduais foram as que mais contribuíram para esse aumento (IPARDES, 2017a). A Tabela 6 apresenta a distribuição das instituições de educação superior nas MGRs do estado.

Tabela 6- Distribuição das instituições de educação superior no Paraná

MGR/Ano	2005	2010	2015	2017
MGR Curitiba	55	61	64	68
MGR Londrina	13	13	12	15
MGR Maringá	11	11	15	12
MGR Foz do Iguaçu	12	15	15	12
MGR Ponta Grossa	6	5	7	10
MGR Cascavel	8	10	11	10
MGR Toledo	5	5	6	6
MGR Guarapuava	6	5	5	5
MGR Paranaguá	4	4	4	4
Demais MRGs	52	52	47	47
PARANÁ	172	181	186	189

FONTE: IPARDES (2018).

As informações apresentadas na Tabela 6 indicam a concentração das instituições de ensino superior na MGR de Curitiba, que representou 32% em relação ao total do estado em 2005, e, em 2017, aumentou para 36%, aproximadamente. A MGR de Londrina também foi beneficiada com aumento constante das instituições em sua região, assim como as MGRs de Ponta Grossa e Toledo.

É importante destacar que, embora a concentração das universidades esteja nos maiores centros, as universidades estaduais contribuem com os municípios que compõem suas respectivas áreas de influência. Isso dá-se na forma de existência de outros campi além do município sede, como é o caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ou, ainda, na realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão (UEM, 2018; UNIOESTE, 2018).

Além disso, dados da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), apresentados por meio do Boletim de Indicadores C, T&I (2013), apontam crescimento de aproximadamente 321% no número de matrículas em programas de mestrado e doutorado em todo o estado. Em 2001, 32,9% do total de estudantes matriculados em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) eram financiados com bolsas de estudo. Em 2012 essa relação aumentou para 51,9%.

No período 2000-2010, também verifica-se o surgimento de outras instituições de pesquisa, de parques tecnológicos e de incubadoras, além do aumento de cursos técnicos e profissionalizantes. Ainda assim é possível observar a concentração da infraestrutura técnico-científica nas MGRs de Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, ou seja, nos três primeiros espaços de maior relevância econômica⁶ (IPARDES, 2017a).

Na área da educação, verifica-se uma melhora significativa nos indicadores gerais do estado. A taxa de analfabetismo paranaense reduziu de 9,53%, registrada em 2000, para 6,28% em 2010. Quando se verifica o nível de desenvolvimento por meio do IDH, a dimensão educação foi a que mais evoluiu no período 2000-2010, com pontuação de 0,522, em 2000, e 0,668 em 2010 (IPARDES, 2017a, 2018).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2018), o percentual de população de maiores de 18 anos que possuem ensino fundamental completo aumentou de 41,95%, em 2000, para 55,53%, em 2010, no estado do Paraná. Os municípios que apresentaram maiores indicadores em 2010 foram: Curitiba (73,96%), Maringá (69,06%), Londrina (64,87%), Cascavel (63,02%), Pato Branco (62,68%), São José dos Pinhais (61,71%),

⁶ Conforme classificação do IparDES (2017a), apresentado no Quadro 1.

Ponta Grossa (61,37%) e Francisco Beltrão (60,89%). Ou seja, com exceção de São José dos Pinhais, todos são considerados municípios polos de suas respectivas microrregiões.

Apesar dessa evolução dos indicadores de educação, dados do IparDES (2018) apontam uma redução do número de estabelecimentos de ensino regular em todo estado no período 2000-2017. A Tabela 7 apresenta a distribuição das instituições de ensino regular.

Tabela 7- Distribuição dos estabelecimentos de ensino regular nas microrregiões do estado do Paraná, 2000-2017

Localidade/Ano	2000	2005	2010	2015	2017
Estado do Paraná	9882	9295	9.112	9.450	9.462
MRG de Apucarana	235	236	244	261	262
MRG de Assaí	123	101	90	86	87
MRG de Astorga	174	181	179	182	185
MRG de Campo Mourão	287	242	221	215	211
MRG de Capanema	126	115	120	130	130
MRG de Cascavel	361	367	370	390	392
MRG de Cerro Azul	108	96	90	68	63
MRG de Cianorte	106	103	112	116	114
MRG de Cornélio Procópio	239	220	210	206	199
MRG de Curitiba	1723	1713	1.828	2.037	2.057
MRG de Faxinal	70	58	54	56	57
MRG de Floraí	40	37	36	37	38
MRG de Foz do Iguaçu	256	304	305	321	322
MRG de Francisco Beltrão	309	283	276	283	282
MRG de Goioerê	184	158	149	147	143
MRG de Guarapuava	513	407	413	407	409
MRG de Ibaiti	107	91	92	93	91
MRG de Irati	188	155	124	117	117
MRG de Ivaiporã	312	241	215	205	207
MRG de Jacarezinho	156	147	133	128	126
MRG de Jaguariaíva	138	123	105	109	108
MRG de Lapa	65	64	57	54	56
MRG de Londrina	493	525	528	563	570
MRG de Maringá	294	329	341	360	357
MRG de Palmas	144	108	105	111	109
MRG de Paranaguá	251	282	289	304	303
MRG de Paranaíba	281	273	260	272	277
MRG de Pato Branco	170	168	169	172	173
MRG de Pitanga	186	119	107	115	111
MRG de Ponta Grossa	337	348	352	379	388
MRG de Porecatu	73	75	77	76	78
MRG de Prudentópolis	290	222	186	172	168
MRG de Rio Negro	119	119	102	99	99
MRG de São Mateus do Sul	93	81	72	76	79
MRG de Telêmaco Borba	281	243	178	174	172
MRG de Toledo	383	367	379	392	396
MRG de Umuarama	328	295	274	273	266
MRG de União da Vitória	208	168	155	149	146
MRG de Wenceslau Braz	131	131	115	115	114

FONTE: IPARDES (2018).

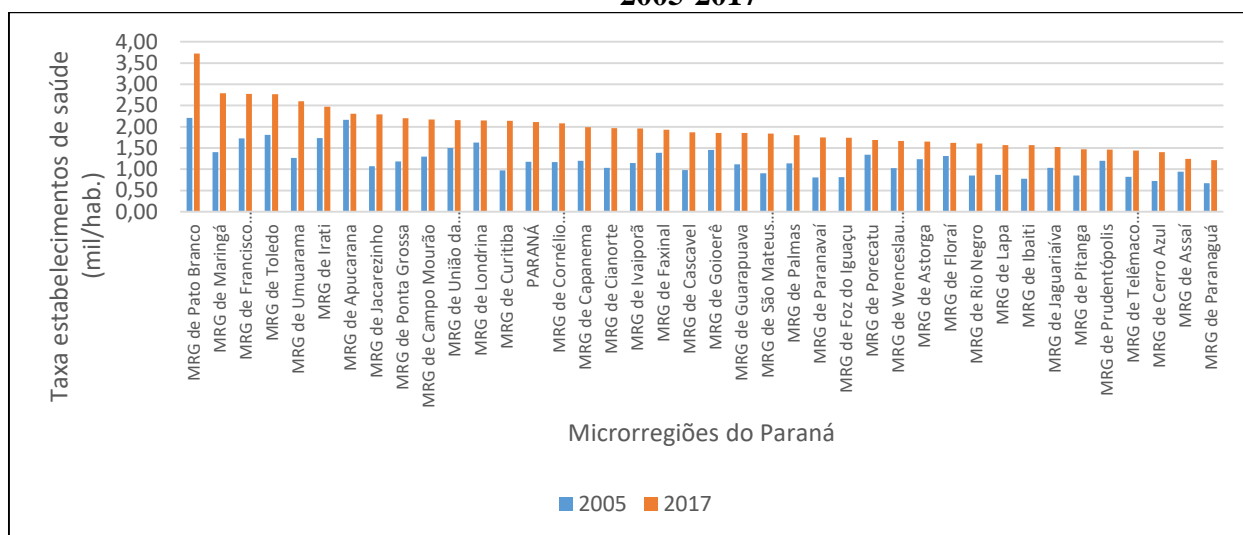
Os dados da Tabela 7 permitem verificar que 25 das 39 microrregiões do Paraná tiveram redução no número de estabelecimentos de ensino. As maiores reduções foram observadas nas

MGRs de Prudentópolis (-42,07%), Cerro Azul (-41,67%), Pitanga (-40,32%), Telêmaco Borba (38,79%) e Irati (-37,77%). No entanto, outras 14 microrregiões apresentaram aumento de estabelecimentos de ensino. As maiores elevações foram observadas nas MGRs de Foz do Iguaçu (25,78%), Maringá (21,43%), Paranaguá (20,72%), Curitiba (19,38%), Londrina (15,62%) e Ponta Grossa (15,13%), ou seja, em grandes centros socioeconômicos.

Apesar disso, a expectativa de anos de estudo aumentou na maior parte dos municípios paranaenses. Entretanto, não se verifica um padrão de melhoria somente nos grandes ou pequenos municípios. Em 2010, os cinco municípios que apresentaram maiores expectativas de anos de estudo foram Godoy Moreira (12,83), Santo Antônio do Paraíso (12,8), Pranchita (12,59), Enéas Marques (12,57) e Barra do Jacaré (12,55). Enquanto que na capital Curitiba a expectativa era de 10,95 anos de estudo e a média do estado era de 10,43 anos. Os municípios que apresentaram os menores indicadores de expectativa de anos de estudo foram Tunas do Paraná (7,4), Tamarana (7,67), Doutor Ulysses (7,91), Ariranha do Ivaí (7,99) e Cerro Azul (8,12) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

Outro importante aspecto que reflete o desenvolvimento é a questão de saúde da população. O Gráfico 1 apresenta a evolução do número de estabelecimentos de saúde à disposição da população de cada microrregião paranaense no período 2005-2017.

Gráfico 1- Taxa de estabelecimentos de saúde das microrregiões do Paraná (mil/hab.) - 2005-2017



FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados do IPARDES (2018).

O Gráfico 1 permite observar que de 2005 para 2017, de modo geral, houve um aumento significativo de estabelecimentos de saúde para a população paranaense. Das 39 microrregiões, 13 apresentaram, em 2010, taxas de estabelecimento de saúde por mil habitantes superior à

média do estado. As MGRs de Pato Branco, Maringá, Francisco Beltrão e Toledo apresentaram as maiores taxas em 2010. Entretanto, os maiores crescimentos desse indicador são observados nas MGRs de Curitiba (121%), Paranavaí (118%), Foz do Iguaçu (114%), Jacarezinho (114%), Umuarama (105%) e São Mateus do Sul (103%).

A taxa de mortalidade infantil também é caracterizada como um importante indicador da área de saúde. A Tabela 8 permite comparar a situação desse indicador nas MGRs.

Tabela 8-Taxa de mortalidade infantil das microrregiões do estado do Paraná, 2000/17

Localidade/Ano	2000	2005	2010	2015	2017
Estado do Paraná	19,55	14,54	12,10	10,92	10,37
MRG de Apucarana	18,67	18,53	12,57	13,97	13,11
MRG de Assaí	21,55	15,04	15,27	15,61	12,63
MRG de Astorga	15,46	11,48	9,66	9,30	13,99
MRG de Campo Mourão	16,59	14,74	12,96	15,13	11,06
MRG de Capanema	19,80	12,59	15,32	9,05	8,06
MRG de Cascavel	16,39	12,00	10,06	9,89	9,22
MRG de Cerro Azul	23,44	9,82	18,24	18,92	7,73
MRG de Cianorte	15,53	14,05	10,92	8,45	10,95
MRG de Cornélio Procopio	17,14	16,02	12,33	12,26	15,86
MRG de Curitiba	18,33	13,27	11,10	9,76	9,29
MRG de Faxinal	30,79	11,98	13,60	16,77	7,86
MRG de Floraí	11,34	2,48	9,78	8,02	4,62
MRG de Foz do Iguaçu	19,44	15,77	9,82	14,80	11,40
MRG de Francisco Beltrão	17,88	17,81	15,90	6,42	11,50
MRG de Goioerê	23,26	13,68	12,48	12,16	10,79
MRG de Guarapuava	28,78	21,66	18,78	14,42	10,84
MRG de Ibaiti	22,50	18,65	17,78	11,28	6,84
MRG de Irati	30,98	19,00	17,58	10,34	8,90
MRG de Ivaiporã	15,78	13,99	14,16	11,66	6,93
MRG de Jacarezinho	25,72	24,44	11,01	9,37	10,93
MRG de Jaguariaíva	25,99	20,27	14,08	14,13	8,44
MRG de Lapa	23,95	13,19	17,12	9,94	6,58
MRG de Londrina	14,78	11,03	11,33	9,90	13,03
MRG de Maringá	12,63	12,36	9,07	10,19	9,85
MRG de Palmas	21,87	19,95	12,48	18,86	12,85
MRG de Paranaguá	23,44	13,94	12,00	9,21	9,36
MRG de Paranavaí	19,65	11,65	11,72	8,47	8,20
MRG de Pato Branco	16,54	16,10	10,46	8,94	10,92
MRG de Pitanga	25,87	15,56	14,68	13,41	7,88
MRG de Ponta Grossa	23,40	15,39	14,01	11,30	12,37
MRG de Porecatu	16,30	7,85	12,45	14,38	9,09
MRG de Prudentópolis	25,38	16,13	14,99	8,63	9,65
MRG de Rio Negro	23,39	13,34	23,28	11,11	8,46
MRG de São Mateus do Sul	9,99	9,88	6,02	10,48	12,42
MRG de Telêmaco Borba	23,60	21,54	20,24	12,57	9,19
MRG de Toledo	20,13	11,42	9,84	10,80	10,65
MRG de Umuarama	20,17	14,21	10,08	15,48	13,11
MRG de União da Vitória	26,12	17,94	8,62	13,11	7,54
MRG de Wenceslau Braz	20,53	16,43	12,72	9,29	9,98

FONTE: IPARDES (2018).

Das informações apresentadas na Tabela 2, ressalta-se que, em 2000, a taxa de mortalidade infantil do estado era de 19,55%, e 23 microrregiões apresentaram taxa de mortalidade infantil superior à média do estadual. Em 2017, a taxa média do estado reduziu

para 10,37% a cada mil nascidos vivos, 18 microrregiões apresentaram indicadores superiores a do estado.

Também é possível notar que as taxas variam a cada período. Não há uma redução constante ao longo do período. Observa-se reduções seguidas de aumento da taxa e novamente redução dessa. O caso da MGR de Floraí, por exemplo, apresentou a menor taxa já registrada no período 2000-2017, 2,48, mas, no ano de 2012, teve sua maior taxa, superior à média do estado, 13,30. Outro exemplo é a microrregião de Cerro Azul que, em 2013, registrou uma de suas menores taxas, 8,04. Mas, em 2013, a taxa registrada foi de 45,21, a maior do estado no período 2000-2017. Porém, de forma geral, verifica-se que houve redução da mortalidade infantil.

Andrade *et al.* (2006) constataram que, de forma geral, a nível mundial, verifica-se que a expansão dos serviços de saúde, o uso de novas tecnologias e a redução da fecundidade são fatores que contribuem para a redução da taxa de mortalidade infantil. Além disso, afirmam que:

Pela vulnerabilidade às condições de vida e de acesso a bens e serviços, o primeiro ano de vida constitui-se em um dos períodos de maior risco de morte. Assim, a taxa de mortalidade infantil (TMI) tem sido considerada um indicador sensível às condições sociais e de saúde das populações humanas (ANDRADE *et al.*, 2006, p. 181).

Braveman e Gottlieb (2014) compartilham do mesmo entendimento, e afirmam que os fatores socioeconômicos refletem na qualidade da saúde. Além disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que a cada dólar investido em infraestrutura social, quatro são economizados em cuidados clínicos (PEREIRA; PUGA, 2016). Ou seja, higiene e saneamento básico são fatores determinantes na qualidade da saúde humana.

Cabe observar nesse contexto que, no estado do Paraná, aumentou a taxa percentual da população que possuem banheiros e água encanada. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018) apontam que em 2000 essa taxa era de 89,38% e que em 2010 aumentou para 96,69%. A coleta de lixo também evoluiu, chegando a apresentar taxa de 100% em alguns municípios. Entretanto, a média do Paraná evoluiu de 96,97% para 99,18% no período 2000-2010.

No que diz respeito ao tipo de disposição do lixo coletado, dados do Iparades (2017b) apontam que o Paraná possui 273 municípios com destinação adequada de lixo em aterros sanitários; 94 municípios depositam os resíduos sólidos urbanos em aterros controlados; enquanto que outros 30 municípios utilizam lixões.

Quanto ao atendimento de esgoto, informações do Ipardes (2019) apontam que a concentração de maior número de estabelecimentos atendidos por esse serviço está na capital Curitiba e no município de Londrina. Entretanto, observa-se, no período 2008-2018, um aumento constante no número de ligações de esgoto nos municípios do Paraná. A MGR de São Mateus do Sul se destaca pelo maior aumento de ligações no período, mais de 3000%, seguida pelas MGRs de Capanema (654%), Cascavel (155%), Apucarana (146%), Rio Negro (138%), Toledo (127%) e Francisco Beltrão (119%). Diante desses aspectos, entende-se que tais procedimentos diminuem os impactos negativos sobre o Meio Ambiente.

Quanto a esse contexto, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2018) lista a existência de 10 unidades de conservação federal presentes no Paraná, 68 unidades de conservação estaduais e mais de 100 unidades municipais.

Segundo o Ipardes (2017b), a cobertura vegetal remanescente corresponde a 12,76% do território paranaense. Na Serra do Mar e Região Litorânea está presente a Floresta Ombrófila Densa (FOD), que corresponde a 2,8% do território estadual. No Extremo Oeste, está presente a Floresta Estacional Semidecidual (FES), majoritariamente situada no Parque Nacional do Iguaçu e corresponde a 4% do território paranaense. Também estão presentes no território paranaense a Floresta de Araucária, atualmente reduzida a 4% do território, e os Campos Naturais, que estão presentes em 1,14% do território. A Figura 2 permite visualizar a distribuição das áreas de conservação no território.

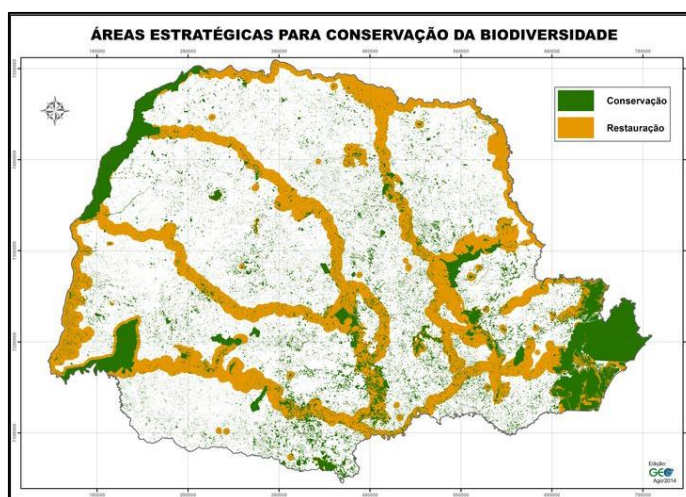


Figura 2- Áreas de conservação ambiental do Paraná
FONTE:IAP (2018).

É possível visualizar, na Figura 2, que a maior parte das unidades de conservação estão localizadas a leste do estado, que compreende as áreas das MGRs de Cerro Azul, Curitiba, Paranaguá e Rio Negro. Estão presentes também nos Campos Gerais. Esses estão situados em

maior densidade nas MGRs de Ponta Grossa e Jaguariaíva, na região central que abrange as MGRs de Guarapuava, Irati, Palmas, Prudentópolis e União da Vitória. A noroeste, destaca-se as MGRs de Umuarama e Paranavaí, e na Região do Extremo Oeste, onde está situado o Parque Nacional do Iguaçu.

A Figura 3 permite fazer uma comparação do Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal (IPDM) entre os anos de 2010 e 2015.

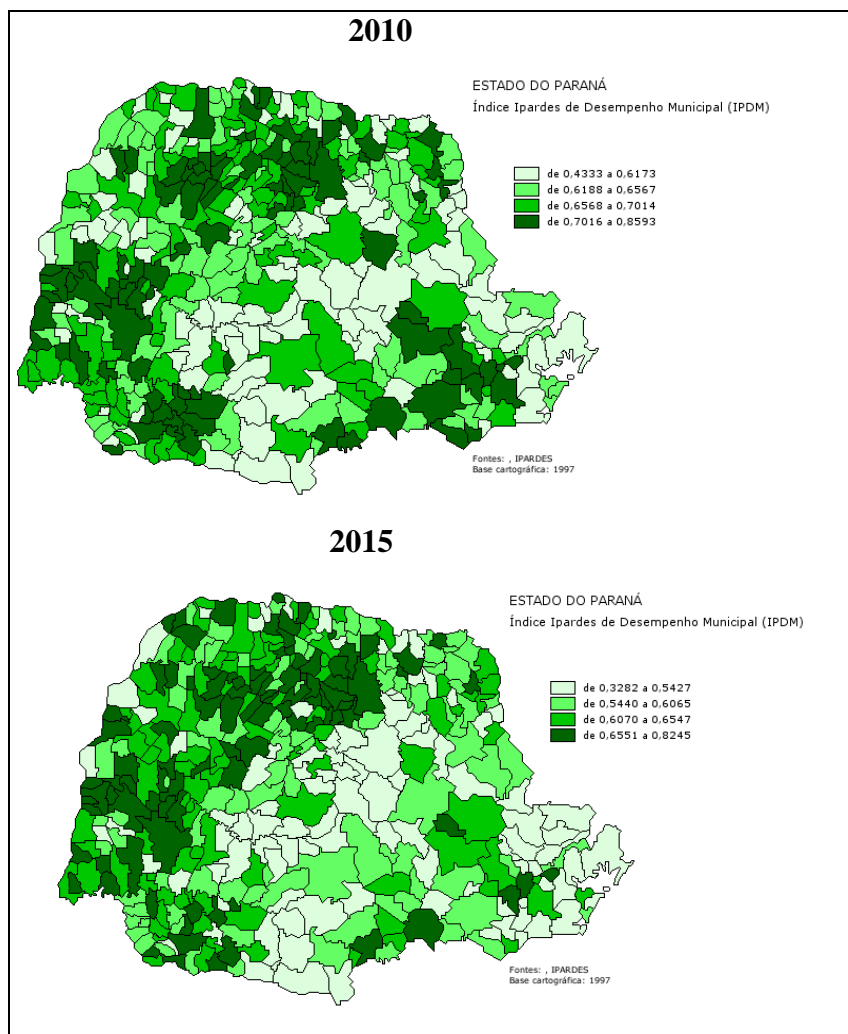


Figura 3- Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal- Paraná-2010 2015
FONTE: IPARDES (2018).

A Figura 3 permite visualizar a evolução do IPDM dos municípios paranaenses entre os anos de 2010 e 2015. Nota-se que apesar da evolução do índice para grande parte dos municípios no período analisado, observa-se que as regiões com menores índices se localizam na parte central do estado e na região litorânea. Os maiores índices estão localizados na mesorregião de Curitiba, Oeste, Sudoeste, além do eixo Maringá-Londrina.

A mesma realidade é percebida quando o grau de desenvolvimento é medido pelo IDH, como a Figura 4 permite visualizar.

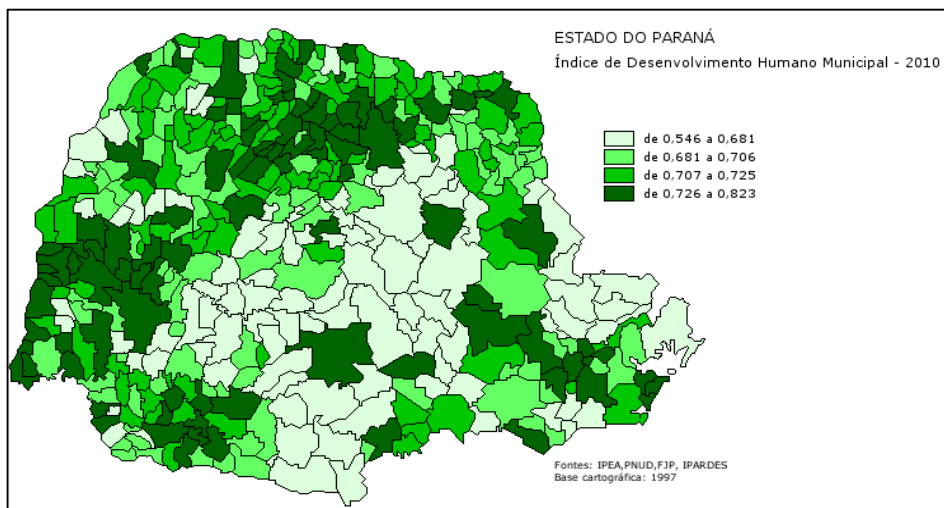


Figura 4- Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Paraná-2010
FONTE: IPARDES (2018).

Como é possível perceber, muitas transformações podem ser observadas no território paranaense ao longo dos últimos 60 anos. Essas transformações configuram a estrutura produtiva, demografia e os aspectos sociais, científicos e culturais. A presença do Estado foi importante nesse processo. Essa presença ocorreu por meio de investimentos na infraestrutura básica, favorecendo as especificidades de cada região, e também na constituição e fortalecimento de espaços polarizados.

Naturalmente, a MRG de Curitiba consolidou-se como o mais importante polo; sua área de influência abrange todo o estado. As MGRs de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu também são importantes centros econômicos do Paraná e, conseqüentemente, atraem recursos para seus territórios. Em termos econômicos, sociais e de saúde, os melhores indicadores se mantêm nesses mesmos centros, caracterizando as demais áreas como periféricas. Ou seja, as MGRs localizadas aos extremos do território paranaense, especificamente as regiões leste, oeste e sudoeste tendem a apresentar melhores indicadores, enquanto que a MGRs localizadas ao centro e norte do estado tendem a apresentar indicadores abaixo da média estadual.

3.3 ESTUDOS CORRELATOS

Esta subseção visa apresentar os trabalhos desenvolvidos à luz das teorias de aglomeração, ora utilizando alguma das teorias específicas já apresentadas, ora utilizando a influência de todas essas teorias na formação de políticas de desenvolvimento regional, seja a nível nacional ou em regiões específicas do Brasil.

Com uma perspectiva voltada à compreensão da ação do Estado na economia, Farias, Campos e Baggio (2015) apresentaram e discutiram teoricamente o papel do Estado sob à luz das teorias de Desenvolvimento Regional utilizando como base principal as teorias de Myrdal e North. Além das recomendações da Comissão para América Latina e Caribe (CEPAL) para o desenvolvimento brasileiro, os autores verificaram que a ação do Estado é importante na promoção do desenvolvimento socioeconômico da região. Embora Myrdal e North tivessem visões um pouco diferente do papel do Estado, e a CEPAL, em cada nova fase, tenha reformulado a recomendação de como o Estado deveria agir, ainda assim é possível inferir que a atuação do Estado é de suma importância na promoção do bem estar social. Lembrando que esse deve atuar conjuntamente com o mercado, visando aumentar a produção e alocar de forma satisfatória os bens e serviços.

Nesse sentido, Barros e Raposo (2015) avaliaram quais as influências dos investimentos em infraestrutura sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Os pesquisadores empregaram modelos estatísticos de regressão múltipla, cujos resultados apontam que, ao contrário do que indica a teoria, políticas de investimento em infraestrutura econômica está contribuindo para as desigualdades entre as regiões do Brasil. O Norte e Nordeste brasileiro são mais penalizados justamente por serem as regiões menos desenvolvidas e porque existem falhas de mercado; excludabilidade de consumo, não rivalidade entre consumidores, externalidades, monopólio natural e custos de capital irrecuperáveis. Tais problemas fazem com que não haja eficiência na alocação dos recursos de mercado na oferta de disponibilidade de infraestrutura.

Ainda analisando os estados brasileiros, Gazonato, Gomes e Reis (2014) realizaram uma pesquisa para verificar a concentração da renda per capita em determinados estados brasileiros no período 1994-2010. Os autores empregaram a análise exploratória de dados espaciais. Com isso, foi possível constatar a existência de autocorrelação positiva. Também foi observado que as políticas governamentais aplicadas no período auxiliaram na redução das desigualdades econômicas entre as unidades da federação.

Dentre os trabalhos que abordam as teorias de aglomeração, pode-se destacar o estudo de Lima e Simões (2010) que busca analisar as implicações das teorias de aglomeração nas políticas de desenvolvimento regional do Brasil. Os autores desenvolveram uma pesquisa

descritiva e relataram que, de certa forma, as teorias tiveram influência sobre as políticas de desenvolvimento nacional. No entanto, as ações realizadas pelo Estado brasileiro não foram tão criteriosas quanto indica a literatura sobre o assunto. Desse modo, os resultados não foram os esperados e o país se manteve em condição de subdesenvolvimento. Dentre as principais negligências, pode-se citar a falta de integração na aplicação dos recursos, a falta de investimento na capacitação necessária à inovação e a não diversificação dos produtos exportáveis.

Ao tomarem como referência as teorias dos polos de crescimento e da base exportadora, Arend e Orłowski (2012) buscaram evidências de integração dessas teorias no processo de desenvolvimento da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC). A metodologia utilizada foi a entrevista em agroindústrias e Prefeituras Municipais, e cálculo do Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Especialização (CE), base de exportação e multiplicador do emprego dos seguimentos industriais presentes na região. Os resultados indicaram que a AMOSC conta com uma agroindústria processadora de carne como indústria-motriz da região. Além disso, foi possível inferir que a agroindústria constitui a base exportadora da região. E, devido a essa característica, pode-se dizer que essa atividade impulsionou o desenvolvimento. No entanto, ainda é preciso buscar a diversificação.

Com o intuito de analisar a desconcentração regional das atividades econômicas nos municípios do estado do Ceará, Barreto, Almeida e Lima (2010) utilizaram da econometria espacial para verificar a eficiência das políticas públicas de descentralização. Os principais resultados apontaram a condição de convergência absoluta do PIB per capita no estado. Ou seja, existem áreas com dinâmicas distintas que concentram o crescimento econômico, mas, de forma simultânea ao crescimento, favorece a redução da desigualdade.

Especificamente para o Estado do Paraná, Veroneze e Lima (2003) levantaram alguns questionamentos sobre a polarização do território estadual. Nesse sentido, os autores buscaram compreender como as transformações da década de 1990 influenciaram a dinâmica dos municípios periféricos nos centros regionais, e qual o comportamento dos centros em relação aos municípios periféricos. Para isso, utilizaram o modelo gravitacional *Realy*, que indica a tendência de concentração de polos por meio do cálculo simplificado de força de atração entre dois centros. Os principais resultados apontaram que os municípios polos de Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Cascavel aumentaram o seu poder de atração sobre os municípios sob sua respectiva influência, enquanto que Umuarama, Jacarezinho e Guarapuava perderam força de atração. Ainda foi possível constatar que os municípios-polo de Jacarezinho, Pato

Branco e União da Vitória mantiveram estável seu poder de atração. Além disso, o polo de Curitiba, principal do estado, aumentou seu poder de influência sobre os demais polos estaduais no período entre 1991 e 2000.

Na mesma linha ideológica, Rippel e Lima (2009) analisaram a aplicabilidade da teoria do Polos de Crescimento na economia paranaense. Por meio de uma análise descritiva e cálculo do QL, os autores verificaram a existência de algumas cidades-polo, entre elas; Curitiba, Maringá, Londrina, Cianorte, Guarapuava, Francisco Beltrão, Pato Branco, Medianeira, entre outras. Os resultados apontaram que a principal atividade que se difunde no território do estado é a agricultura e pecuária, seguida da construção civil e indústria de transformação. No que compete ao setor industrial, nota-se a existência de um corredor que abrange as mesorregiões Noroeste, Metropolitana de Curitiba, Norte-Central e Centro-Oriental, permanecendo as demais mesorregiões como localizações periféricas.

Rolim e Serra (2009) foram mais específicos em seus estudos, e buscaram avaliar o impacto das Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento socioeconômico da região Norte do Paraná. Essas Instituições são: a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM). A metodologia empregada foi elaborada pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005). Essa consiste em cinco etapas: 1) apresentação aos membros da universidade; 2) coleta de informações por meio de questionários; 3) entrevistas; 4) realização de *workshops* para análise dos pontos fracos e fortes das instituições (análise SWOT) e, por fim; 5) a elaboração do relatório de pesquisa. Os principais resultados apontaram que a teoria indica que as universidades desempenham um papel importante no desenvolvimento regional, principalmente no que concerne às questões de inovação, economia do conhecimento, entre outros. No entanto, não é possível mensurar esses impactos uma vez que eles matenham-se em aberto a longo prazo, e que a formação de políticas de atuação de fatores locais, que englobam outras instituições que não somente as universidades, dependem da articulação conjunta desses diversos fatores.

Nessa ótica de buscar características e fatores internos que desempenham papel importante para o desenvolvimento regional, Vidigal, Amaral e Silveira (2012) buscaram avaliar as diferenças do nível de desenvolvimento socioeconômico entre as MGRs paranaenses. Os autores aplicaram a análise fatorial e análise de Cluster com variáveis que incluíram dados dos anos 2000 que buscavam refletir sobre condições de moradia, industrialização, urbanização, infraestrutura e saúde. Os resultados obtidos pela análise fatorial apontaram a existência de diferenças regionais marcantes nos quesitos avaliados. Com isso, a metodologia de Cluster

permitiu identificar a formação de cinco grupos em todo estado com diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômicos.

De forma mais abrangente, Raiher e Dubiel (2013) se propuseram a estudar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses utilizando o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM). A metodologia empregada pelos autores abrangeu a evolução do IPDM do ano de 2002 para o ano de 2009. Em seguida, foi aplicada a regressão múltipla a fim de verificar a relação do desenvolvimento com algumas variáveis apontadas como determinantes de desenvolvimento, tais como o percentual de água encanada, de homicídios, de matrículas no ensino superior, da população empregada e do Produto Interno Bruto (PIB). As principais constatações apontaram que, de forma geral, houve melhoras no índice em quase a totalidade dos municípios do estado. Também, por meio da regressão múltipla, foi possível notar a influência das condições iniciais dos municípios, uma vez em que percebeu-se a atuação do movimento de círculos virtuosos e viciosos na evolução do IPDM de um ano para outro.

Nesse mesmo contexto, Marconato e Coelho (2016) objetivaram verificar a relação espacial entre a boa gestão fiscal com o desenvolvimento municipal paranaense. Os autores utilizaram-se da análise exploratória de dados espaciais, o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e sua relação com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos anos 2006, 2009 e 2013. Os resultados apontaram autocorrelação positiva entre os índices, o que indica que a qualidade da gestão afeta o desenvolvimento dos municípios. Além disso, foi possível constatar a concentração de municípios com bons indicadores de desenvolvimento e gestão nas mesorregiões Oeste e Metropolitana de Curitiba. Na região Norte do Paraná foi observada a concentração de municípios com baixos IFGF e IFDM.

Com base na teoria de Myrdal, Raiher e Lima (2014) analisaram a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para os municípios dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para tal objetivo, os autores realizaram a comparação das médias do IDHM dos municípios nos anos 2000 e 2010 em relação às médias dos respectivos anos, a nível nacional e a nível de região sul do Brasil. Tal relação foi feita tendo por base um modelo estatístico Logit para verificar a probabilidade de permanência no movimento do CCC. Desta forma, foi possível constatar que os municípios evoluíram conforme os círculos que estavam estabelecidos, ou seja, municípios que estavam imersos em um círculo virtuoso mantiveram a evolução do IDHM, enquanto que os municípios que estavam imersos em um círculo de pobreza refletiram baixos IDHM.

Sob o prisma da importância da educação e do papel das universidades no desenvolvimento regional, Wanzinack e Signorelli (2014) buscaram descrever e refletir sobre as abordagens adotadas pelo campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus Litoral, na identificação dos problemas inerentes à região litorânea paranaense. Os autores seguiram a metodologia fundamentada por Mynaio *et al.* (2005), e utilizaram a análise documental e entrevista semi-estruturada com atores sociais envolvidos na gestão da universidade. Deste modo, foi possível verificar que os cursos oferecidos no campus foram estrategicamente pensados de acordo com as características da região, contando com propostas diferenciadas. Nessas, a interdisciplinaridade, empoderamento e ação são as diretrizes da estruturação pedagógica. Além disso, observou-se que há êxitos, mas também existem desafios, principalmente pelo intento de realizar a formação dos discentes de forma diferenciada e com objetivo de gerar perspectivas de desenvolvimento da região.

A partir dessas informações, é possível verificar que no estado do Paraná existem disparidades regionais. Que a concentração dos recursos e riquezas ocorrem, principalmente, nas MGRs de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Toledo. Mas, a literatura aponta que essa é uma condição presente a nível nacional e em outros estados brasileiros, ou seja, não é exclusividade do estado. Além disso, a adoção de políticas de desconcentração espacial podem ser importantes para diminuir as desigualdades regionais. Sendo assim, a próxima seção tem por objetivo apresentar a metodologia empregada neste estudo para a mensuração das desigualdades regionais existentes entre as microrregiões paranaenses.

A presente pesquisa visa contribuir com os debates sobre o desenvolvimento socioeconômico paranaense, a partir da aplicação de uma metodologia diferenciada ao mensurar o ISDR das MGRs e discutir a validade das teorias de economia regional para o processo de desenvolvimento das MGRs, além de discutir a existência de problemas inerentes às dinâmicas regionais.

4 METODOLOGIA

Entre as principais características metodológicas que regem este estudo, cita-se a abordagem qualitativa-quantitativa. Pois são aplicados métodos quantitativos de natureza estatística básica e de pesquisa bibliográfica para auxiliar nas inferências. Segundo Soares (2003), a abordagem quantitativa se caracteriza pelo uso de recursos e procedimentos estatísticos, já quanto as características da abordagem qualitativa, o autor afirma que a principal função dessa abordagem é auxiliar o pesquisador a interpretar as informações e buscar inferências sobre o problema proposto. Dessa forma, essa seção objetiva apresentar os conceitos e os métodos aplicados nesta pesquisa.

4.1 ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ISDR)

O ISDR foi idealizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas (INE) de Portugal como uma medida sintética de acompanhamento do processo de desenvolvimento territorial das regiões portuguesas. Com o crescente interesse pela criação de um parâmetro de acompanhamento das assimetrias do desenvolvimento das regiões, a metodologia foi constantemente revisada a fim de adequar-se à realidade de crises financeiras e econômicas. O ISDR é construído com base em três pilares, também chamados de índices parciais, são eles: competitividade, coesão e qualidade ambiental (INE, 2015).

A versão portuguesa do ISDR é constituída por 65 variáveis, sendo que 25 delas formam o pilar competitividade, 25 constituem o pilar coesão e 15 compõem o pilar qualidade ambiental, chamados de indicadores parciais. Segundo o INE (2015), esses três pilares são conceitualmente reconhecidos como elementos determinantes para o desenvolvimento regional. Dessa forma, houve o devido rigor para que cada variável representasse de forma fiel o conceito adotado.

Sob essa ótica, a competitividade propõe assimilar a capacidade de cada região em criar e atrair riquezas, a coesão visa captar a oferta de serviços e equipamentos públicos essenciais à qualidade de vida da população. Já a qualidade ambiental visa assimilar os impactos das atividades econômicas e condutas sociais sobre o meio ambiente (INE, 2015).

Para a obtenção do ISDR, o INE sistematiza a construção dos pilares seguindo três passos básicos: normalização dos dados, mensuração dos indicadores pelo método de reescalonamento minmax e agregação por média ponderada para mensuração dos índices parciais. Para o

processo de normalização, são realizados cálculos de standardização estatística, em que se objetiva corrigir as diferenças das unidades de medida e escala. A equação 1 representa o cálculo empregado nesta etapa.

$$Sx_{rj} = \frac{x_{rj} - \bar{x}_j}{dp(x_j)} \quad (1)$$

em que: Sx_{rj} é o indicador de base normalizado na unidade territorial e r, x_{rj} é o valor da variável base na unidade de território corresponde ou r, \bar{x}_j é a média do intervalo da variável de base j e $dp(x_j)$ é o valor do desvio-padrão do intervalo da variável j.

Nesse processo são necessários devidos cuidados em relação a que sentido as variáveis se expressam em relação ao desenvolvimento socioeconômico, podendo ser em sentido favorável ou contrário. No caso de ser favorável, utiliza-se a equação 1, representada acima. Já no caso de o indicador ser contrário ao desenvolvimento, inverte-se a subtração do numerador, conforme expresso na equação 2.

$$Sx_{rj} = \frac{\bar{x}_j - x_{rj}}{dp(x_j)} \quad (2)$$

Em que: Sx_{rj} é o indicador de base normalizado na unidade territorial e r, x_{rj} é o valor da variável base na unidade de território corresponde ou r, \bar{x}_j é a média do intervalo da variável de base j e $dp(x_j)$ é o valor do desvio-padrão do intervalo da variável j.

As variáveis selecionadas que atuam em sentido inverso ao desenvolvimento, como, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil, que deve refletir de forma a reduzir o valor do ISDR, a fim de evidenciar os problemas inerentes a região analisada. Nesse sentido, regiões com alta taxa de mortalidade infantil tenderão a obter menores ISDR, enquanto que regiões com taxa menor tendem a obter maiores índices de ISDR. Isso se resume na aplicação da proporção inversa, quanto maior o problema inerente à região, menor será o ISDR.

Embora a normalização solucione o problema das diferenças de escala e unidade de medida, surgem as variações negativas que, combinadas com valores extremos, podem comprometer a confiabilidade do índice. Portanto, utiliza-se cálculo de reescalonamento minmax. Isso possibilita a integração da variação dos valores nos índices (INE, 2015). Dessa forma, tem-se índices que variam entre 0 e 100, sendo 0 para as regiões com menores índices de desenvolvimento e 100 para as regiões com maiores índices.

A equação 3 representa a equação matemática do reescalonamento minmax.

$$NSx_{rj} = \frac{Sx_{rj} - Sx_{\text{mínimo}}^{ref}}{Sx_{\text{máximo}}^{ref} - Sx_{\text{mínimo}}^{ref}} \times 100 \quad (3)$$

Em que: NSx_{rj} é o índice de base, Sx_{rj} representa o valor de referência de base j na unidade de território r , $Sx_{mínimo}^{ref}$ é o valor mínimo de referência da base normalizada e $Sx_{máximo}^{ref}$ é o valor máximo de referência da base normalizada.

Após serem calculados os indicadores de base de cada uma das variáveis, é realizado o procedimento de agregação por média ponderada do conjunto de variáveis para formar os índices parciais de competitividade, coesão e qualidade ambiental. Para tal, o INE define que cada componente parcial possui pesos iguais para a desenvolvimento regional. Desse modo, a média ponderada do conjunto de indicadores formam os índices parciais (INE, 2015).

De modo bastante simplificado, a obtenção do ISDR resulta da agregação, por média ponderada, dos índices parciais.

4.2 FONTE DE DADOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Após a apresentação e conceituação metodológica a ser empregada, esta subseção possui a finalidade de apresentar os procedimentos adotados e as variáveis utilizadas nesta pesquisa. Como já mencionado anteriormente, o cálculo do ISDR foi inspirado na aplicação do INE de Portugal, visando ser aplicado para as microrregiões paranaenses.

Assim como já foi apresentado, o ISDR é construído em etapas que visam obter índices parciais voltados a questão de competitividade, coesão e qualidade ambiental para somente após, por meio da agregação por média ponderada, obter o ISDR. Desse modo, a sistematização do que será realizado segue estritamente o modelo português, em que primeiramente serão definidos os indicadores que irão compor cada índice parcial e, após, obtenção dos índices parciais e do ISDR para cada uma das 39 microrregiões paranaenses.

Na construção dos índices parciais foram necessárias algumas adaptações, tanto por motivo de disponibilidade dos indicadores, quanto pela necessidade de incluir variáveis que retratam melhor a realidade socioeconômica das microrregiões do Paraná. As variáveis são de origem secundária; em sua maioria extraídas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, da Alice Web, do Ministério Público Federal, da Secretaria da Previdência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social. Sendo assim, na sequência, serão apresentados os indicadores que irão compor os índices parciais.

O primeiro índice parcial é o de competitividade. Esse tem por objetivo assimilar o potencial econômico das microrregiões paranaenses, na sua maioria compreende informações

de três setores da economia: agropecuária, indústria e serviços. Além disso, contempla efeitos sociais que retratam as condições econômicas de cada microrregião, tais como a taxa líquida de migração, o percentual dos trabalhadores que possuem ensino superior completo, renovação da população em idade ativa, entre outros aspectos.

O Quadro 2 objetiva proporcionar uma melhor visualização e sintetização das variáveis que compõe o primeiro índice parcial.

Quadro 2- Variáveis com respectivas fontes e formas de cálculo do Pilar Competitividade

Nome da variável	Fonte	Ano de referência	Unidade de medida	Método de cálculo
PIB per capita	Ipardes	2015	R\$	Relação entre valor do Produto Interno Bruto e o número de habitantes.
Produtividade aparente do trabalho	Ipardes	2015	R\$	Relação entre Valor Adicionado Bruto (VAB) e o número total de empregados dos estabelecimentos.
Valor das exportações	Alice Web	2015	%	Relação entre o valor total dos produtos exportados e o PIB.
Densidade demográfica	Ipardes	2017	hab/KM2	Relação entre a população total e a área territorial.
Índice de renovação da população em idade ativa	Ipardes	2010	Nº	Relação entre o número de pessoas com idade entre 20-29 anos e o número de pessoas com idade entre os 55-64 anos.
Número de empregados por indivíduo em idade ativa	Ipardes	2010	Nº	Relação entre o número total de empregados e a população com 15 anos ou mais.
Proporção da população com ensino superior	Ipardes	2015	%	Relação percentual entre os empregados com ensino superior e o total de empregados.
Nº de estabelecimento hoteleiros	Ipardes	2017	‰	Relação percentual entre estabelecimentos hoteleiros e a população estimada.
Taxa de participação em cursos profissionalizantes	Ipardes	2010	%	Relação percentual entre o número total de matriculados na educação profissional e a população entre 15-19 anos.
Grau de especialização em fatores competitivos avançados	Ipardes	2016	R\$	Relação percentual entre o Valor Adicionado Fiscal (VAF) e o VAF total das indústrias de transformação.
Valor médio por contrato de financiamento a produtores e cooperativas agropecuárias	Ipardes	2017	R\$	Relação entre valor dos financiamentos a produtores e cooperativas agropecuárias e contratos realizados.
Proporção do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria a preços básicos	Ipardes	2015	%	Relação entre o VAB da indústria e o VAB total.

...continua.

Quadro 2- Variáveis com respectivas fontes e formas de cálculo do Pilar Competitividade (continuação)

Proporção da população residentes em municípios com 10 mil ou mais habitantes	Ipardes	2017	%	Relação percentual da população estimada residentes em municípios com mais de 10 mil habitantes e a população estimada total da microrregião.
Proporção do VAF das indústrias de alta e média tecnologias	Ipardes	2015	%	Relação percentual entre VAF das industrial de alta e média tecnologia e o VAF total.
Proporção de pessoal empregado ao serviço do subsetor de transporte e comunicação	Ipardes	2015	%	Relação percentual entre o n° de pessoas ao serviço de transporte e comunicação e postos de trabalhos totais.
Proporção de admissão em relação ao número total de empregos	Ipardes	2016	%	N° total de empregados admitidos no ano e o número total de empregos.
Taxa de aumento real de estabelecimentos	Ipardes	2006-2016	%	Relação percentual entre o número total de estabelecimentos em 2006 e o número de estabelecimentos em 2016.
Proporção de pessoal empregado em indústrias de média e alta tecnologias	Ipardes	2015	%	Relação percentual entre o n° de empregados nas indústrias de média e alta tecnologia e o n° total de empregados nos estabelecimentos.
Dispêndio com Ciência e Tecnologia	Ipardes	2015	%	Relação percentual entre despesas com ciência e tecnologia e o PIB
Média de investimentos sobre as receitas totais dos municípios da microrregião	Ipardes	2016	%	Relação percentual entre as despesas municipais com investimento e receita total dos municípios da microrregião.
Receitas correntes patrimoniais	Ipardes	2016	%	Relação percentual entre a receita correspondente ao resultado financeiro de proveitos de patrimônios e as receitas totais.
Troca líquida de migração	Ipardes	2005-2010	%	Resultado das trocas líquidas migratórias e a população observada no final do período de 2005-2010.
Produtividade do poder legislativo	Ipardes	2015	%	Relação percentual das despesas com o poder legislativo e o PIB.
Percentual de empregadores	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	2010	%	Percentual de empregadores com 18 anos ou mais.
Índice de Transparência Fiscal	Ministério Público Federal	2016	I	Índice de Transparência de combate à corrupção e a lavagem de dinheiro.

FONTE: Elaborado pela autora.

Como se pode notar, esses indicadores tem por objetivo captar a capacidade das microrregiões em gerar renda, na atratividade e a qualificação da mão de obra, na capacidade de desenvolver atividades de alta e média tecnologias e, ainda, buscar também retratar a eficiência dos recursos públicos aplicados internamente. Com efeito, espera-se obter o potencial competitivo inerente à microrregião.

O pilar de coesão constitui o segundo índice parcial do ISDR. O principal objetivo desse índice é expressar o contexto social, a inclusão e o oferecimento de serviços e equipamentos básicos para a qualidade de vida. Para garantir uma melhor visualização e assimilação, o Quadro 3 resume os indicadores utilizados e o método de cálculo.

Quadro 3- Variáveis com respectivas fontes e formas de cálculo do Pilar Coesão

Nome da variável	Fonte	Ano de referência	Unidade de medida	Método de cálculo
Esperança de vida ao nascer	Atlas do desenvolvimento humano no Brasil	2010	%	Taxa percentual de esperança de vida ao nascer.
Mortalidade infantil	Ipardes	2017	‰	Coefficiente de mortalidade infantil por mil nascidos vivos.
Fecundidade geral	Atlas do desenvolvimento humano no Brasil	2010	Nº	Quantidade média de filhos das mulheres com idade entre 15 e 49 anos.
Crianças extremamente pobres	Atlas do desenvolvimento humano no Brasil	2010	%	Taxa percentual de crianças extremamente pobres.
Vulneráveis dependentes de idosos	Atlas do desenvolvimento humano no Brasil	2010	%	Taxa de percentual de vulneráveis dependentes de idosos.
Pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior	Ipardes	2014	Nº	Relação entre o total de docentes no ensino superior e a quantidade de alunos matriculados.
Número de estabelecimentos culturais por mil habitantes	Ipardes	2016	‰	Relação entre número de estabelecimentos culturais em relação à população média (expressa por mil habitantes).
Proporção de população residentes em municípios com 5 mil ou mais habitantes	Ipardes	2016	%	Relação entre a população residente em municípios com 5 mil ou mais habitantes e a população residente total.
Taxa de pré-escolarização	Ipardes	2010	%	Relação percentual entre o nº de crianças matriculadas no ensino infantil e a população com idade entre 3 e 5 anos.
Taxa bruta de escolarização de ensino secundário	Ipardes	2010	%	Relação percentual entre o nº de indivíduos matriculados no ensino secundário e a população com idade entre 15 e 17 anos.
Rendimento médio salarial	Ipardes	2016	R\$	Relação entre massa salarial e número de empregos.

...continua.

Quadro 3- Variáveis com respectivas fontes e formas de cálculo do Pilar Coesão (continuação)

Valor médio anual das pensões do regime geral da segurança social	Secretaria da Previdência Social	2017	R\$	Relação entre valor pago em aposentadorias e o total de beneficiados em dezembro de 2017.
Índice de juventude	Ipardes	2010	Nº	Relação entre número de pessoas com idade entre 0-14 anos e a população com 65 anos ou mais.
Valor médio de pagamento do Bolsa Família	Ministério do Desenvolvimento Social	2014	Nº	Relação entre valor total pago pelo programa Bolsa Família e o número de beneficiários.
Taxa de abandono escolar no ensino fundamental	Ipardes	2017	%	Proporção de alunos matriculados que abandonaram a escola.
Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental	Ipardes	2017	%	Proporção de alunos matriculados que são aprovados.
Taxa de criminalidade contra as pessoas	Ipardes	2016	mil/hab.	Relação entre o número de crimes contra a pessoa e a população total.
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Ipardes	2010	Nº	Média do IDH dos municípios que compõem a microrregião.
Taxa de fecundidade das mulheres com idade entre 10-17 anos	Ipardes	2010	%	Taxa percentual das mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filho(os).
Índice de Gini da renda domiciliar per capita	Ipardes	2010	I	Grau de concentração da distribuição da renda domiciliar per capita da população.
Renda média domiciliar per capita	Ipardes	2010	R\$	Média da renda domiciliar por pessoa.
Valor da arrecadação previdenciária per capita	Secretaria de Previdência	2017	R\$	Valor da arrecadação pela previdência social dos municípios dividido pela população total (ou total de empregados formais).
Taxa de desocupação	Atlas do Desenvolvimento Humano	2010	%	Taxa de desemprego da população com 18 anos ou mais.
Taxa de desocupação da população jovem	Atlas do Desenvolvimento Humano	2010	%	Taxa de desocupação de indivíduos com idade entre 25 e 29 anos.
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais do ensino fundamental da rede pública	Ipardes/INEP	2017	I	Índice de desenvolvimento da educação básica que avalia o fluxo escolar e o desempenho nas avaliações.

FONTE: Elaborado pela autora.

Considerando os indicadores utilizados, pode-se perceber que esses estão voltados às condições de vida, ao acesso ao serviço de saúde, à educação e a renda da população. Além disso, esse índice procura assimilar as características do contexto social que podem refletir o dinamismo socioeconômico da microrregião.

Na mesma perspectiva dos demais, o terceiro índice parcial, o pilar relacionado à qualidade ambiental, visa captar os efeitos econômicos sobre o meio ambiente. As variáveis utilizadas são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4- Variáveis com respectivas fontes e formas de cálculo do Pilar Qualidade Ambiental

Nome da variável	Fonte	Ano de referência	Unidade de medida	Método de cálculo
População atendida com coleta de lixo	Atlas do desenvolvimento humano no Brasil	2010	%	Taxa percentual da população atendida com coleta de lixo.
Área total de unidades de conservação estadual de uso sustentável	Ipardes	2014	%	Relação percentual entre a área total de conservação ambiental e área total.
População em domicílio atendidos por energia elétrica	Atlas do desenvolvimento humano no Brasil	2010	%	Taxa percentual da população atendida com energia elétrica.
População em domicílio atendidos por atendimento de esgoto	Ipardes	2017	%	Relação entre a população atendida com serviço de esgoto e a população total residente.
Recurso repassado ao município de ICMS ecológico	Ipardes	2016	%	Relação percentual entre o valor total de ICMS ecológico repassado aos municípios das microrregiões e os recursos totais.
Área total dos estabelecimentos agropecuários	Ipardes	2006	%	Relação percentual entre a área dedicada a exploração da agropecuária e a área total.
Consumo de água por habitante	Ipardes	2016	m3	Relação entre o consumo total de água e o número de habitantes

FONTE: Elaborado pela autora.

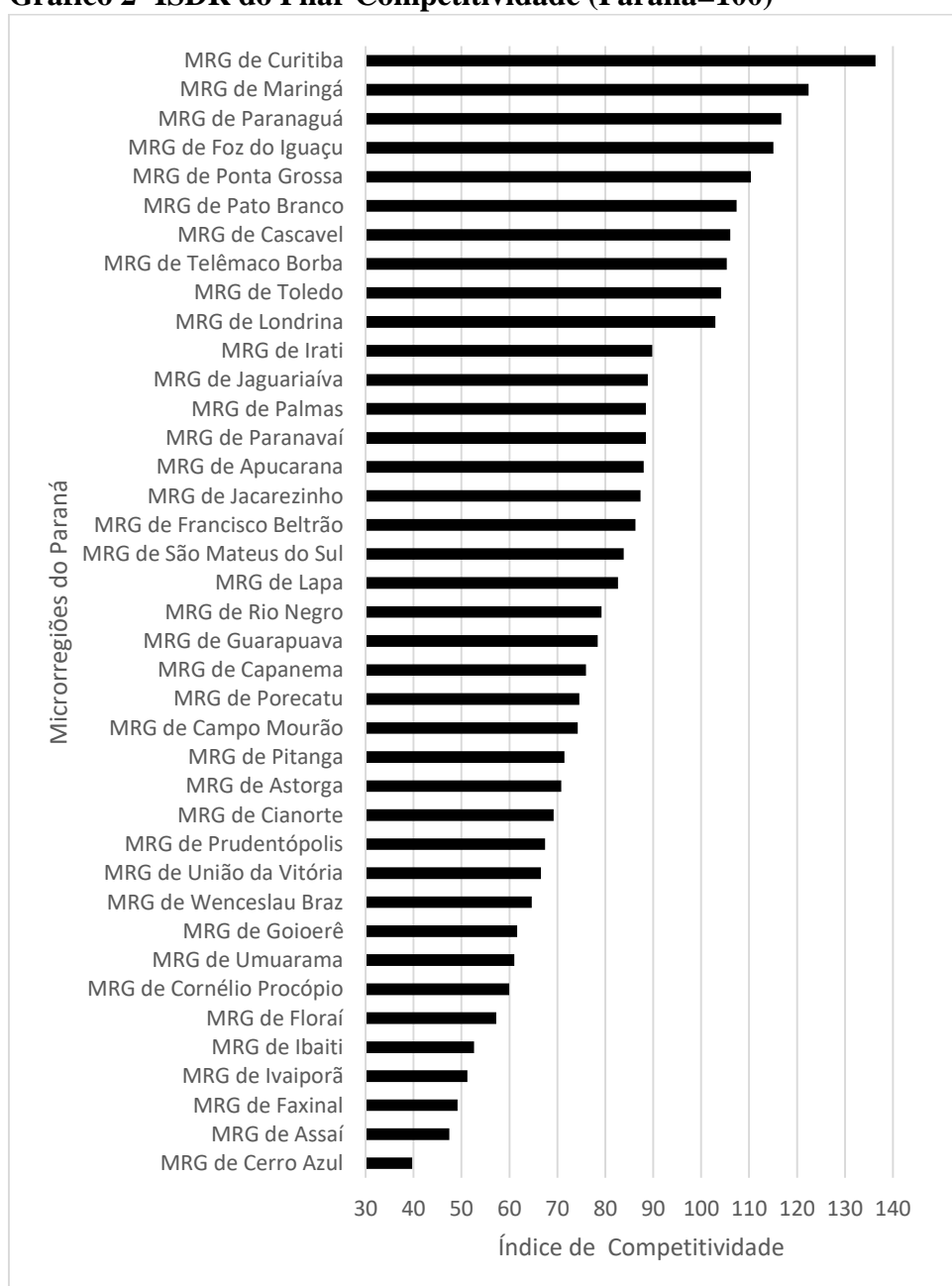
De modo sintético, os passos metodológicos aplicados nesta pesquisa seguem a seguinte ordem: cálculo dos indicadores parciais, cálculo dos índices parciais (pilares) e cálculo do ISDR. Para a construção dos indicadores parciais, segue-se a tabela que compõem cada índice parcial (pilar). A cada uma delas é realizada a normalização dos dados e aplicado o método de reescalonamento minmax. Para a obtenção do índice parcial (pilar), calcula-se a média dos

indicadores parciais, e, para obter o ISDR, calcula-se a média dos três índices parciais. Após a aplicação do método estatístico, serão apresentados os resultados por meio de gráficos e figuras, e, após, realizada uma análise qualitativa dos dados. Diante do objetivo proposto e procedimentos adotados, apresenta-se, na sequência, as discussões e os resultados obtidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados relativos ao índice competitividade apontam que as microrregiões mais competitivas estão localizadas a oeste, leste e norte do estado. Das 39 microrregiões, 10 delas apresentaram índices superiores à média do estado, sendo a microrregião de Curitiba a que apresentou o maior índice em relação à média estadual. Nesse contexto, o Gráfico 2 permite uma melhor visualização dos índices auferidos para cada microrregião.

Gráfico 2- ISDR do Pilar Competitividade (Paraná=100)



FONTE: Resultados da pesquisa.

Como é possível observar no Gráfico 2, outras sete MGRs apresentaram índice de competitividade críticos, inferiores a 60% da média estadual. São elas as MGRs de Cerro Azul (39,69%), Assaí (47,48%), Ivaiporã (51,23%), Ibaiti (52,61%), Florai (57,28%) e Cornélio Procópio (59,95%).

Na Figura 5, é possível verificar melhor a distribuição das microrregiões com seus níveis de competitividade.

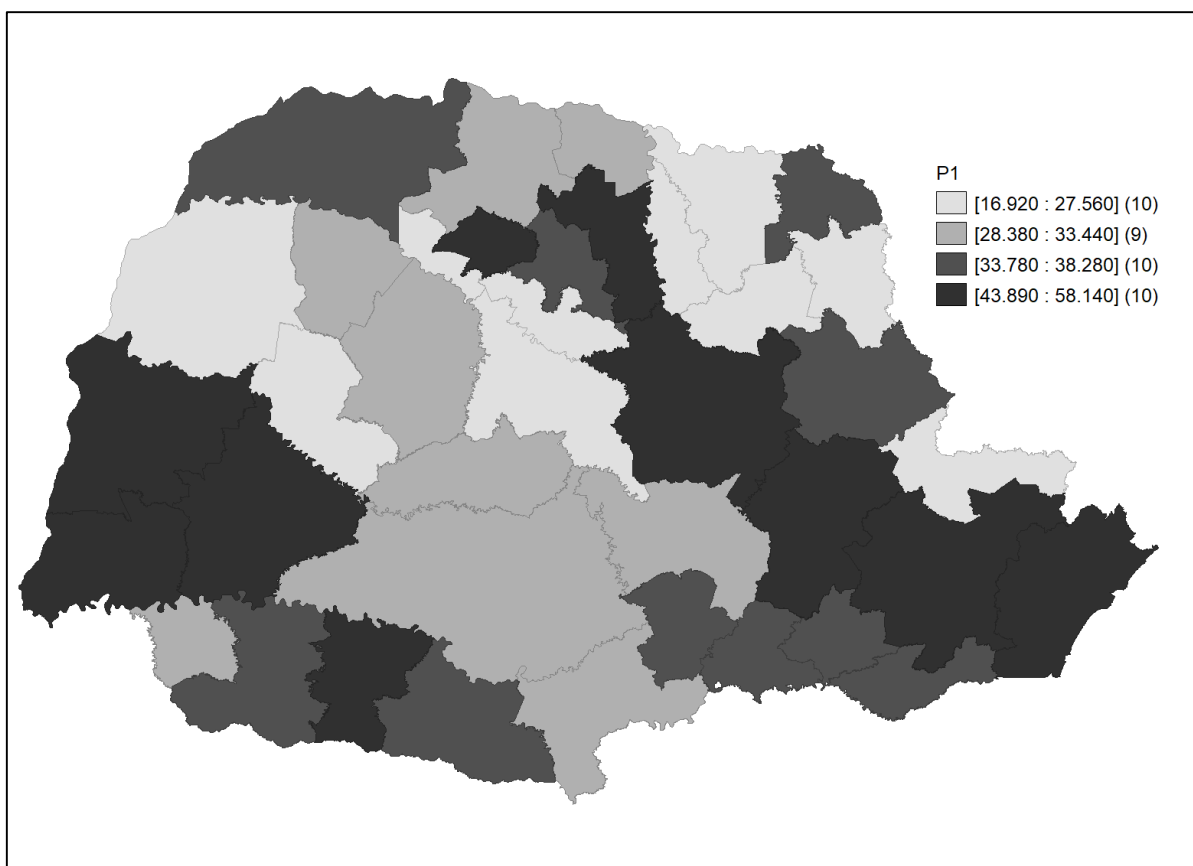


Figura 5- Classificação das microrregiões pelo índice de competitividade

FONTE: Resultados da pesquisa.

A oeste, se destacam MGRs de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. A leste, se destacaram as microrregiões de Paranaguá, Curitiba, Telêmaco Borba e Ponta Grossa. E, ao norte, Londrina e Maringá. Além dessas, a MGR de Pato Branco isola-se no sudoeste paranaense como uma das mais competitivas do estado. Ou seja, tem-se um i) eixo que parte da microrregião de Paranaguá à Maringá, ii) um eixo a oeste e iii) Pato Branco isolado na Mesorregião Sudoeste do Paraná.

É importante compreender que as MGRs que se destacaram com os maiores índices de competitividade são importantes centros econômicos do Estado. A MGR de Curitiba, que apresentou o melhor índice de competitividade, é apontada pelo Iparde (2006) como o espaço de maior relevância socioeconômica. Além disso, por concentrar o poder político e constituir a

comunicação do Paraná com o resto do mundo, torna-se atrativa para novos investimentos e capital humano qualificado, conforme mencionado na seção três deste estudo.

Dados do IparDES (2017a) apontam que os municípios de Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária possuem os melhores desempenhos econômicos do estado do Paraná. Também é possível constatar que houve mudanças no perfil socioeconômico de alguns municípios da RMC que constituíram e fortaleceram importantes atividades econômicas, além de reforçar a relevância econômica do espaço como um todo. Além disso, grande parte dos estabelecimentos de infraestrutura técnico-científico do estado estão localizados nessa microrregião. Somente em Curitiba, em 2015, foram contabilizados 96 estabelecimentos de cunho técnico-científico.

As principais atividades da MGR de Telêmaco Borba é a indústria papelreira, que mantém comércio nacional e internacional (IPARDES, 2006). Em 2017, essa teve a quarta maior participação no VAF da indústria em relação ao total do estado, 3,84%, e, em 2016, apresentou o sétimo maior PIB per capita do estado (IPARDES, 2018).

Silva, Silva e Andreoli (2011) afirmam que o município de Telêmaco Borba surgiu por meio da instalação das Indústrias Klabin, produtora de celulose e papel, e depende culturalmente da atividade econômica da empresa para o desenvolvimento local. A Klabin se considera “a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil”, mantendo relações comerciais com vários países (KLABIN, 2019).

A MGR de Maringá apresentou o segundo maior índice de competitividade. De acordo com o IparDES (2017a), a MGR de Maringá faz parte do segundo espaço de maior relevância econômica do Paraná. Possui participação de 5% do total de postos de trabalhos formais do estado, quanto ao VAF estadual, o município de Maringá apresentou participação de 3,18% do total em 2013. Outros municípios, como Sarandi e Marialva, passaram a apresentar maior relevância econômica na década de 2003-2013.

Veroneze e Lima (2003) afirmaram que a MRG de Maringá constitui um importante polo de cooperativas do setor industrial. Essa informação se confirma a partir dos dados do IparDES (2019) que apontam que, em 2015 e 2016, a MGR gerou o quinto maior VAF do estado (3,40%) e, em 2017, apresentou a sexta maior contribuição em relação ao total do estado, 3,58%.

Além disso, em 2015, a MGR de Maringá contava com 19 estabelecimentos de infraestrutura técnico-científica, entre eles a UEM (IPARDES, 2017a). É importante destacar que a UEM possui 7 campi e sua área de abrangência envolve 109 municípios, ou seja, há um espraiamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para outras microrregiões, entre elas as MGRs de Cianorte, Goioerê, Ivaiporã, Umuarama e Paranavaí (UEM, 2018).

O terceiro maior índice foi apresentado pela MGR de Paranaguá. Para Veroneze e Lima (2003), essa MGR se caracteriza como uma região portuária que recebeu importantes investimentos na década de 1990. Essa informação é corroborada pelos apontamentos de Vargas (2005) que afirmam que nesse período houve a preocupação do Governo do Estado na integração das demais regiões com o porto.

Para o Ipardes (2017a), a MGR de Paranaguá faz parte do primeiro espaço de maior relevância econômica, juntamente com as MGRs de Curitiba e Ponta Grossa. Além disso, os dados do Ipardes (2018) apresentados na Tabela 4 permitem identificar o aumento da participação da MGR na geração de ICMS. Entre outros aspectos, verifica-se que a MGR de Paranaguá está entre as dez MGRs com maior participação no PIB paranaense, e possui o maior PIB per capita do estado.

A esses fatores, cabe salientar que, de acordo com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA, 2018), verifica-se que o Porto de Paranaguá recebeu investimento de mais de R\$ 657 milhões no período de 2011-2017. O que possibilitou um aumento de 14% das movimentações em 2017. Entre 2011-2015 já era possível observar um crescimento de 40% na movimentação de cargas e, ainda, há previsão de novos investimentos, R\$ 725 milhões até 2020.

Nesse sentido, entende-se que a melhoria da infraestrutura do Porto de Paranaguá contribui para o desenvolvimento econômico de todo o estado. Basso (2018) aponta que a presença do Porto em Paranaguá pode ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento regional visto que contribui para o aumento de emprego e renda. E que além do estado, o porto pode contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Entre outros dados, a APPA (2018) divulga que o Porto de Paranaguá é o principal porto graneleiro da América Latina, e o porto que mais contribui para a escoação da produção do agronegócio brasileiro.

A MGR de Ponta Grossa mantém comunicação com a MGR de Curitiba e possui atividades econômicas diversificadas. Segundo o Ipardes (2017a), Ponta Grossa, município-polo da microrregião, se destaca por importantes contribuições para o estado. No setor industrial, registra participação no VAF estadual de 3,98%, 3,60% no VAF do setor de serviços e 2,52% no comércio. Entre outros aspectos, manteve, em 2013, 3,48% dos postos de trabalho do estado. Em 2015, contava com 14 estabelecimentos de infraestrutura técnico-científica, sendo sede da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o que contribui nesse quesito.

Os municípios de Castro e Palmeira também possuem importante relevância econômica para o desenvolvimento da MGR.

Região de fronteira, a MGR de Foz do Iguaçu, juntamente com as MGRs de Cascavel e Toledo, são considerados pelo Iparde (2017a) como a região de terceira maior relevância econômica do estado, e ocupam a quarta, sétima e nona posição, respectivamente, no ranking de maiores índices de competitividade. Juntas, representaram em 2013, 12,8% do VAF total do Paraná. Segundo dados do Iparde (2018), a MGR de Toledo é a mais representativa nesse quesito, sendo a segunda MGR a gerar o maior VAF total do estado em 2017; com participação de 14,81%. Já a MGR de Foz do Iguaçu teve participação de 4,65%, e a MGR de Cascavel, 4,23%.

A MGR de Foz do Iguaçu, por ser região de fronteira, mantém relações com países do MERCOSUL e atividades de turismo. No entanto, o vértice de desenvolvimento da região Oeste é o município de Cascavel, e as principais atividades econômicas estão vinculadas ao desenvolvimento das agroindústrias (VERONEZE; LIMA, 2003; IPARDES, 2017a).

O sexto maior índice de competitividade compete a MGR de Pato Branco; um dos três polos da mesorregião Sudoeste do Paraná. Em termos de renda, a MGR apresenta o terceiro maior PIB per capita do estado, em 2016 teve participação de 3,18% no VAF da indústria e 3,10% na produção primária em relação ao total do estado.

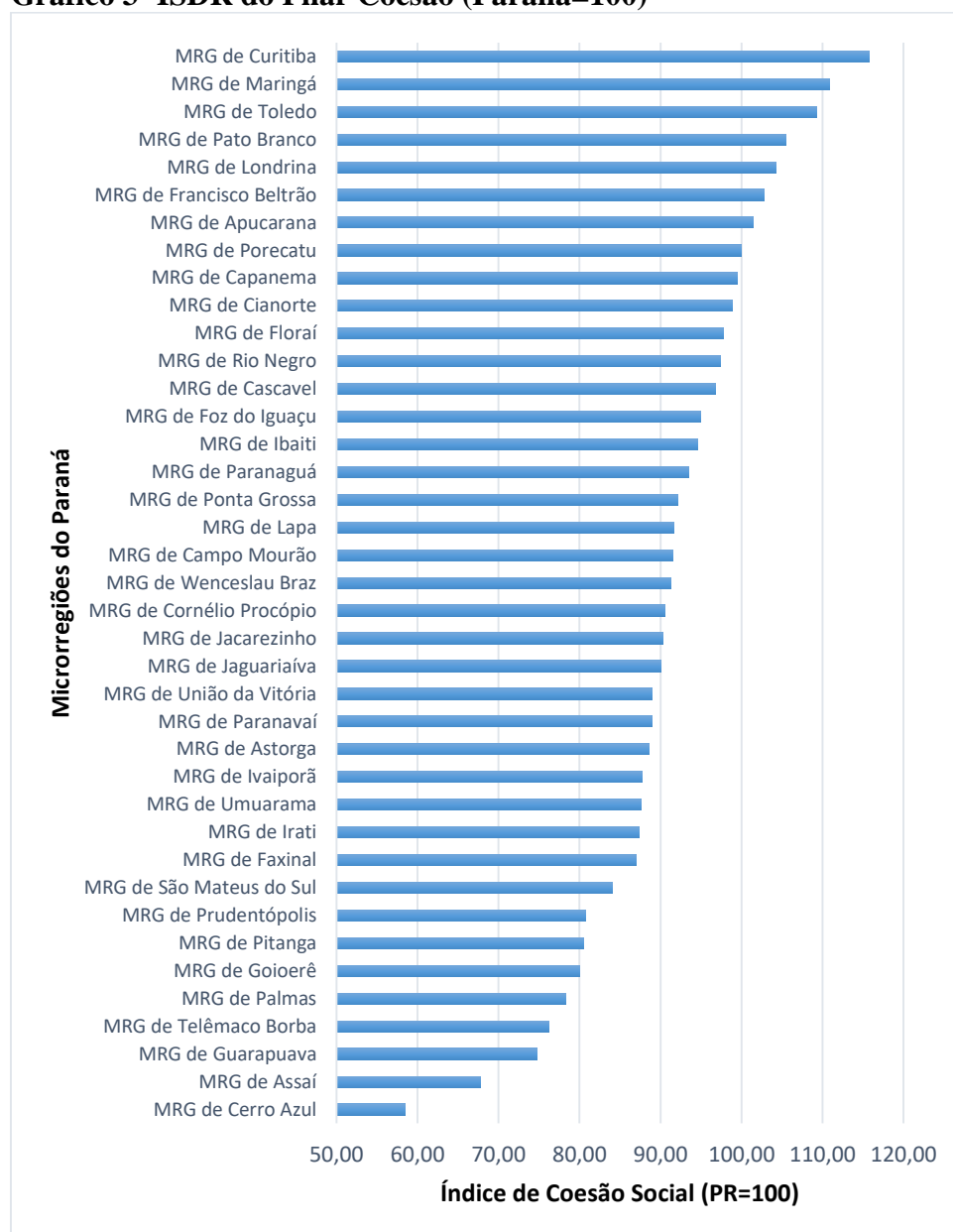
Dentre as microrregiões menos competitivas, verifica-se que estas se localizam na Mesorregião Norte Pioneiro, MGRs de Assaí, Cornélio Procópio e Ibaiti, na Mesorregião Central, MGRs de Floraí, Faxinal e Ivaiporã, na Mesorregião Centro Ocidental, a MGR de Goioerê e na RMC, a MGR de Cerro Azul.

De modo geral, observa-se que as MGRs com baixa competitividade estão localizadas nas regiões Norte Pioneiro e Norte Central. O Iparde (2006) classificou a região Norte Pioneiro e Norte Central como áreas cujas atividades econômicas são o extrativismo. Por esse motivo, a participação dessas MGRs no VAF total do estado é bastante pequena, não alcançando a marca de 0,5%.

Quanto ao PIB per capita, as MGRs de Assaí, Cerro Azul, Ibaiti, Ivaiporã e Faxinal foram os menores do estado no ano de 2016. A MGR de Cornélio Procópio se manteve entre os 12 menores PIB per capita do estado. Por outro lado, as MGRs de Goioerê, Floraí e Cornélio Procópio apresentaram PIB per capita muito próximo a média estadual em 2016. Também é possível observar nessas MGRs os maiores índices de concentração de renda, como o Índice de Gini e Índice de Theil para o ano de 2010 (IPARDES, 2018).

No quecenário que apresenta o índice de coesão social, que visa captar o acesso a serviços e equipamentos sociais básicos, observa-se uma maior homogeneidade entre os níveis de desenvolvimento. Entretanto, os grandes centros apresentam condições de infraestrutura social superior ao dos menores centros. Em termos quantitativos, observa-se sete microrregiões com índice superior à média estadual, a MGR de Curitiba, mais uma vez, é a qual apresentou o maior índice, seguida das MGRs de Maringá e Toledo. O Gráfico 3 apresenta a pontuação do índice coesão social obtidos por cada uma das microrregiões.

Gráfico 3- ISDR do Pilar Coesão (Paraná=100)



FONTE: Resultados da pesquisa.

Conforme os resultados ilustrados no Gráfico 3, os sete maiores índices de coesão social foram observados nas MGRs de Curitiba, Maringá, Toledo, Pato Branco, Londrina, Francisco

Beltrão e Apucarana. Por outro lado, os menores índices observados pertencem as MGRs de Goioerê e Pitanga.

Na distribuição espacial, entre as dez microrregiões com maiores índices de coesão, observa-se que essas se localizam nas regiões norte, leste, oeste e sudoeste do estado. Na região leste, destaca-se a MGR de Curitiba com o maior índice do estado, no oeste, a MGR de Toledo, ao norte, as MGRs de Apucarana, Cianorte, Londrina e Maringá fazem parte desse seletivo grupo. Enquanto que na mesorregião sudoeste as três microrregiões que compõem esse território também estão entre as dez que obtiveram os maiores índices de coesão, são eles: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Destaca-se a presença de universidades públicas em todas as MGRs que apresentaram os maiores índices de coesão social.

A Figura 6, apresenta a distribuição do índice das MGRs do estado.

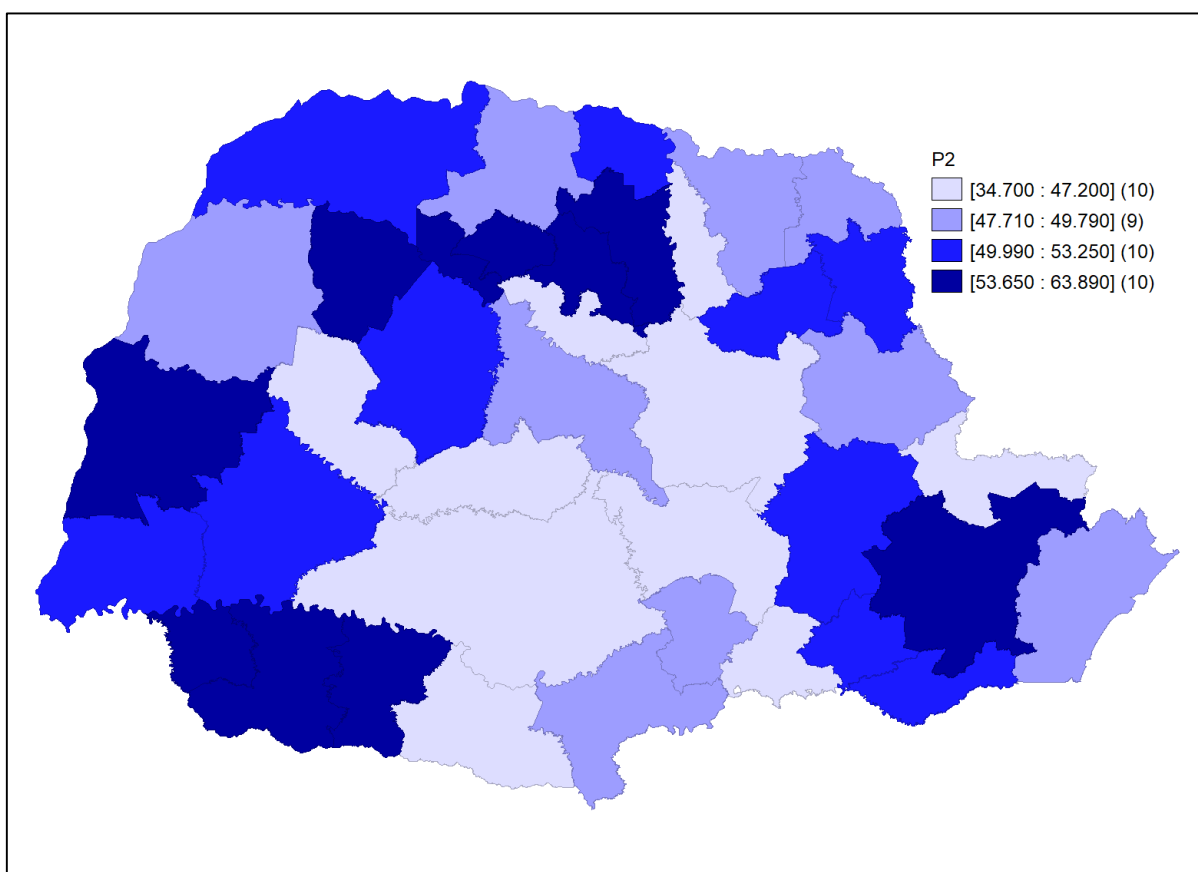


Figura 6- Distribuição espacial do índice de coesão

Fonte: Resultados da pesquisa.

No que se refere ao desenvolvimento socioeconômico, entende-se que os fatores econômicos, sociais e ambientais são interligados. Desse modo, as modificações que ocorrem nos indicadores de um dos fatores afetam os indicadores dos demais fatores. Assim, pode-se compreender que as MGRs que apresentaram bons índices de competitividade tendem a apresentar bons índices de coesão social.

Nota-se que os resultados obtidos pelo índice de coesão não seguem o mesmo padrão do obtido pelo índice de competitividade. Nos altos índices, verifica-se um grupo mais seletivo, enquanto que as MGRs que apresentam baixos índices se concentram na região central e norte do estado.

Quanto aos altos índices, cita-se as MGRs de Curitiba, Londrina, Maringá e Pato Branco que, além de possuir aspectos econômicos que elevam o potencial de competitividade em relação as demais MGRs, atraem mão de obra que provoca aumento da população, conseqüentemente, há maior demanda por investimentos nas diversas áreas sociais, tais como em saúde e educação, inclusive de serviços mais especializados que refletem diretamente nos indicadores de coesão social.

Os dados demográficos do Iparde (2018), apresentados na Tabela 5, sustentam essa constatação ao indicar que as maiores densidades demográficas estão presentes nas MGRs de Curitiba, Maringá, Londrina e Apucarana.

Nessas mesmas MGRs, e na MGR de Toledo, também é possível observar as menores taxas de crianças em situação de extrema pobreza e de vulneráveis dependentes de idosos. Com exceção da MGR de Apucarana, observa-se nessas localidades as maiores taxas de esperança ao nascer (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018). Quanto as MGRs de Pato Branco, Francisco Beltrão e Londrina, verifica-se taxas de estabelecimentos de saúde por mil habitantes elevadas, maiores que a média estadual (IPARDES, 2018).

Quanto a dimensão de educação, o IDH-Educação (2010) e o IPDM-Educação (2015) apresentam taxas superiores nesses centros. Pelo IDEB (2017) dos anos iniciais da rede pública, verifica-se que as MGRs de Francisco Beltrão, Pato Branco, Maringá, Londrina e Apucarana abrigam a maior quantidade de municípios com desempenho escolar superior aos demais. A taxa de analfabetismo (2010) são menores em todas as MGRs que tiveram os maiores índices de coesão social (IPARDES, 2018).

Por outro lado, as MGRs que apresentaram os menores índices estão localizados, em sua maioria, na região Centro-Sul do estado. Destacam-se as MGRs de Guarapuava e Palmas. Para o Iparde (2017), a porção central do Paraná possui os postos de trabalho que exigem menor qualificação e, conseqüentemente, pagam salários menores. Entre outros aspectos, nessa localidade houve decréscimo de população no período 2000-2010, além de apresentar as mais baixas rendas per capita em 2010.

A MGR de Cerro Azul é construída por apenas três municípios: Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses. Essa tem por característica ser uma região marginalizada da RMC. No

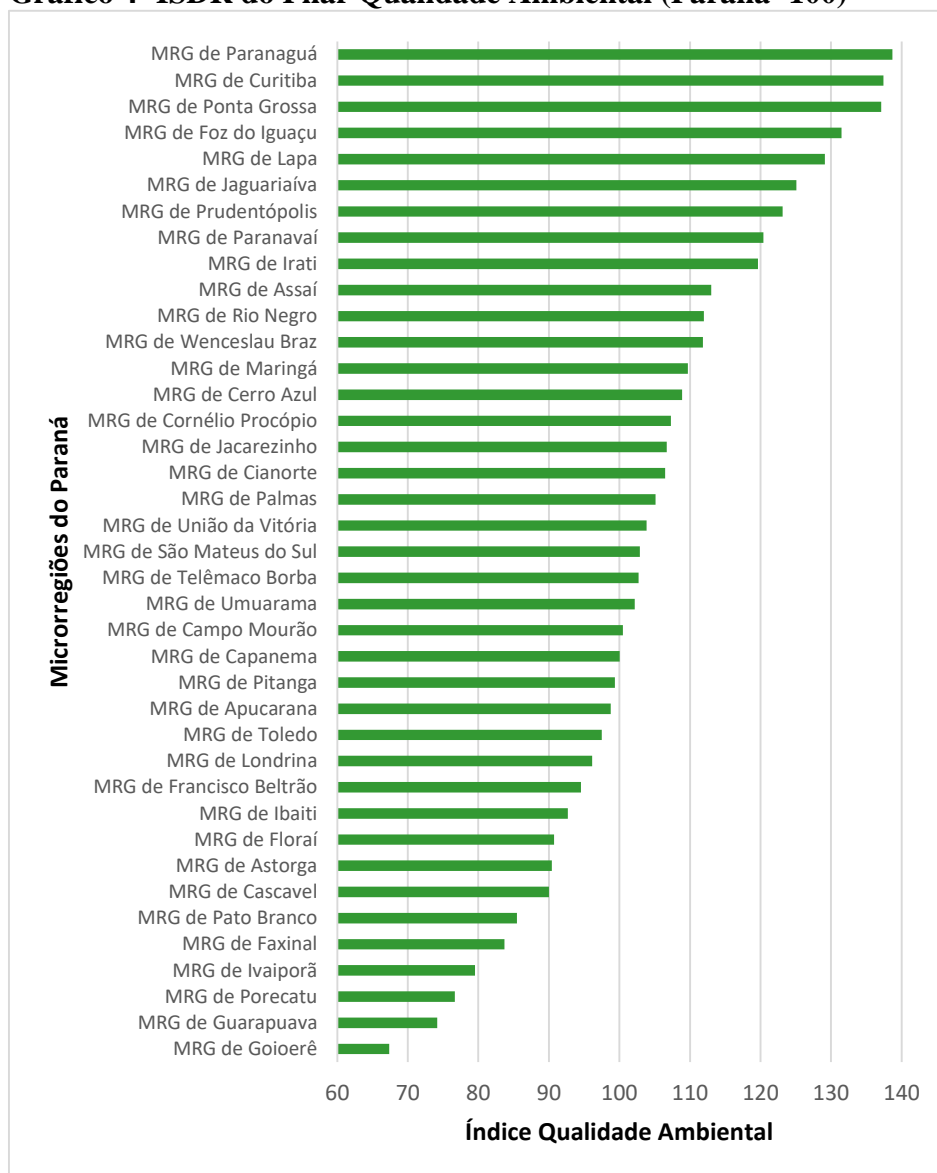
município de Cerro Azul, houve aumento de óbitos de crianças por causas evitáveis no período 2000-2010. As menores taxas de frequência escolar do estado (2010) são dos municípios de Cerro Azul (89,15%) e Doutor Ulysses (82,60%) (IPARDES, 2017).

MGR de Telêmaco Borba apesar de apresentar um bom índice de competitividade, apresenta um dos menores índices de coesão social. A taxa de pobreza e condições de domicílios do município de Telêmaco Borba no ano de 2000 e 2010 são considerados críticos pelo IparDES (2017), ou seja, não houve evolução desse indicadores para o período. O mesmo aconteceu com os indicadores de anos de estudo e população com nível de escolaridade média e superior. Segundo o IparDES (2018), com exceção de Telêmaco Borba, todos os demais municípios que compõem a MGR apresentaram, em 2010, as menores rendas per capita do estado.

Como já mencionado anteriormente, os resultados dos índices de coesão social são homogêneos. Além das sete MGRs que apresentaram índices acima da média, outras 16 se mantiveram bem próximas à média estadual. Na distribuição de frequência, são classificadas no intervalo 90-100, ou seja, 58,97% das MGRs apresentaram alto índice de coesão social. É relevante também destacar que 11 MGRs foram classificadas na distribuição de frequência no intervalo 80-90. Ou seja, num patamar não tão alto, mas também não muito baixo. Restando apenas cinco MGRs com índices de coesão social mais críticos, com destaque para a MGR de Cerro Azul.

Na sequência, por meio do Gráfico 4, serão apresentados os resultados obtidos para o pilar Qualidade Ambiental.

Gráfico 4- ISDR do Pilar Qualidade Ambiental (Paraná=100)



FONTE: Resultado da pesquisa.

Quanto ao índice de qualidade ambiental, verifica-se a heterogeneidade entre as MGRs. Consta-se que 23 MGRs superaram a média estadual, enquanto que quatro apresentaram nível de qualidade ambiental inferiores. As regiões leste e oeste reafirmam-se como as localizações das MGRs que apresentaram os maiores índices parciais, revelando que é possível unir bom desenvolvimento econômico, social e ambiental simultaneamente.

As MGRs de Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa obtiveram um nível de qualidade ambiental muito próximos. As evidências apontam que esse resultado provém do acesso da população à serviços básicos de saneamento e existência de uma considerável área de conservação ambiental.

Observando a distribuição espacial dos maiores e menores índices, nota-se que a região leste é a que detém os melhores índices de qualidade ambiental, enquanto que, isoladamente em pontos das regiões norte, noroeste e oeste também nota-se microrregiões com nível de qualidade ambiental acima da média. As regiões norte e centro-sul do estado abrigam as microrregiões com menores níveis de qualidade ambiental, como pode ser verificado na Figura 7.

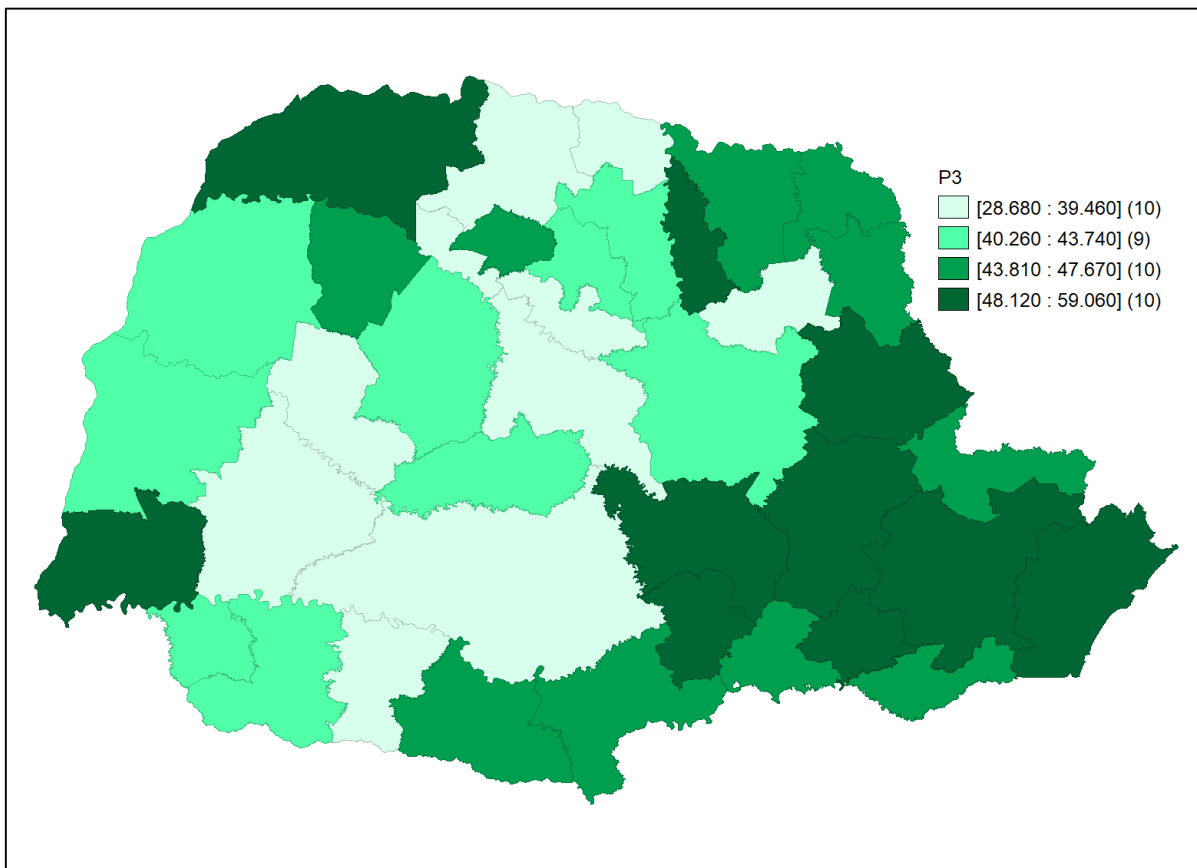


Figura 7- Distribuição espacial do índice parcial qualidade ambiental
FONTE: Resultado da pesquisa.

Quanto ao aspecto qualidade ambiental, é importante observar que as MGRs mantêm altos índices de serviços de saneamento básico, muito próximo da cobertura total para os estabelecimentos e domicílios. Em 2010, serviços como abastecimento de água, coleta de lixo e energia elétrica estavam disponíveis, em média, para 96,71%, 99,18% e 99,60% da população paranaense, respectivamente (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

Em 2014, o Instituto Trata Brasil (2014) afirma que 93,33% da população paranaense foi atendida pelo serviço de rede de água, 67,86% da população possuíam coleta de esgoto e o índice de perda de água na distribuição era de 34,73%.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2018) indica que 110 litros de águas diários atende todas as necessidades básicas de uma pessoa, portanto, todo consumo que excede essa quantidade pode ser considerado desperdício. Dados do Iparades (2018) permitiram estimar que o consumo de água do estado do Paraná é, em média, 152 litros por pessoa, ou seja, 42 litros acima do recomendado.

Das 39 MGRs, 30 apresentaram consumo acima do recomendado. Os maiores consumos por habitante foram observados nas MGRs de Paranaguá (198,08), Astorga (185,63), Londrina (184,50), Floraí (180,64) e Maringá (176,40). Se, para atender as necessidades básicas de um indivíduo são necessários 110 litros de água por dia, quando o consumo se mantém abaixo do estipulado, pode-se compreender tais necessidades não são atendidas. Nesse contexto, as MGRs de São Mateus do Sul, Prudentópolis e Cerro Azul tiveram o consumo estimado abaixo de 80 litros diários por habitante (IPARDES, 2018).

Nesse aspecto, dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2018) apontam que, no ano de 2010, os municípios que compõem a MGR de Cerro Azul possuem a condição mais crítica de população atendida com água encanada. Em 2010, o município de Adrianópolis atendia apenas 60,74% da população com o serviço de água encanada, Doutor Ulysses 71,16%, e Cerro Azul 73,37%. Desse modo, entende-se que a MGR de Cerro Azul caracteriza-se como uma região periférica da MGR de Curitiba.

Quanto à existência de unidades de conservação, a MGR de Paranaguá se destaca por possuir ampla parte do seu território coberto por parques e Áreas de Proteção Ambiental (APA). Na região existem dois parques nacionais, o Parque Nacional do Superagui, presente no município de Guaraqueçaba, e o Parque Nacional Saint Hilaire-Lange, presente nos municípios de Guaratuba, Matinhos, Morretes e Alexandra. Também estão presentes na MGR de Paranaguá, mais especificamente no município de Guaraqueçaba, as seguintes áreas de conservação ambiental: Estação Ecológica de Guaraqueçaba, APA de Guaraqueçaba e Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de Pinheiro e Pinheirinho (IAP, 2018).

Entre as unidades de conservação estadual estão presentes na MGR de Paranaguá, o Parque Estadual da Graciosa, APA Estadual de Guaraqueçaba, parte da APA Estadual de Guaratuba, Estação Ecológica de Guaraguaçu, Estação Ecológica Ilha do Mel, Parque Estadual Rio da Onça, entre outros (IAP, 2018). Entretanto, observa-se que o relevo dessas regiões contribuem para a existência desses parques.

Na MGR de Curitiba, prevalece as unidades de conservação estaduais e municipais. Somente em Curitiba existem duas APAs, dois bosques, sete parques e o Jardim Botânico

Franchete Rischbieter, totalizando uma área de 8.775,44 ha de conservação municipal. A única área de conservação federal está presente no município de Campo Largo, a Floresta Nacional de Açungui, com área de 728,78 ha. Entretanto, existem outras áreas de conservação sob tutela dos municípios da região.

Os Campos Gerais do Paraná têm como principal referência o município de Ponta Grossa, onde está presente o Parque Estadual de Vila Velha, tombado em 1966 como Patrimônio Histórico Artístico e Estadual (PARANÁ, 2019). Para a UEPG (2019), os Campos Gerais abrangem boa parte dos territórios das MGRs de Ponta Grossa, Jaguariaíva, Telêmaco Borba, Lapa e Rio Negro, contabilizando, ao todo, 24 municípios.

Quanto a MGR de Foz do Iguaçu, destaca-se a presença do Parque Nacional do Iguaçu, cuja gestão está sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio). O parque foi instituído no ano de 1986 como Sítio do Patrimônio Mundial Natural e conta com a presença das Cataratas do Iguaçu, um ponto turístico reconhecido internacionalmente (ICMBio, 2019).

Outra importante área de conservação é a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, presentes nos municípios de Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Querência do Norte e São Pedro do Paraná, situados na MGR de Paranaíba (IAP, 2019).

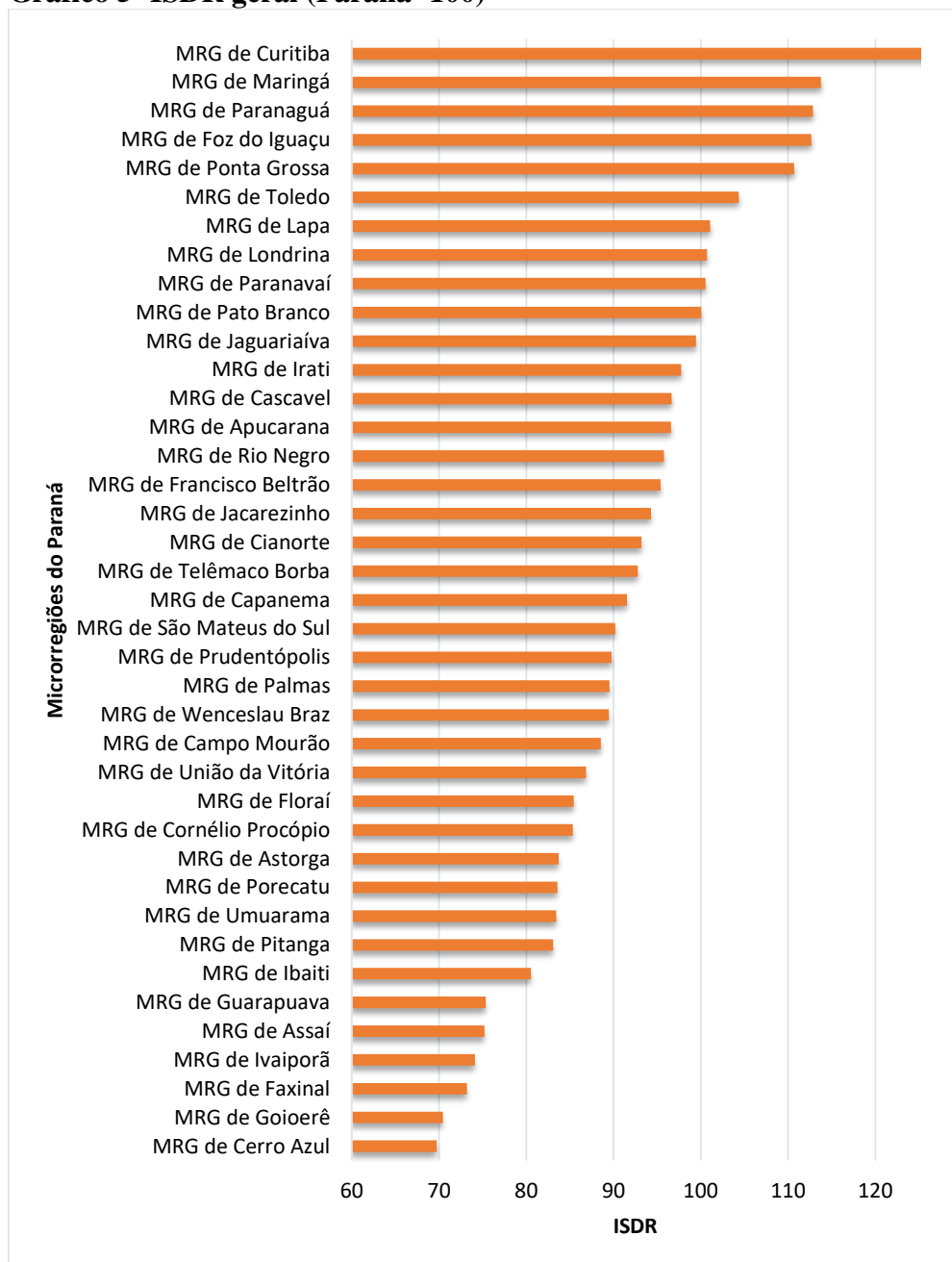
Quanto ao recebimento do ICMS Ecológico, que é um recurso destinado para os municípios paranaenses que abrigam unidades de conservação, APA ou mananciais para abastecimento de municípios vizinhos, verifica-se, nas MGRs de Cerro Azul, Pitanga, Umuarama, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Apucarana e Assaí, maior representatividade dessa fonte de receita em relação ao recurso total dos municípios (IPARDES, 2018).

Nesse sentido, Scaff e Tupiassu (2004) apontam que o ICMS Ecológico foi idealizado como uma política pública intervencionista positiva que funciona como alternativa de arrecadação para municípios cuja dinâmica econômica é refreada pela restrição do uso do solo. Além disso, incentiva a preservação pela adesão voluntária de municípios que desejam aumentar a receita.

O ICMS Ecológico foi constituído pioneiramente pelo Estado do Paraná e espalhou-se para outros estados brasileiros. Fato esse que reflete o sucesso da política, pois “redimensiona e valoriza todos os aspectos fundamentais para um meio ambiente saudável, incentivando os municípios a investirem na qualidade de vida de sua população” (SCAFF; TUPIASSU, 2004, p.172).

Como resultado do desempenho dos índices parciais, obteve-se o ISDR para cada uma das MGRs paranaenses. O Gráfico 5 apresenta a classificação para o ISDR geral.

Gráfico 5- ISDR geral (Paraná=100)



FONTE: Resultado da pesquisa.

Como é possível verificar no Gráfico 5, a MGR de Curitiba apresenta um ISDR significativamente superior às demais. Isso porque apresentou alto índice em todos os pilares do ISDR. A MGR de Maringá, apesar de apresentar apenas o décimo terceiro melhor índice de qualidade ambiental, manteve-se como o segundo melhor ISDR, justamente pelos bons índices apresentados nos pilares coesão social e competitividade.

O indicador de coesão social foi o que mais contribuiu para esta diferença entre o ISDR das MGRs de Foz do Iguaçu, Paranaguá e Ponta Grossa em relação ao da MGR de Curitiba. A Figura 8 permite visualizar a distribuição do ISDR no território estadual.

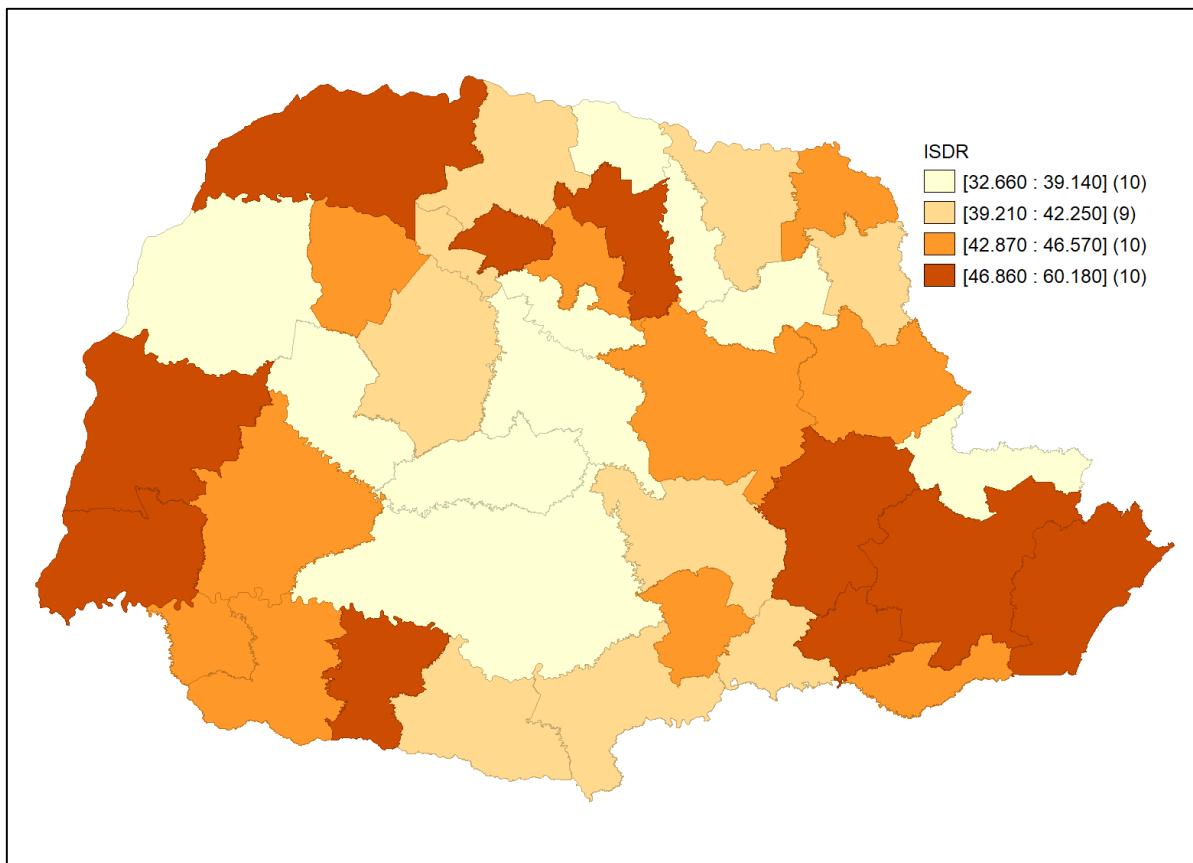


Figura 8- Distribuição espacial do ISDR.

FONTE: Resultados da pesquisa.

Como pode ser observado, a Figura 8 demonstra a heterogeneidade do desenvolvimento regional quando se analisa o território paranaense como um todo. É possível visualizar a Região Oeste, o eixo Paranaguá- Maringá, e a microrregião de Pato Branco isolada no Sudoeste Paranaense como microrregiões mais desenvolvidas. De maneira geral, verifica-se que os resultados obtidos pelo ISDR são similares à classificação dada aos espaços, conforme a relevância econômica do estudo do Ipardes (2006).

Além disso, os processos de desenvolvimento que ocorreram ao longo das décadas marcaram a história e determinaram as conjunturas sociais e econômicas atuais de cada microrregião. Nesse aspecto, entende-se que o conceito teórico idealizado por Perroux, que indica o desenvolvimento regional que ocorre a partir do estabelecimento de polos de crescimento em diferentes localidades e intensidades, é aplicável para o desenvolvimento ocorrido no Paraná. Além disso, pode-se dizer que a partir da especialização de cada região em

atividades que possuem maior afinidade, há uma comunicação entre as MGRs que levam a complementariedade econômica, embora não resulte no crescimento equilibrado entre as regiões propostas por Boudeville. Ou seja, há integração e comunicação, de forma abstrata, entre as regiões, o que coordena a economia do território estadual como um todo.

Na visão de Perroux, o desenvolvimento só ocorre a partir do estabelecimento industrial. Verifica-se, no presente estudo, que, no processo de desenvolvimento do estado do Paraná, há indícios de que a transformação industrial contribuiu para o crescimento e consolidação dos polos. No entanto, para o crescimento econômico até os dias atuais, observa-se a importância de outros fatores, são eles: a diversificação da economia, comunicação, inovação e tecnologias.

Essa visão corrobora com a classificação das regiões por relevância econômica dada pelo IPARDES (2006). Ou seja, a transformação industrial foi utilizada como meio, mas se tornou insuficiente ao amadurecimento econômico. Isso ocorre devido aos avanços nas áreas de comunicação e tecnologia que se tornaram essenciais para muitas das atividades da sociedade humana.

Da contribuição de Boudeville e suas definições de região plana, polarizada ou de planejamento, pode-se dizer que elas coexistem dentro do território estadual, a depender do recorte em que se busca analisar. Na visão do todo, entende-se que o estado do Paraná é uma região polarizada, onde há diferentes polos especializados em diferentes atividades econômicas. Mas, caso seja utilizado as dez mesorregiões como objeto de análise, verifica-se que há homogeneidade quanto aos aspectos culturais, sociais, econômicos e geográficos.

Ainda é possível notar que MGRs como a de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Toledo são centros de planejamento. Nesse sentido, constata-se a existência de Regionais de Saúde e Educação que auxiliam na coordenação desses serviços no estado. De acordo com PARANÁ (2019), existem quatro Macrorregionais de Saúde. Essas são divididas em 22 núcleos de coordenação, enquanto que na área de educação, verifica-se a existência de 32 Núcleos Regionais de Educação vinculados à Secretaria da Educação do Estado. Além disso, verifica-se outras áreas que se utilizam desse mesmo critério de coordenação, inclusive a econômica, quando se observa a especialização de cada MGRs e suas aptidões.

Frente a essas colocações, entende-se que a teoria de Myrdal também é válida para o desenvolvimento regional do estado do Paraná. Em que se percebe que regiões pioneiras na colonização e, principalmente, as que receberam primeiramente os investimentos em infraestrutura, conseguiram estabelecer um círculo virtuoso na dinâmica econômica. Além disso, leva-se em consideração os casos históricos fortuitos, também apontados pelo autor, que

se relacionam com alguns momentos da história do desenvolvimento paranaense, entre eles a criação da CIC na RMC. A existência de aparatos tecnológicos também foram implantados devido às características de cada MGR e seu grau de influência nas proximidades. Assim como o IPARDES (2006) evidencia, é o capital buscando a melhor localização que resultará no melhor retorno do investimento. Nesse caso, verifica-se que regiões economicamente não atrativas, como é o caso da região central, tendem a não atrair novos investimentos.

Quanto a teoria de Hirschman e sua validade para o processo de desenvolvimento socioeconômico das MGRs do estado do Paraná, verifica-se que, assim como houve o processo de polarização e que algumas regiões receberam investimentos primeiro e outras tardiamente, e que foram traçadas estratégias de comunicação entre tais polos, inclusive no aspecto rodoviário para fins de transporte, há outras regiões, como o Norte Pioneiro e a região central e de fronteira com Santa Catarina, que permanecem estagnadas economicamente, conforme ficou evidente nos índices parciais e, conseqüentemente, no ISDR.

Nesse ponto, há duas questões para analisar. A primeira é a necessidade de intervenção estatal a fim de aplicar medidas corretivas de problemas sociais críticos. A segunda, é a tentativa de mudar a dinâmica da economia local. A primeira questão torna-se uma situação controversa, pois verifica-se objeção na decisão entre alocar recursos em localidades que se caracterizam como promissoras ou em alocar recursos em localidades periféricas. No entanto, entende-se que em casos de vulnerabilidade social são necessários para que o Estado realize algum tipo de intervenção.

Hirschman fala sobre a necessidade de providenciar os recursos necessários para que haja desenvolvimento, mas, na realidade, esses recursos não são tão simples de prover, pois depende de uma série de variáveis. Entre elas, as especificidades de cada local, os fatores locais, entidades do Estado e paraestatais presentes, atividades empreendedoras inerentes da população, entre outras.

Dessa forma, entende-se que a globalização e a era da comunicação trouxeram oportunidades para essas regiões se sobressaírem em alguma atividade que altere a dinâmica local, assim como tornou mais complexa essa tarefa. Tarefa essa que visa a a criação de inovações que sejam essenciais e que devam produzir algo de valor comercial, resultando na inserção da economia local no mercado mundial e a mantenha nesse mercado por alguma especificidade inerente da região.

Entende-se que há um problema de desenvolvimento regional evidenciado a partir da apresentação de índices sociais críticos. Esse problema limita o nível de qualidade de vida da

população abaixo do considerado digno para o ser humano. Então, na falta de recursos básicos, principalmente de saúde, percebe-se como indispensável a ação do Estado para prover e articular os recursos necessários para essa parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apesar disso, a possibilidade de assistência pelo Estado não garante uma mudança tão profunda quanto a necessária para modificar tal situação e tornar as regiões independentes no processo de crescimento econômico. Nesse caso tem-se, principalmente, as MGRs de Cerro Azul, Goioerê, Faxinal, Ivaiporã, Assaí e Guarapuava. Essas apresentaram ISDR menor que 80% da média do estado.

Desse modo, pode-se dizer que a teoria de Douglas North sobre a importância das exportações podem auxiliar, de alguma maneira, nas formação de estratégias que essas MGRs precisam traçar no sentido de modificar a dinâmica interna. Entende-se que tal teoria é válida para o desenvolvimento das MGRs. O principal exemplo é a MGR de Paranaguá que, pela sua localização e especificidade, utilizou-se da atividade exportadora para alavancar a economia.

Ainda é possível constatar que a região Oeste possui conexão com o MERCOSUL e que a região Maringá-Londrina mantém comércio com o estado de São Paulo. Já a leste, localiza-se Paranaguá, que se caracteriza como uma porta comercial. Enquanto que Curitiba é um polo de comunicação com o restante do mundo e porta de entrada de tecnologias e inovações. Entretanto, observa-se que a região centro-sul do estado não possui ligação econômica com outra localidade, somente com as demais regiões do estado. Considerando que na fronteira com o estado de Santa Catarina não se verifica possibilidades de ligação devido às diferenças de interesses econômicos.

Partindo desse contexto, constata-se que os resultados obtidos para o ISDR são semelhantes a outros índices já apresentados pela literatura sobre o nível de desenvolvimento das MGRs do estado. Esse contribui ao utilizar uma metodologia internacional, que difere das aplicadas para medir a diferença no nível de desenvolvimento. Além disso, os resultados reforçam as limitações enfrentadas pelas MGRs que se situam na Região Central (Centro-Sul, Norte Central e Centro Ocidental), Norte Pioneiro, Vale do Ribeira e Guaraqueçaba.

Verifica-se que nessas regiões a desigualdade se constitui como um problema, pois há dificuldades sociais acentuadas e que precisam de atuação direta do Estado para amenizar tais condições. Nesse caso, evidencia-se novamente a visão de Hirschman no que concerne à necessidade de recursos necessários ao desenvolvimento que possam auxiliar no desenvolvimento de inovações, tais como universidades e estabelecimentos de ensino técnico e/ou profissionalizante.

Entretanto, as teorias mais recentes de economia regional apontam a necessidade de engajamento dos fatores locais para que o desenvolvimento socioeconômico aconteça, nesse caso entende-se a inovação como um fator-chave na exploração de aptidões inerentes à região a fim de provocar interesses comerciais com outras localidades que perdurem a longo prazo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do desenvolvimento econômico e a economia regional serem discussões recentes na literatura das ciências econômicas, o processo evolutivo da sociedade humana sempre se preocupou com a provisão de alimentos, saúde e segurança, além de aspectos relativos à sobrevivência. O que percebeu-se recentemente é que alguns países tiveram mais sucesso ao organizar a sociedade e ao utilizar os meios de capital, alcançando assim maior prosperidade que outras nações. Embora a literatura tente identificar e resumir os fatores que promovem o desenvolvimento socioeconômico, ela apenas busca retratar o que acontece na realidade.

Foi dessa maneira que as teorias foram sendo idealizadas ao longo dos séculos e chegaram na atualidade com o desafio de acrescentar a complexidade, cada vez maior, das atividades sociais. A coletividade, viver em sociedade, é um aspecto inerente ao ser humano. Não fomos criados para vivermos isolados, e sim na dependência e colaboração de uns com os outros.

Sendo assim, o desenvolvimento socioeconômico também passa a ser desafiador, pois não basta que haja provisões apenas para uma parcela da sociedade, mas é preciso dar condições dignas de vida para a maior parcela possível da população. Neste contexto, surgem algumas indagações: Como garantir que a atividade econômica praticada em todas as localidades e regiões possibilitem tal condição? Os teóricos da aglomeração tentaram exprimir algumas maneiras com as quais cada parte de um território, que pode ser país, estado ou região, deve, de forma independente, buscar prover os recursos necessários ao desenvolvimento interno. Desde a compreensão da necessidade da criação de polos, da implantação de círculos virtuosos, de exportação, e aceitar a desigualdade como oportunidade de crescimento são formas de alegar que há possibilidade de uma região estar entre o grupo de sociedades mais desenvolvidas.

A literatura recente destaca que os fatores intrínsecos são essenciais, mas que os fatores imateriais se sobrepõem aos materiais. Um exemplo disso é a essencialidade de fatores como comunicação, inovação, produção e transmissão de ideias e informações para o desenvolvimento. Nesse caso, idealiza-se que se for criada uma cidade com pessoas altamente desenvolvidas nesses critérios, em pouco tempo há a possibilidade de surgimento de um grande polo de tecnologia e criação como ocorreu, por exemplo, no Vale do Silício.

O presente estudo teve como objetivo mensurar o ISDR das MGRs do estado do Paraná e verificar se as desigualdades entre as MGRs constituem um problema de desenvolvimento regional e, ainda, como os aspectos de cada localidade influenciaram no desenvolvimento local.

Após apresentar os resultados do nível de desenvolvimento das MGRs, a partir da metodologia portuguesa inspirada do INE, foi possível constatar que a MGR de Curitiba possui um nível de desenvolvimento mais avançado do que as outras regiões. Na sequência, tem-se outros polos importantes, como os de Maringá, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Toledo e Lapa, que formam um segundo grupo com ISDR superior à média do estado.

Outras MGRs apresentaram ISDR muito próximas à média do estado. São elas as MGRs de Jaguariaíva, Pato Branco, Paranavaí, Cascavel, Rio Negro, Irati, Apucarana, Francisco Beltrão, Jacarezinho, Telêmaco Borba, Capanema e Cianorte. Um quarto grupo apresenta um pouco mais de atraso quanto as demais MGRs, com nível entre 90% e 80% referente ao ISDR apresentado pelo estado. Esse grupo compreende as MGRs de Campo Mourão, São Mateus do Sul, Wenceslau Braz, Prudentópolis, Palmas, União da Vitória, Cornélio Procópio, Porecatu, Astorga, Umuarama, Pitanga, Floraí e Ibatí. Em situações mais críticas em relação à média de desenvolvimento do estado estão as MGRs de Cerro Azul, Goioerê, Ivaiporã, Assaí, Faxinal e Guarapuava.

Quanto a entender se essas desigualdades representam um problema de desenvolvimento regional, verifica-se que entre o primeiro, segundo e terceiro grupo, tais diferenças não consistem necessariamente em um problema de desenvolvimento regional, pois há certo equilíbrio no que diz respeito aos aspectos de desenvolvimento socioeconômico. No quarto grupo, percebe-se que há uma distância maior em relação ao ISDR apresentado pelo estado. Isso implica na necessidade de atenção por parte do Estado e da sociedade em relação aos aspectos essenciais ao desenvolvimento dessas MGRs. E quanto ao último grupo, percebe-se que a diferença entre os aspectos de desenvolvimento socioeconômico destoam em um grau superior em relação as demais MGRs, pelo motivo de apresentarem indicadores sociais críticos que indicam situações maiores de vulnerabilidade social. Assim, entende-se que existem problemas de desenvolvimento de tais regiões.

Assim como as especificidades das MGRs do primeiro, segundo e terceiro grupo contribuíram para o desenvolvimento de tais regiões, verifica-se que as atividades econômicas das demais MGRs nas quais prevalecem o extrativismo, o latifúndio e meramente a produção agropecuária, cuja venda se mantém em commodities e que a região não apresenta nenhum tipo de indústria de processamento desse produto, entende-se que as limitações são expressivas. Nesse caso, a atuação de forças externas capazes de modificar o dinamismo local somadas às ações dos atores locais pela geração de valor são fundamentais no processo de diminuição das desigualdades regionais.

Sendo assim, este estudo contribui para a literatura ao mensurar a desigualdade de desenvolvimento regional no estado do Paraná sob a aplicação de uma metodologia internacional, cujos resultados convergem com as desigualdades já apontadas pela literatura, demonstrando a permanência dessas desigualdades ao longo dos últimos dezenove anos, 2000-2019. Além disso, verificou-se que as teorias das aglomerações são válidas para o processo de desenvolvimento ocorrido no Paraná. Por meio dessas teorias ainda é possível notar algumas indicações de planejamento que podem, de alguma forma, auxiliar as regiões com situações críticas de desenvolvimento a reverterem o processo de círculo vicioso. Para isso, entende-se a importância de ações externas, assim como, da ação e empenho dos atores locais.

Para pesquisas futuras, sugere-se que sejam realizados estudos que contribuam na análise de como ocorre a dinâmica econômica entre as microrregiões, internamente e a relação com as demais MGRs do estado, a partir de análise espacial.

7 REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA).2018. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/> Acesso em: fevereiro de 2019.

ANDRADE, Selma Maffei; SOARES, Darli; MATSUO, Tiemi; SOUZA, Regina K.T.; MATHIAS, Thaís A. F; IWAKURA, Maria L. H.; ZEQUIM, Maria A. Condições de vida e mortalidade infantil no Estado do Paraná, Brasil, 1997/2001. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 181-189, jan, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000100019. Acesso em: junho de 2019.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas-PPP**. Brasília, n.23, jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>. Acesso em 21 jun. 2018.

AREND, S.C.; ORLOWSKI, R.F. O desenvolvimento regional da AMOSC a partir das teorias da Base Exportadora e dos Polos de Crescimento. **Revista do Desenvolvimento Regional- REDES**. Santa Cruz do Sul, v.17, n.1, p.141-163, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2558>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. Disponível em:< <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 18 março 2018.

BARRETO, R. C. S.; ALMEIDA, E. S.; LIMA, J. E. Convergência espacial do PIB per capita no estado do Ceará. **Revista de Economia**, v. 36, n.3 (ano 34), p. 25-40. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/economia/article/download/14594/15128>. Acesso em: agosto 2017.

BIANCHI, A.M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 131-150, ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642817>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BRAGA, B. P.M; CURADO, M. L. Elementos institucionais e a transformação da estrutura produtiva do Paraná nos anos setenta. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.35, n.127, p.99-114, jul. /dez. 2014. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/674>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. [**Constituição (1988)**]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Pagamento do Bolsa Família**. Disponível em: < <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados> > Acesso em: abril de 2018

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Alice Web**. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>> Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Índice de Transparência Fiscal**. Disponível em: < em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking> > Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Secretaria da Previdência Social. **Valor da arrecadação da Previdência Social nos municípios**. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-municipais-2017/>> Acesso em: abril de 2018.

BRAVEMANN, Paula; GOTTLIEB, Laura. The Social Determinants of Health: It's Time to Consider the Causes of the Causes. **Public Health Reports**. San Francisco, n. 2, v. 129, p. 19-31, 2014. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24385661>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

CAMPOS, A.C.; CALEFFI, P.; SOUZA, J.B.L. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 27, n. 2, p. 163-170, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/197/0>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CASTRO, Jose Romeu (coord.); VASCONCELOS, Demian. Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos 90. **IPEA**. Brasília, TD 624, 71p. 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3932. Acesso em: novembro 2018.

CAVALCANTE, L. R.M.T. Produção teórica em Economia regional: uma proposta de sistematização. **Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – ABER: Juiz de Fora**, 2007. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

COMEX STAT. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil. 2018. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: março 2018.

DUBIEL, S.A.; RAIHER, A.P. Desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná: evolução e determinantes. **Informe Gepec**. Toledo, v. 17, n. 2, p. 6-22, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/7707>. Acesso em: 16 maio 2018.

FARIAS, M.G.M; CAMPOS, B.F.; BAGGIO, D.K. As teorias do desenvolvimento regional e a ação do Estado. **Revista de Administração e Comércio Exterior**. v.1, n. 2, p.88-103, 2015. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2643>. Acesso em: março 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ (FIEP). **Panorama Industrial do Paraná**, 2016. Curitiba, 2016. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/Paranorama_Industrial_do_Parana-2016-FIEP.pdf. Acesso em 25 jul. 2018.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.103, p. 70-100, jul/dez., 2002. Disponível em:

<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/205>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GAZONATO, M. C.; GOMES, A. L.; REIS, R. R. G. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise de convergência da renda per capita dos estados para o período de 1994 e 2010, **Revista de Economia**, v. 40, p. 81-104, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/38486/26021>. Acesso em: junho 2017.

HIRSCHMAN, A.O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A., 1961.

IAP. INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Unidades de conservação**. 2018. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/>. Acesso em novembro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto (PIB) por unidade da federação**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=destaques> > Acesso: julho de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Portugal). **Documento Metodológico: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional**: Lisboa, 2015. 46 p. Disponível em: < <https://smi.ine.pt/UploadFile/Download/1898>>. Acesso em: outubro de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná: Economia e Sociedade**. 2 ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. **O Paraná na primeira década do século XXI**. Nota técnica n° 20. Curitiba, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. 2017a. **Os Vários Paranás: as espacialidades socioeconômicos-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Anuário Estatístico**. 2017b. Disponível em: < http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2017/index.html> Acesso em: março de 2018

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Banco de Dados**. 2018. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>> Acesso em: março 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Banco de Dados**. 2019. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>> Acesso em: fevereiro 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL CHICO MENDES (ICMBio). **Programas e Ações**. 2019. Disponível em: <http://institutochicomendes.org.br/portal-chico-mendes/>. Acesso em fevereiro de 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Saneamento: principais estatísticas**. 2019. Disponível em: <https://www.klabin.com.br/memoria-klabin/>. Acesso em: janeiro de 2019.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N.D. Seis décadas da Teoria do Polos de Crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico**: Salvador, 2015, n.2, p. 935-952. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4204> >. Acesso em: julho 2018.

KLABIN. Conheça nossa história. 2019. Disponível em: <https://www.klabin.com.br/memoria-klabin/>. Acesso em: fevereiro de 2019.

LIMA, R.C.A.; LIMA, J.P.R. Distribuição da PIB per capita nas microrregiões brasileiras: uma análise exploratória espacial. **Planejamento e Políticas Públicas-PPP**. Brasília, n.47, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/604>> Acesso em: abril 2018.

LIMA, A.C.C.; SIMÕES, R.F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 7, n. 21, p. 5-19, 2010. Disponível em: <<https://www.revista.unifacs.br/revista7n21/artigos/teorias-clasicas-do-desenvolvimento-regional-e-suas-implicacoes-de-politica-economica-o-caso-do-brasil>>. Acesso em: maio 2018.

LIMA, A.C.C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A.M. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. **EURE**, v. 42, n. 127, p. 55-85, set. 2016. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0250-71612016000300003&lng=es&nrm=iso. Acesso em junho 2018.

LOPES, A.S. **Desenvolvimento Regional**: problemática, teoria, modelos. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MACEDO, M. M. Notas sobre a relação estado e sociedade no Paraná: uma breve digressão para o período 1853-1965. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.116, p.117-137, jan./jun. 2009. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/317>. Acesso em: setembro 2018.

MACEDO, M.M.; VIEIRA, V.F.; MEINERS, W.E.M.A. Fases de desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.103, p.5-22, jul./dez. 2002. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/200>>. Acesso em fevereiro 2019.

MARCONATO, M.; COELHO, M. Gestão Fiscal dos municípios paranaenses: uma análise espacial. **Revista de Desenvolvimento Econômico**: 2016, v.1, n. 33, p. 295-324. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4248>. Acesso em: junho 2018.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M. B. (Orgs.) **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. cap. 2, p. 57-75.

MIGLIORINI, S.M.S. Indústria Paranaense: Formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista**

Eletrônica Geografar, Curitiba, v.1, n.1, p.62-80, jul./dez., 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/6843>. Acesso em: janeiro 2019.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Trad. Ewaldo Corrêa Lima. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L.C. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B.O.; FURTADO, B.A.; MONSTERRIO, L.; RODRIGUES JUNIOR, W. (Org.) **Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. cap. 2, p. 43-77. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=11066. Acesso em: abril 2018.

MORO, Dalton Aureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população do Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**, v. 16, n. 1, 1998. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12154/7316>. Acesso em: fevereiro 2019.

MUNIZ FILHO, Cezar. Divisão Regional do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.87, jan/abr, 1996, p.149-173. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/346> Acesso em: novembro 2018.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional In: J. SCHWARTZMANN (Org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, p. 333-343, 1977. Disponível em: http://files.luciralves.com/200000057-aaf23abec7/teoria_da_localizacao_e_crescimento_economico_regional.pdf. Acesso em: março 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente>>. Acesso em: dezembro de 2018.

PADIS, P. C. **Formação de Uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. 2. Ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ. Secretaria da Fazenda. 2019. Disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/>. Acesso em: fevereiro de 2019.

PECQUER, B.; ZIMMERMANN, J.B. In: DINIZ, Fundamentos de uma economia da proximidade. In: DINIZ C.C.; LEMOS, M. B. (Orgs.) **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. cap. 3, p. 77-101.

PIACENTI, Carlos Alberto. Indicadores do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses no período 1999/2013. Foz do Iguaçu: 2016. 214 p.

QUANDT, Carlos Olavo. Inovação, competitividade, e desenvolvimento regional: os desafios da reestruturação produtiva do Estado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.91, maio/ago., 1997, p.9-32. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/301> Acesso em: novembro 2018.

RAIHER, A.P.; LIMA, J.F. de. Desenvolvimento humano municipal no sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**: Maringá, v. 36, n. 2, p. 147-154, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/24809>>. Acesso em: maio 2018.

RIBEIRO, Vitor Hugo. ; RIBEIRO, Paulo Sergio. Considerações sobre a Industrialização paranaense e novas dinâmicas em pequenas cidades. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 1, n. 2, p. 69-90, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoiinga/article/view/9642>. Acesso em: novembro 2018.

RIPPEL, R.; LIMA, J.F. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Revista do Desenvolvimento Regional- REDES**. Santa Cruz do Sul, v.14, n.1, p.136-149, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/837>. Acesso em: agosto 2018.

ROLIM, Cássio F. Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do Agrobussiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.86, set./dez, 1995, p.49-99. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/353> Acesso em: novembro 2018.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n.3 (ano 33), p. 87-102. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/16710/11109>. Acesso em: junho de 2018.

SCAFF, F. F.; TUPIASSU, L. V.C. **Tributação e Políticas Públicas: O ICMS Ecológico**. In: TORRES, Heleno Taveira. (Org.) *Direito Tributário Ambiental*. São Paulo: Malheiros, 2005.

SANTOS. M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. Trad. Maria Irene de Q.F. Szmrecsányi. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Mauro A.; BARBIERI, Alisson F.; CARVALHO, José A.M.; MACHADO, Carla J. Migração: uma revisão das principais teorias. **CEDEPLAR, TD. 398**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2010. 18p. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td398.html>. Acesso em: junho 2019.

SOARES, E. **Metodologia Científica: lógica, epistemologia e normas**. Ed. Atlas, 2003.

STORPER, M.; VENABLES, A.J. A. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M. B. (Orgs.) **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. cap. 1, p. 21-56.

SOUZA, N. J. Economia Regional: conceito e fundamentos. **Revista Perspectiva Econômica**: São Leopoldo, 1981, v. 11, n. 32, p. 67-102. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica>. Acesso em: fevereiro 2018.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. Ed: Atlas: 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. Ed: Atlas: 2007.

TRINTIN, Jaime G. **A nova economia paranaense:1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006.

UEM. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Sobre a UEM**. 2018. Disponível em: http://www.uem.br/a-uem/copy_of_sobre-a-uem. Acesso em: janeiro 2019.

UNIOESTE. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Portal Unioeste**. 2018. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portaunioeste>. Acesso em: janeiro 2019.

UEPG. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Portal UEPG**. 2018. Disponível em: <https://www.uepg.br/>. Acesso em: novembro de 2018.

VARGAS, Cilos Roberto. **Paraná: desenvolvimento e transportes**. 2005. Dissertação (Políticas Públicas). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/Teses%20Doutorado/Cilos%20Roberto%20Vargas.pdf>. Acesso em: novembro 2018.

VERONEZE, Marcelo; LIMA, Jandir F. Notas sobre a polarização no Paraná: uma reflexão a partir da aplicação do modelo de *Realy*. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.8, n.2, p. 23-44, maio/ago. 2003. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/10944/pdf>> Acesso em: novembro de 2018.

VIDIGAL, Vinícius G.; AMARAL, Isis de Castro; SILVEIRA Glauber F. **Desenvolvimento Socioeconômico nas microrregiões do Paraná: uma análise multivariada**. Revista de Economia, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 51-72, maio/ago. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/29948>. Acesso em: novembro de 2018.

VIEIRA, F.L.; STADUTO, J.A.; PARRÉ, J.L.; BECHLIN, A.R.; LETTI, A.G. Convergência de renda e desenvolvimento regional no Paraná (1999-2006). **Informe Gepec**. Toledo, v. 16, n. 1, p. 213-234, 2012. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6111>>. Acesso em: novembro 2018.

WANZINACK, Clovis; SIGNORELLI, Marcos C. Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. Revista GUAL, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 286-307, mai. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p286> Acesso em: dezembro de 2018.